



# CALIFÓRNIA GULAG PRISÕES, CRISE DO CAPITALISMO E ABOLICIONISMO PENAL

Ruth Wilson Gilmore  
Tradução de Bruno Xavier



2023



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO BRUNO XAVIER.....00

PREFÁCIO DUDU RIBEIRO.....00

NOTA DA AUTORA À EDIÇÃO BRASILEIRA RUTH W. GILMORE.....00

LISTA DE IMAGENS.....

LISTA DE TABELAS.....

AGRADECIMENTOS.....

LISTA DE ABREVIACÕES.....

PRÓLOGO – O ÔNIBUS.....

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO.....

O PROBLEMA • O QUE SE ESPERA QUE AS PRISÕES FAÇAM E POR QUÊ? • EXPLICAÇÕES DOMINANTES E CONTRAEXPLICAÇÕES PARA O CRESCIMENTO PRISIONAL • OLHANDO PARA TRÁS PARA OLHAR PARA FRENTE • COMO USAR ESSE LIVRO

CAPÍTULO 2. A ECONOMIA POLÍTICA DA CALIFÓRNIA.....

O CRESCIMENTO • AS CRISES • TRANSIÇÃO • CRISE E EXCEDENTE • OS QUATRO EXCEDENTES • CONCLUSÃO

CAPÍTULO 3. O AJUSTE PRISIONAL.....

DA REFORMA À PUNIÇÃO • CAPITAL PARA CONSTRUÇÃO • A ESCOLA DO LOCAL DAS PRISÕES • PRODUZINDO MAIS PRISIONEIROS • INDUSTRIALIZANDO A PUNIÇÃO • OS PORCOS ENGORDAM, MAS OS SUÍNOS VÃO PARA O ABATE • CONCLUSÃO

CAPÍTULO 4. CRIME, TERRAS AGRÍCOLAS E CAPITALISMO.....

CRESCIMENTO • CRISE: DÍVIDA, DESASTRES E REESTRUTURAÇÃO • A BUSCA POR UM AJUSTE PRISIONAL • PRISÕES CHEGAM À CORCORAN • OPORTUNIDADES E RESTRIÇÕES • VISÕES ALTERNATIVAS • CONCLUSÃO

CAPÍTULO 5. MOTHERS RECLAIMING OUR CHILDREN .....

SITUANDO A MOTHERS ROC: ALGUMAS COMPARAÇÕES HISTÓRICAS ESTRATÉGICAS • GILBERT JONES LIVRE: OS PRIMEIROS ANOS DA GEOGRAFIA POLÍTICA DA MOTHERS ROC • DO IMPERIAL COURTS ÀS CORTES DO ESTADO • O PEDIDO DE AJUDA DE UMA MÃE: LEI, ESPAÇO E SOLIDARIEDADE • UM ESTADO + DUAS LEIS = THREE-S-TRIKES • VÓCÊS NÃO VÃO GANHAR DINHEIRO VENDENDO BOLOS: NOVAS SITUAÇÕES, NOVAS ESTRATÉGIAS • DA CRISE DO LUGAR À POLÍTICA DO ESPAÇO

CAPÍTULO 6. O QUE SE PODE FAZER?.....

DEZ TESES.....

EPIÍLOGO – OUTRO ÔNIBUS.....

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS.....

QUEM FEZ ESTE LIVRO?.....



# QUATRO CRIME, TERRAS AGRÍCOLAS E CAPITALISMO



Na quinta-feira, 6 de junho de 1985, o *Corcoran Journal* (Condado de Kings) publicou uma foto na página 4 de César Chavez e de um organizador sindical local, César Arvizu, falando a um grupo de pessoas atentas cujos rostos queimados, bonés puidos e rugas tortuosas e profundas ao redor dos olhos indicavam que elas trabalhavam sob o sol. A legenda falava em “organizadores sindicais” e “funcionários da Salyer”, mas sem mencionar Chávez pelo nome. O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas [*United Farm Workers* – UFW] vinha tentando organizar trabalhadores rurais cujo salário por hora havia sido reduzido de US\$6,35 para US\$4,75. Salyer, a segunda maior produtora de algodão do estado, cuja produção abrange uma área de 31.161 hectares, tinha recentemente se tornado inadimplente em um empréstimo do Bank of America. Para reduzir os custos operacionais, a empresa familiar demitiu os trabalhadores que estavam empregados diretamente por eles e ofereceu recontratá-los logo em seguida via empresas terceirizadas, que pagariam a remuneração mínima.

Na mesma edição do jornal semanal, uma entusiasmada reportagem de primeira página informou que o Conselho de Supervisores do Condado de Kings [*Kings County Board of Supervisors*] havia votado, por unanimidade, para pedir ao Departamento de Correções da Califórnia [*California Department of Corrections* – CDC] que instalasse uma prisão perto de Corcoran a fim de dar suporte à decadente economia da cidade. A multidão fotografada na reunião dos supervisores – incluindo, sem dúvidas, alguns dos trabalhadores rurais que haviam se encontrado com Chávez e Arvizu – parecia tão atenta e preocupada quanto aqueles que consideram os riscos e benefícios de votar para se sindicalizar. Algumas semanas depois, Jim Hansen, descendente de um dos oligarcas do algodão de Corcoran, traçou uma conexão explícita entre os dois eventos durante seu discurso no piquenique anual de 4 de julho da cidade. “A comunidade não é a mesma de 15 ou 20 anos atrás [...] A mecanização do campo não vai parar; eu nunca vi a economia agrícola tão mal assim. [No que diz respeito] à indústria,

Corcoran precisa se enraizar em outra coisa” (*Corcoran Journal*, 4 de julho de 1985, p. 1).

Como vimos, a série de crises descritas no capítulo dois descolou as comunidades urbanas e rurais de suas âncoras industriais, culturais e políticas e produziu excedentes de terra, trabalho, capital financeiro e capacidade estatal. O capítulo três mostrou, de maneira geral, como os blocos de poder resolveram parcialmente essas crises de excedente por meio da expansão prisional. Treze novas prisões (além de cinco unidades antigas) iluminam o céu noturno que atravessa o “corredor das prisões” do Vale Central – um trecho de 603 quilômetros que vai de Tehachapi a Folsom. As cidades onde as novas prisões estão situadas buscaram projetos de desenvolvimento de capitalização pública para “ajustar” as tendências implacáveis de geração de excedentes em segmentos expressivos da terra e do trabalho.

Corcoran, situada nas profundezas desse corredor, é representativa das novas cidades prisionais. Por muito tempo dominada por algumas empresas de um único setor industrial, a cidade é majoritariamente latina, o desemprego e a pobreza são duas a cinco vezes maiores que as médias no estado e a terra convertida para o uso prisional era anteriormente terra agrícola irrigada.

Por que certos tipos de lugares adotaram o ajuste prisional? Como é que um novo e peculiar gasto do estado reconfigura a paisagem? Ambas as perguntas podem ser melhor abordadas para qualquer localidade, observando atentamente as geografias sociais e políticas – bem como as econômicas – já existentes, o que farei examinando a história e a transição de Corcoran em maiores detalhes. Assim, depois de olhar para o quão insatisfatoriamente a literatura sobre a localização prisional se ocupa do conflito locacional, assumirei a margem oposta – bastante estreita em Corcoran – e seguirei por ela para outros lugares do vale onde diferentes maneiras de pensar surgiram no contexto do crime, das terras agrícolas e do capitalismo.

Duas prisões foram instaladas em Corcoran desde 1985. A primeira foi inaugurada em fevereiro de 1988 e a segunda

recebeu seus primeiros prisioneiros no verão de 1997. Corcoran é uma das quatro cidades incorporadas ao Condado de Kings, que possui 116.300 habitantes. Por mais de quarenta anos, Kings esteve com Madera, Kern, Tulare e Fresno entre os seis condados agrícolas mais ricos dos Estados Unidos – ranking medido pelo investimento de capital e pelo valor do produto interno (Reisner, 1986, p. 354). No último quarto de século, ele também ficou, consistentemente, na base ou quase na base do ranking entre os cinquenta e oito condados do estado em renda *per capita* (CDF-CEL, 1995). J. G. Boswell Company, a maior produtora de algodão do mundo, tem sua sede californiana em Corcoran (população de 8.800), onde as unidades do CDC detinham, em abril de 2000, mais de 12.600 pessoas.

Se, para entender o ajuste prisional, precisamos desenvolver entendimentos complexos sobre como os prisioneiros se tornaram tão massivamente disponíveis enquanto objetos carcerários, devemos também descobrir como os terrenos sobre os quais as prisões estão se tornaram disponíveis para tal propósito. Em ambos os contextos, mudanças nas relações de poder e pertencimento, juntamente com capacidades desiguais de mobilidade social (outra maneira de pensar a economia política de maneira cotidiana), prepararam o terreno para que os trabalhadores comuns aceitassem medidas extraordinárias com a esperança de que isso garantisse meios de subsistência. Qual é a história que produziu tamanha discrepância de riqueza no Condado de Kings? Quais foram as manifestações locais das reestruturações que ocorreram no estado? Por que a cidade buscou uma prisão como solução? Quem se beneficiou? Quais foram as consequências que não estavam previstas no projeto de construção da prisão? Como sua chegada afetou Corcoran enquanto lugar? O que mais poderia ter acontecido?



## CRESCIMENTO

*Não importa o quão familiar uma pessoa seja com a Califórnia “rural”, é sempre bastante surpreendente notar as maneiras e a aparência da nobreza que se apresenta para falar em nome dos “agricultores” nas audiências do legislativo em Sacramento. O “industrial agrícola” da Califórnia [...] veste um elegante chapéu Stetson, viaja de avião e tem o despojamento e a presunção de um rei do gado texano.*

— Carey McWilliams,

*Southern California: an island on the land* (1946)

A história do algodão no Condado de Kings se caracteriza pela rápida centralização e concentração em uma indústria que começou a se expandir ao sul do Vale de San Joaquin logo após a Primeira Guerra Mundial. A longa devastação do cinturão tradicional do algodão em todo o sul dos Estados Unidos (Marks, 1989), causada pela infestação do besouro bicudo do algodoeiro, apresentou uma oportunidade para os produtores do oeste capturarem uma parte de um enorme mercado transnacional – desde que pudessem combinar as capacidades da Califórnia às necessidades do cultivo (Daniel, 1981; Pisani, 1984; Weber, 1994).

As firmas que alcançaram o domínio e absorveram suas concorrentes foram as primeiras na indústria do algodão a desenvolverem os atributos da empresa industrial moderna (cf. Chandler, 1990). O acesso das grandes empresas ao capital permitiu-lhes instalar sistemas de irrigação de larga escala necessários à produção em massa de cultivos que fazem uso intensivo de água; as economias de escala resultantes disso, reforçadas por máquinas que eliminam trabalho vivo, como tratores (Weber, 1994), reduziram os custos unitários e, ao mesmo tempo, mantiveram fora os concorrentes devido aos altos custos de entrada (Pisani, 1984; Reisner, 1986; Gottlieb, 1988; Hundley, 1992). Elas também

conseguiram transformar o algodão da Califórnia em uma cultura altamente padronizada; o uso regular de sementes Alcala removeu parte da incerteza da produção agrícola, viabilizando produtores e revendedores a prometerem aos clientes o mesmo tipo e qualidade de algodão, ano após ano (Weber, 1994). E a integração vertical de funções e unidades operacionais, supervisionada por gerentes profissionais, permitiu aos produtores controlar suprimentos, financiamento, processamento, vendas, marketing e distribuição do produto para mercados nacionais e internacionais (Pisani, 1984; Weber, 1994).

A abundante força de trabalho agrícola da região foi fundamental para o crescimento da indústria: embora a produção de algodão tenha migrado decisivamente para a mecanização, nos anos em que o cultivo passou a dominar o Condado de Kings, ela era intensiva em capital e trabalho (Daniel, 1981; McWilliams, 1946; Mitchell, 1996).<sup>105</sup> No século XIX, os milhares de chineses e outros trabalhadores que haviam garimpado ouro e construído ferrovias e infraestrutura, mexicanos deslocados por colonos dos Estados Unidos e pioneiros anglo-estadunidenses arruinados pelo alto custo de aquisição da água ou do transporte por ferrovia dos produtos da fazenda para o mercado formaram o núcleo do proletariado agrícola da região. Migrantes do século XX, por sua vez, vindos de longa distância e de todas as etnias, fizeram crescer esse grupo de trabalhadores (Daniel, 1981).

105. Eli Whitney inventou o descaroçador de algodão em 1793, e sua proliferação por todo o sul dos Estados Unidos aumentou radicalmente a demanda por escravos de campo, intensificando, assim, o comércio internacional de escravos. Após o término legal do comércio internacional, um comércio interno aos Estados Unidos, entre a Virgínia e os Estados Confederados do sul e do sudeste [*the Deep South*], cresceu e se intensificou durante a Guerra Civil Americana (Tadman, 1990). Todos os grandes fazendeiros do algodão ao sul do Vale de San Joaquin possuíam descaroçadores (Weber, 1994). Foi só depois de 1942 que as inovações na produção de produtos primários – como a introdução da colheitadeira mecânica – começaram a reduzir a dependência do algodão com o trabalho humano (Bergman, 1969).

Quatro famílias tomaram o controle da paisagem produtiva da Bacia do Lago Tulare ao final da Primeira Guerra Mundial (Preston, 1981; Weber, 1994; Mitchell, 1996). Os clãs Boswell, Salyer, Hansen e Guiberson, ao mesclar capital privado e poder social e político, fizeram a passagem “das fazendas familiares para o agronegócio” (Pisani, 1984). A intervenção estatal foi crucial para garantir a geografia da acumulação na Bacia. De fato, dentro de programas de propriedades de terras federais, estaduais e de posse das ferrovias, bem como de projetos de irrigação públicos e privados, a geografia na qual eles introduziram o algodão já havia sido amplamente transformada por trabalhadores assalariados rurais, numa região cada vez mais caracterizada por extensas parcelas de terra (Preston, 1981; Mitchell, 1996). O ideal Jeffersoniano de fazendeiros familiares brancos cuidando de pequenas fazendas de produção não especializada lutou, mas perdeu para o crescimento concorrente das grandes fazendas capitalistas produtoras de *commodities* (Preston, 1981; Daniel, 1981; Pisani, 1984).

Boswell emergiu como o mais poderoso dos capitalistas do algodão (Arax e Wartzman, 2003). O fundador da empresa, o coronel J.G. Boswell, foi um comerciante de algodão descendente de uma família das *plantations* da Geórgia, que enriqueceu durante a economia escravista. Ele trabalhou nos centros de negócios do algodão do Arizona e de Los Angeles antes de se estabelecer em Corcoran em 1924, onde comprou uma terra de 162 hectares numa época em que 90% das fazendas do Vale de San Joaquin eram menores que 65 hectares (Weber, 1994; Hundley, 1992). A empresa cresceu e se expandiu, integrando desde a distribuição até o descaroçamento e financiamento (Weber, 1994). Bem capitalizado desde o início, Boswell adquiriu milhares de hectares durante os anos 1920 e 1930 por meio de compras, fusões e da aquisição de propriedades que eram forçadas a vender devido aos impostos não pagos pelos proprietários [*tax sales*], bem como tomando posse de terras ao garantir empréstimos inadimplentes; em 1940, a companhia era a maior empresa do condado. Daí em diante, a família se tornou a força política e

filantrópica dominante em Corcoran, ao passo que a empresa se consolidou como um agronegócio poderoso em escala nacional (Gottlieb, 1988; Weber, 1994; Arax e Wartzman, 2003).

Em 1933, 45% das plantações de algodão eram financiadas pelas empresas de descaroçamento, que tinham, elas próprias, acesso direto ao capital bancário. Essas empresas-financiadoras exerciam controle direto sobre os pequenos produtores: o empréstimo anual fixava o preço do produto e garantia o negócio para as empresas descaroçadoras (Weber, 1994). Sob tais relações de endividamento, os produtores menores não podiam competir e muitos foram “proletarizados” em sua própria terra – quando não a perderam completamente –, cultivando algodão por um preço predefinido, não muito diferente de um salário (Weber, 1994; cf. Watts, 1994b). Outros pequenos produtores perderam suas terras por inadimplência fiscal uma vez que seus lucros eram muito escassos para satisfazer financiadores e avaliadores fiscais do imóvel (Weber, 1994; Goldman, 1991).<sup>106</sup>

Em 1925, ao explorar habilmente as capacidades regulatórias do estado, os grandes interesses do algodão foram capazes de esmagar os concorrentes menores e as outras culturas. Empresas descaroçadoras do Condado de Kings, comerciantes e grandes produtores, juntamente com suas contrapartes nos condados de Kern e Fresno, empresas de água e energia e o principal credor do vale, o Bank of Italy,<sup>107</sup> persuadiram o legislativo da Califórnia a passar a “lei de uma só variedade” [“*One-Variety Cotton Law*”], que transformou o algodão Alcala na única variedade legalmente cultivável no Vale Central (Weber, 1994). Alcala tinha sido desenvolvida pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos para uso em equipamentos na Primeira Guerra Mundial – pneus e asas de avião. Aqueles que promoveram a lei da variedade única elogiavam o algodão Alcala por sua fibra

106. Até a Lei Williamson, de 1965, os impostos da Califórnia sobre terras agrícolas eram estimados tendo como base os lucros potenciais; assim, a produtividade dos maiores produtores espremia os menores, direta e indiretamente (Goldman, 1991).

107. Reformado em 1930, o Bank of Italy tornou-se o Bank of America.

longa e forte, o que facilitava o descaroçamento e a moagem. Os processadores garantiam um produto que não emperraria seus trabalhos e, com a padronização, eles não teriam que reajustar o maquinário para o carregamento de cada produtor. Com os custos de insumos definidos pelo mecanismo de financiamento das empresas de descaroçamento, e a velocidade de processamento definida pela lei de uma só variedade, as maiores empresas de algodão – aquelas já industrializadas – puderam garantir aos seus clientes preços e entregas mais confiáveis do que qualquer produtor menor (Weber, 1994; Bean, 1973; cf. Chandler, 1990).

À medida que o algodão da Califórnia se tornou uma enorme *commodity*, concentrada e centralizada, tornou-se mais vulnerável ao trabalho e a outras flutuações do mercado, e também à militância trabalhista (Daniel, 1981; Weber, 1994). Os produtores se organizaram privadamente bem como por meio das capacidades coercitivas e infraestruturais do estado. Isso foi feito com o intuito de mover o proletariado agrícola para dentro e para fora dos campos nas horas certas (Mitchell, 1996; Weber, 1994; Bulosan, 1983; McWilliams, [1939] 1969) e para retirar a contratação e os salários da concorrência (Weber, 1994).<sup>108</sup> Para complementar os poderes materiais do estado e do capital, ativistas governamentais – como os progressistas da Califórnia (Mitchell, 1996) – e industriais agrícolas empregaram a capacidade ideológica da supremacia branca para justificar as degradações da vida dos trabalhadores rurais e para produzir ou reforçar divisões intra e entre trabalhadores mexicanos, chineses, filipinos, anglo-estadunidenses, afro-estadunidenses e japoneses (Bulosan, 1973; Gregory, 1989; Almaguer, 1994; Weber, 1994; Mitchell, 1996; cf. Saxton, 1971). Alguns trabalhadores,

108. Em diferentes regiões e setores da Califórnia, há diferentes arranjos agrícolas para o capital e o trabalho. Por exemplo, Miriam Wells (1996) documenta como os produtores contemporâneos de morango do Vale de Salinas combinam meação, arrendamento e relações de trabalho assalariadas para estabelecer segurança política sobre a produção agrícola. No entanto, nas grandes fazendas de *commodities* do Vale de San Joaquin, o trabalho agrícola já era proletarizado antes, e como consequência, do aumento da produção empresarial de algodão (Weber, 1994; Daniel, 1981).

particularmente os anglo-estadunidenses (“*okies*”) despossuídos pelas tempestades de areia [dos anos 1930], promoveram essas divisões para avançar em seu próprio pertencimento enquanto estadunidenses brancos com direito a voto (Gregory, 1989; Morgan, 1992). Mas havia outros que tinham participado de políticas industriais radicais não agrícolas, não apenas nos Estados Unidos (McWilliams, [1939] 1969; Weber, 1994), mas em colônias estadunidenses, como as Filipinas (Bulosan, 1983), e nas lutas em curso do México revolucionário e pós-revolucionário, que formataram alianças nos campos do Vale Central (Weber, 1994).

No Condado de Kings, trabalhadores mexicanos, anglo e afro-estadunidenses se aliaram nas batalhas mortais por salários adequados, condições decentes nas moradias temporárias e pelo direito de estabelecer residência permanente na área (Weber, 1994; Mitchell, 1996). Greves interromperam as colheitas em 1933 e, novamente, em 1938–1939. Nos primeiros anos do *New Deal*, o ativismo dos trabalhadores agrícolas na Califórnia e sua brutal repressão pelas forças vigilantes do condado, do estado e dos fazendeiros (McWilliams, [1939] 1969) provocaram algum movimento no sentido de estender a Lei Wagner [*Wagner Act*]<sup>109</sup> aos trabalhadores agrícolas. Da mesma forma, as condições em Corcoran forneceram uma ocasião para uma investigação no Congresso (Weber, 1994; ver também Mitchell, 1996). No entanto, em parte porque o *New Deal* já havia excluído o trabalhador agrícola do direito de se organizar, a investigação não produziu mudanças estatutárias. Na prática, o fracasso federal em sancionar a repressão fortaleceu a posição dos industriais (Weber, 1994). O resultado em favor do algodão veio, em parte, de como os amplos compromissos trabalhistas do *New Deal* haviam operacionalizado a política reformista ao renovar as

109. N.T.: *Wagner Act* é o nome dado à Lei Nacional de Relações Trabalhistas [*National Labor Relations Act*], responsável por fundar o estatuto laboral dos Estados Unidos e garantir aos trabalhadores do setor privado o direito de se organizarem em sindicatos e em negociações e ações coletivas, como greves. Ela foi escrita pelo senador Robert F. Wagner e promulgada, em 1935, pelo presidente Franklin D. Roosevelt.

estruturas do estado racial: a divisão dos direitos de organização e barganha entre trabalhadores agrícolas e não agrícolas também era uma divisão normativa (embora de forma alguma absoluta) de direitos entre trabalhadores de cor e trabalhadores brancos (Jacqueline Jones, 1992; Linda Gordon, 1994).

A Segunda Guerra Mundial atraiu a maioria dos trabalhadores rurais anglo-estadunidenses dos campos para as tropas ou as indústrias dos tempos de guerra (Gregory, 1989; Morgan, 1992). Para substituí-los, os fazendeiros californianos persuadiram o governo federal a instituir o Programa *Bracero*<sup>110</sup> [*Bracero Program*] (1942–1965), que fornecia contratos a “trabalhadores convidados” mexicanos, minando, assim, o último grande esforço de organização trabalhista da Califórnia na década de 1940 e deixando o trabalho agrícola de joelhos por quase duas décadas (Calavita, 1992).

Como Boswell, Salyer e outros grandes produtores de algodão expandiram a produção na década de 1940, eles precisaram garantir abundância de água no vale relativamente seco. Os produtores da Califórnia do século XIX haviam tentado entrar no mercado subabastecido de algodão durante a Guerra Civil, mas, por causa de uma irrigação inadequada, deixaram de colocar em produção mais de 809 hectares (Caughy, 1940). A Bacia do Lago Tulare, no sul do Vale de San Joaquin, está sobre um profundo aquífero fóssil derivado de águas de degelo e pluviais, que recebe uma precipitação média anual de cerca de 25 centímetros, variando entre 10 e 48 centímetros (Preston, 1981). Tudo isso significa que o lençol freático precisa das águas superficiais dos rios e canais para complementar – e, talvez, a longo prazo, substituir – o abastecimento subterrâneo (Reisner, 1986; El-Ashry e Gibbons, 1988; Howitt e Moore, 1988).<sup>111</sup>

110. N.E.: *Bracero*, do espanhol, refere-se aos trabalhadores rurais, em sua maioria mexicanos, contratados por diária.

111. A agricultura irrigada por águas superficiais no Vale Central antecede, em muito, a colonização europeia por lá (Caughy, 1940; Preston, 1981), mas sua expansão desde o início da imigração anglo-saxônica, em meados do século XIX, é também a história de batalhas entre os produtores diretos (sejam pequenos fazendeiros ou trabalhadores assalariados) e o



Antes da ascensão do algodão, a Lei Federal de Aproveitamento de Água [*Federal Water Reclamation Act*], de 1902, mudou a escala e o custo da produção hídrica, fornecendo água “excedente” (ou seja, ainda não explorada doméstica ou comercialmente) para fazendeiros em todo o árido oeste (Reisner, 1986; Hundley, 1992). Os distritos hídricos que buscavam investimento barato para o desenvolvimento surgiram por toda parte (Pisani, 1984). No início, a limitação de hectares imposta pela lei (65 por fazendeiro ou 130 por casal de fazendeiros)<sup>112</sup> para

capital (Norris, 1987; Bean, 1973; Pisani, 1984). As duas décadas seguintes ao tiroeteio de Mussel Slough, ocorrido em 1880, perto de Hanford, a sede do Condado de Kings, marcaram o aumento da agricultura intensiva na área (Bean, 1973; Pisani, 1984). O tiroeteio resultou do esquema de preços da Southern Pacific Railroad para suas terras concedidas pelo governo federal, para as quais os pequenos fazendeiros tinham o contrato de compra. As vendas levaram quase cinco anos para serem concluídas, período em que os fazendeiros irrigaram suas parcelas de terra; quando a ferrovia incluiu o valor das melhorias feitas pela força de trabalho no preço de compra, despossuiu aqueles que vinham trabalhando na terra em favor de latifundiários detentores de capital suficiente para comprar a preços mais altos. Entre 1880 e a virada do século, a maioria dos distritos irrigados estava nas mãos da propriedade privada, sendo que tudo, desde melhorias feitas com a força de trabalho até investimentos cooperativos locais e capital nacional e internacional, foi afundado pelas barragens e diques [construídos para a irrigação] (Bean, 1973; Pisani, 1984).

112. A ideia por trás de um homem e uma mulher casados não era conceder às mulheres direitos iguais de propriedade, mas permitir que os homens casados acumulassem mais, pois sua responsabilidade como maridos os tornaria, supostamente, fazendeiros mais confiáveis (Pisani, 1984). O argumento de Pisani mostra uma contradição fundamental dentro da classe capitalista: os credores de São Francisco, que detinham papéis podres em 1898–1899, quiseram que as grandes fazendas quebrassem para que o ciclo de “expansão e contração”, que levou os produtores capitalistas à ruína, fosse mitigado por fazendeiros familiares mistos (que produziam *commodities* ou para subsistência), que poderiam ser mais flexíveis quando houvesse flutuações de mercado ou climáticas (Pisani, 1984). As regras da lei, que foram quebradas facilmente e com regularidade, não apenas impuseram limitações de área, mas também, para evitar especulações, exigiram que aqueles que obtinham água do programa de aproveitamento vendessem sua área excedente a preços praticados *antes do projeto*. As disputas em torno das limitações de área postas pelo

compradores de recursos hídricos subsidiados reduziu o tamanho médio das fazendas (Pisani, 1984; Hundley, 1992), que voltou a subir quando produtores capitalistas com malícia política – incluindo Boswell e Salyer – disfarçaram suas participações ilegais dentro de contratos de fachada, como “contratos de arrendamento de terras” (Reisner, 1986) e “acordos de gerenciamento de fazendas” (Gottlieb, 1988; ver também Pisani, 1984; Hundley, 1992).<sup>113</sup>

No início da Segunda Guerra Mundial, a fim de complementar o fornecimento de recursos hídricos feito pelo Projeto do Escritório de Aproveitamento do Vale Central [*Bureau of Reclamation Central Valley*] (Reisner, 1986), de 1935, Boswell e Salyer exploraram os conflitos entre as agências federais, como os Departamentos do Interior e de Guerra, para conseguir o que queriam. Enquanto o Departamento do Interior, responsável pela administração da Lei Federal de Aproveitamento de Água, continuava a pressionar pela limitação nos hectares das terras – fosse ela cumprida ou não –, o Departamento de Guerra, responsável pelo Corpo de Engenheiros do Exército (“*the Corps*”), procurava projetos de larga escala para aumentar sua atuação e legitimidade no *front* doméstico (Reisner, 1986; Hundley, 1992; Arax e Wartzman, 2003).

Boswell, Salyer e seus colegas do Condado de Kern, Miller-Lux e Kern Land Company, convenceram o Corpo de

Escritório de Aproveitamento [*Bureau of Reclamation*] levantam questões interessantes para futuras pesquisas sobre o desejo e o fracasso da redistribuição de terras (desde baixo) nos Estados Unidos em meados do século XX, em comparação com sua aplicação de cima para baixo organizada pelos militares dos Estados Unidos na Ásia Oriental após a Segunda Guerra Mundial (Pisani, 1984; Amsden, 1985; Hart-Landsberg, 1993; cf. Woods, 1998).

113. A reautorização da Lei de Aproveitamento, de 1982, pretendeu tampar essas brechas e elevou o tamanho máximo da fazenda para 388 hectares. Um acordo político que precedeu (e atrasou) os novos regulamentos, que não foram promulgados até 1987, assegurou que eles não abordariam diretamente os métodos pelos quais os grandes proprietários de terras contornaram a restrição de área; portanto, a “supervisão” regulatória anulou o propósito original e estendido da lei (Gottlieb, 1988).

Engenheiros do Exército de que os rios Kings e Kern (que drenavam, respectivamente, para os lagos Tulare e Buena Vista) apresentavam riscos de inundação que ameaçavam o bem-estar econômico da agricultura do sul do Vale de San Joaquin. De acordo com as esferas de influência estabelecidas pela Lei Federal de Aproveitamento, de 1902, o excedente de água constituiu um bem público nacional, e qualquer projeto federal para represar e desviar água a oeste dos Estados Unidos ficou sob o guarda-chuva e as limitações de hectares postas pelo Escritório de Aproveitamento (Hundley, 1992).<sup>114</sup> No entanto, o Corpo de Engenheiros do Exército concordou em lidar com o “problema” e, sem a autorização prévia da administração Roosevelt ou do Congresso, construiu os primeiros canais de desvio em 1942 (Reisner, 1986).

Armado com evidências mostrando que não havia nenhum perigo de inundação e com um estudo revelando os efeitos culturalmente depressivos dos grandes fazendeiros capitalistas nas pequenas cidades, o Escritório de Aproveitamento estava parado para lutar contra o Corpo de Engenheiros do Exército, acreditando que isso poderia ativar a animosidade Leste-Oeste no Congresso em favor de sua posição. Mas na Washington dos tempos de guerra, o Escritório não conseguiu atrair tanto interesse para um problema doméstico que fosse contrário ao Departamento de Guerra ou aos capitalistas produtivos (Hundley, 1992; cf. Hooks, 1991). O Corpo de Engenheiros, por sua vez, apoiado pelo senador Sheridan Downey (Partido Democrata da Califórnia), acusou o Escritório de comunismo por lutar contra o grande capital e em nome dos pequenos agricultores familiares (Reisner, 1986; Hundley, 1992; ver também Downey, 1947). A controvérsia não impediu o crescimento de Boswell e Salyer; uma vez que eles já possuíam o lago, sua drenagem lhes rendeu 32.375 hectares férteis. A disputa política

114. A nacionalização do excedente de água não se deu sem luta, e a questão da soberania nunca foi totalmente resolvida: como os Estados Unidos podem “reivindicar” o excedente da Califórnia como um bem público dos Estados Unidos em vez da Califórnia (Hundley, 1992)?

sobre a água foi finalmente encerrada quando eles pagaram US\$14.250.000 como uma “taxa única de usuário” pela barragem Pine Flat Dam, construída pelo Corpo de Engenheiros do Exército a um custo de US\$48.000.000 em 1948. Uma vez que não se tratava de fornecimento de excedente para irrigação, mas de um subproduto do controle de inundações, o pagamento deu-lhes direito a toda a água (Preston, 1981; Reisner, 1986; Hundley, 1992).<sup>115</sup>

Na década de 1960, o Projeto Estadual de Águas da Califórnia [*California State Water Project – SWP*], concebido e construído durante a administração do governador Edmund G. “Pat” Brown, foi projetado para garantir água de qualidade para o rápido crescimento da Grande Los Angeles, que se daria até o século XXI (Hundley, 1992; Howitt e Moore, 1988; Reisner, 1986). No entanto, uma vez que o Aqüeduto da Califórnia transportava mais água do que os clientes do Distrito Metropolitano de Águas de Los Angeles [*Los Angeles Metropolitan Water District – Met*] poderiam usar no curto prazo, os produtores do vale persuadiram o Met a vender-lhes o excedente pelo custo energético de distribuição da água (Reisner, 1986; Gottlieb, 1988). Os únicos que podiam comprar eram aqueles cujas terras se sobrepunham ao aquífero de San Joaquin, de modo que, no longo prazo, uma vez que os clientes do Met exigiam toda a água, os fazendeiros puderam revertê-la para os poços e, portanto, não perder o capital que tinham afundado em suas terras (Gottlieb, 1988; Reisner, 1986). Como parte do acordo, o Met cobrou dos clientes da Grande Los Angeles a diferença entre o custo dos produtores (entre US\$4,50 e US\$7,00 para cada 1.233m<sup>3</sup>) e o custo de produção (US\$35, também para 1.233m<sup>3</sup>) por meio de uma reavaliação fiscal da propriedade que era cobrada sobre as contas

115. O sucesso político do Corpo de Engenheiros do Exército neste projeto (Reisner, 1986), juntamente com a transformação do Departamento de Guerra (renomeado para Defesa) no pós-guerra em uma entidade enorme e isolada (G. Hooks, 1991), deu ao primeiro o poder de escanear o Escritório de todos os principais projetos de água do pós-guerra a oeste do país (Reisner, 1986).

mensais de água.<sup>116</sup> No Distrito de Águas do Oeste [*Westlands Water District*], que abrange o Condado de Kings, entre os grandes produtores que se beneficiam do menor custo estavam os estabelecimentos agrícolas da Southern Pacific Railroad, das empresas petrolíferas Standard, Bellridge, Tidewater e Richfield e da J. G. Boswell Company (Preston, 1981; Reisner, 1986; Hundley, 1992).

Boswell e outros produtores de algodão baseados em Corcoran usaram as capacidades estatais nos níveis federal, californiano e regional para transformar suas empresas familiares em empresas industriais modernas. Eles exploraram o poder do estado e as conexões sociais para padronizar o produto e levar as águas superficiais e os trabalhadores para suas plantações. Usaram as rivalidades entre as agências e a retórica patriótica para ganhar relevância e renovaram a ideologia racial para garantir o que haviam criado. Eles transferiram custos substanciais ao máximo possível para o estado, para os contribuintes de outras regiões e para os trabalhadores a fim de garantir a geografia da acumulação para seu “ouro branco” (Weber, 1994; ver também Arax e Wartzman, 2003).

Os trabalhadores, por sua vez, revidaram, mas seus ganhos reais como trabalhadores agrícolas na indústria do algodão eram difíceis de sustentar. O fim do Programa *Bracero* (1965) coincidiu com a ascensão do UFW, que, apesar da peculiar exclusão da agricultura da legislação do *New Deal*, começou a se organizar de maneiras até então garantidas por lei apenas aos trabalhadores industriais não agrícolas (Edid, 1994; Pulido, 1995). Em seus primeiros anos, o UFW visava culturas com trabalho intensivo, como uva e alface. O algodão era uma cultura [cuja categoria de trabalhadores era] muito mais difícil de organizar em meados da década de 1960 do que no período do pré-guerra.

116. Walker e Storper calcularam que, para 2,2 bilhões de m<sup>3</sup> de água que os produtores recebiam como excedente, os fazendeiros pagavam US\$6 milhões, e os clientes do Met, US\$170 milhões (Reisner, 1986; Gottlieb, 1988). Cidades e municípios do Vale Central também podem contratar excedentes do Met, mas pagam pelo custo de produção.

Isso se deu porque o nível de mecanização, inaugurado em 1942 pela colheitadeira da International Harvester (tabela 6), prejudicou a capacidade dos trabalhadores de paralisar os campos de algodão na época da colheita.

Alguns trabalhadores mexicanos/chicanos e afro-estadunidenses, que migraram para o Vale Central durante a depressão, estabeleceram-se em Corcoran no período da Segunda Guerra Mundial (Weber, 1994). Substituídos pelas máquinas e desorganizados pelo Programa *Bracero*, tornaram-se cada vez mais despossuídos. Mas, ao mesmo tempo, uma vez que mexicanos/chicanos se tornaram a maioria numérica de Corcoran no final da era de ouro, o fato de terem residência no local estabeleceu um terreno possível para futuras lutas políticas – ao menos no campo da representação formal.

TABELA 6 MECANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO, 1940-1980

Ano	Número de horas de trabalho para produzir um fardo de algodão
1940	423
1960	26
1980	8

Fonte: Preston, 1981.



Sessenta meses de seca, começando em 1973, culminaram no terceiro (1976) e no primeiro ano mais seco (1977) já registrados na Califórnia. A seca forçou a realização de melhorias nos sistemas de irrigação superficial e de bombeamento de águas subterrâneas. Os produtores que podiam pagar pelos custos aprimoraram os campos já em uso e, na esperança de

obrer retorno adicional do dinheiro investido, estenderam a infraestrutura de irrigação a hectares que ainda não haviam recebido melhorias (Sokolow e Spezia, 1992; U.S. Department of Agriculture, Census of Agriculture, 1992). Especialistas alertaram, no entanto, que a expansão da irrigação levaria ao uso excessivo de águas subterrâneas (o que já se notava no período da seca) e, eventualmente, exigiria que algumas terras fossem removidas permanentemente da produção (Howitt e Moore, 1988, 1992; El-Ashry e Gibbons, 1988).

Salyer se sobrecarregou financeiramente na tentativa de acompanhar os outros grandes produtores, particularmente Boswell, em intensidade e eficiência produtivas. O momento escolhido para o investimento da empresa foi errado; ela havia imobilizado capital emprestado em equipamentos e melhorias de irrigação logo antes de uma série de invernos devastadores do *El Niño* (1978–1979; 1979–1980; 1982–1983), quando as chuvas torrenciais atrasaram as plantações, reduziram a área útil e inundaram os cultivos (Reisner, 1986).<sup>117</sup> A combinação dos custos de anos secos, anos de inundação e de colheiteiras maiores e menores da John Deere levaram Salyer à inadimplência.

Boswell prosperou durante os dez anos de turbulência climática, mas as áreas que ficaram ociosas por causa da seca fizeram com que a empresa tomasse medidas contra futuras situações de escassez de água que prejudicariam a produtividade de seu império de mais de 83.365 hectares. Em 1982, Boswell e Salyer formaram uma aliança política estratégica e gastaram mais de US\$1 milhão para derrotar o Canal Periférico – uma iniciativa eleitoral da Califórnia que buscava a aprovação dos eleitores para emitir títulos com a finalidade de fornecer mais água para a Grande Los Angeles. Eles se opuseram à medida porque ela incluía uma emenda constitucional, defendida por alguns ambientalistas,

117. Quase imediatamente após o fim da seca, os invernos californianos que se seguiram a partir de 1978 se tornaram excessivamente úmidos (Reisner, 1986; Cooke, 1984; Gottlieb, 1988); 1983 foi o ano mais chuvoso já registrado na Califórnia central (*Cooling Record*, 2 de maio de 1984).

para proteger todos os principais rios do norte da Califórnia de futuros represamentos ou desvios (Reisner, 1986; Gottlieb, 1988; Hundley, 1992).

Ao mesmo tempo em que a derrota do Canal Periférico sufocou o plano de proteção dos rios, ela também trouxe à tona a falta de interesse dos eleitores em pagar por novos projetos de desenvolvimento de recursos hídricos. Assim, no curto prazo, Boswell e Salyer não puderam usar a vitória para obter mais água subsidiada para a Bacia do Lago Tulare. Ao mesmo tempo, alguns economistas especialistas em recursos hídricos propuseram que a escassez de água seria melhor resolvida por um mercado de água autorregulado, no qual os preços não subsidiados obrigariam os usuários a serem mais eficientes na seleção de culturas e técnicas de irrigação (Howitt e Moore, 1988, 1994). Os produtores agrícolas tampouco quiseram essa solução. Voluntária ou involuntariamente, eles mantiveram hectares ociosos na década de 1980 devido a problemas com o abastecimento de água, dívidas elevadas e, em alguns casos, subsídios federais em espécie para *não* cultivar certas safras excedentes (Reisner, 1986).

A tabela 7 mostra em que medida o Condado de Kings estava no processo de reestruturação da agricultura durante a década de 1980. Entre 1982 e 1992, cerca de 60.703 hectares irrigados do condado deixaram de produzir: Salyer não se tornou inadimplente sozinho; no início dos anos 1980, o principal credor do vale, o Bank of America, retomou o título de milhares de hectares que tinha como garantia de empréstimos em todo o Vale Central (Gottlieb, 1988). Ao mesmo tempo, as fazendas – especialmente aquelas que plantavam algodão – concentraram propriedade. O movimento contraditório do valor de mercado por hectare (em queda) e da produtividade por hectare (em alta) evidencia o declínio geral da renda não urbana proveniente do uso da terra e que foi lamentada pelos departamentos agrícolas de todos os condados (Walters, [1986] 1992). O movimento também sugere que as melhorias na *terra*, feitas com grandes custos durante a seca da década de 1970 (Sokolow e Spezia, 1992), foram exploradas com sucesso por meio das tecnologias de cultivo e colheita – a mecanização em

constante evolução que Jim Hansen vislumbrava como o futuro do agronegócio. A explicação é apoiada pelo fato de que, embora não tenha havido praticamente nenhuma mudança no número de empregos agrícolas anuais regulares do condado entre 1973 (5.405) e 1983 (5.371), houve um pequeno – porém significativo – aumento entre 1983 e 1993 (5.617) (U.S. Bureau of the Census, County Business Patterns). Esses trabalhos incluem gerentes, mecânicos e outras posições qualificadas ou profissionais que normalmente acompanham o aumento do investimento em máquinas (Bradshaw, 1993; cf. Harrison, 1994; David Gordon, 1996).

TABELA 7 VISÃO GERAL DA AGRICULTURA NO CONDADO DE KINGS, 1982–1992

	1982	1987	1992
Hectares agrícolas	327.020	284.159	313.967
Tamanho médio de fazenda (hectares)	276	236	287
Valor de mercado da terra e das benfeitorias, por fazenda*	2,059	1,794	1,694
Número de fazendas, por hectare			
1–9	103	100	91
10–49	139	146	120
50–179	99	96	98
180–499	76	79	56
500–999	28	34	38
+1,000	35	34	39
Fazendas de cultivo	1.033	1.037	934
Hectares de terras cultiváveis	248.353	229.151	210.245
Fazendas de colheita	942	936	844
Hectares de colheita	229.629	178.710	174.505
Fazendas irrigadas	1.011	997	865
Hectares irrigados	224.242	192.645	165.722
Valor de mercado da produção agrícola (\$ 000)*	478.412	486.912	581.846
Fazendas de algodão	464	481	364
Hectares de algodão	111.414	94.739	95.307
Fardos de algodão	589.237	535.565	627.189

Fonte: U.S. Department of Agriculture, *Census of Agriculture*.

A reconfiguração da agricultura no Condado de Kings indica que os anos 1980 foram anos de crise tanto para produtores – como Salyer – quanto para trabalhadores – entre os quais o desemprego sazonal agrícola variou entre 30% e 50% (Walker, 1995).<sup>118</sup> O profundo esvaziamento do trabalho no algodão não foi compensado por oportunidades em outros setores agrícolas; não houve aumento na demanda por trabalho agrícola sazonal, medido em semanas de trabalho, entre 1970 e 1985 (Goldman, 1991). Além de um mercado de trabalho estagnado, os salários agrícolas, equivalentes em média a apenas 55% dos salários não agrícolas da Califórnia, vinham sendo achatados desde 1973 (Goldman, 1991; Greenhouse, 1997).

O desemprego e a pobreza não provocaram a saída permanente de muitas pessoas dali.<sup>119</sup> Os aluguéis estavam baixos, e aqueles que conseguiram comprar casas e lotes modestos não podiam ter a esperança de vender para seus vizinhos igualmente pobres. Os moradores de Corcoran continuaram sua migração anual de longa distância através das colheitas da Califórnia e do noroeste do Pacífico. Alguns viajaram ainda mais longe, tanto para outros estados (cebolas, em Utah, e açúcar de beterraba, em Dakota do Sul) quanto setorialmente (construção de casas

118. Existem vários problemas metodológicos inerentes ao estabelecimento desses “fatos”. Primeiro, Boswell é uma empresa privada e não divulga nada sobre suas práticas de emprego, preços e assim por diante. E a Califórnia não tem registros confiáveis sobre trabalhadores agrícolas migrantes e sazonais. O emprego “não agrícola” é o indicador usual de empregos para uma determinada região. Os trabalhadores invisíveis nas “fábricas no campo” (McWilliams, [1939] 1969) parecem tão apagados da história oficial quanto do cenário agrícola que Don Mitchell (1996) desconstruiu com sua teoria trabalhista da paisagem.

119. As ideias deste item foram, em parte, moldadas a partir de entrevistas generosamente concedidas por Don Pauley (julho de 1995 e julho de 1996), Jeannette Todd (julho de 1995), Melissa Harriman (julho de 1996), Charley Trujillo (maio de 1999) e muitos moradores anônimos de Corcoran que falaram comigo durante meus trabalhos de campo na cidade.

no condado de San Bernardino). E, finalmente, alguns trabalhadores seguiram ainda outros padrões de migração circular da reserva de trabalho, com pessoas mais jovens – homens solteiros, irmãos, casais – indo para a Grande Los Angeles para trabalhar e enviando remessas para casa a seus filhos e pais idosos (cf. Ferguson, 1990). No entanto, a fragilidade dessas várias estratégias reprodutivas se destaca pelo fato de que, em 1980, aproximadamente 18% das famílias de Corcoran recebiam assistência pública – em comparação com 13,7% para o Condado de Kings como um todo (Hornor, 1988).

A queda nas receitas dos impostos sobre as vendas do comércio varejista em Corcoran no final da década de 1970 é outro indicador da diminuição da capacidade de sustento da cidade. Antes de 1976, a proporção do imposto *per capita* sobre as vendas da cidade em relação a este mesmo imposto para o estado da Califórnia – o “fator de atração” – era maior que 1, demonstrando que os comerciantes de Corcoran atendiam a um mercado mais amplo do que a média das cidades do estado (Parks et al., 1990). A extinção dos estabelecimentos de móveis, vestuário e de outros bens de consumo do centro da cidade depois de 1976 revelam tanto a escassez de itens à venda na cidade quanto a falta de compradores capazes de pagar pela variedade e quantidade de bens que os comerciantes locais antes ofertavam.

O centro vazio de Corcoran e a pobreza significativa também se traduziram na queda dos valores das propriedades. Os proprietários que trabalhavam em empregos que eram em alguma medida estáveis – no agronegócio ou fora dele – estavam preocupados que eles, bem como seus vizinhos mais pobres, não conseguiriam vender mesmo se quisessem. Em 1982, os classificados nos jornais de casas similares às deles pediam de 35% a 50% menos do que em 1978. No noticiário da noite, em contraste, eles ouviam como o capital imobiliário na Grande Los Angeles e na Bay Area, e em menor grau em Bakersfield e Fresno, acompanhava o crescimento da inflação incrivelmente alta.

As pessoas que permaneceram vivendo em Corcoran ficaram não apenas porque a adversidade econômica as deixou presas

no espaço, mas também porque haviam lutado para fazer de Corcoran seu lar, construindo uma comunidade que, embora organizada em uma hierarquia de raça e classe, também era um lugar orgulhoso da sua ética de cuidado típica das cidades pequenas. As culturas mexicana/chicana e afro-estadunidense floresceram nos interstícios da estrutura social anglo-estadunidense paternalista dominante. Alguns casamentos entre *okies* e mexicanos enfraqueceram – mas não acabaram com – a divisão entre os dois grupos, que haviam, um pouco a contragosto, se aliado na vanguarda das greves trabalhistas de 1938–1939 (Weber, 1994; Gregory, 1989).<sup>120</sup> Um único ensino fundamental e médio educaram todas as crianças que não abandonaram a escola; na verdade, mesmo as crianças mais ambiciosas academicamente raramente saíam da Corcoran High School para tentar uma chance de competir por uma das duas bolsas de estudo Boswell de quatro anos (com valores ilimitados). E, finalmente, praticamente todas as pessoas adultas da cidade que não eram Boswell, Salyer, Guiberson ou Hansen tinham, em algum momento de suas vidas, mesmo que apenas por um verão, cortado algodão Alcala sob o sol do sul de San Joaquin.

A reestruturação da economia de Corcoran produziu excedentes locais. A dívida e a seca forçaram os produtores a deixarem de produzir em suas terras, enquanto a seca e a mecanização tornaram os trabalhadores supérfluos. O ambiente construído da cidade refletia as mudanças econômicas. A base tributária diminuiu, impactada pelos estabelecimentos comerciais abandonados e pelos salários em queda. A Proposição 13 [*Proposition 13*] já havia encolhido a tributação proveniente dos imóveis. O capital carecia de mercados locais, uma vez que os produtores, como Salyer, haviam levado os empréstimos ao limite na década anterior, enquanto Boswell, seguindo seu caminho em direção ao monopólio, tinha dinheiro no banco e podia financiar

120. Ninguém fala sobre o grande tabu dos afro-estadunidenses se casarem com quem quer que seja além dos afro-estadunidenses; a canção “Irma Jackson”, do *okie* Merle Haggard, é uma crítica ao indizível em forma de música *country*.

a expansão sem recorrer a dívidas impagáveis (Reisner, 1986). O estado local não podia atuar para conectar o então abundante capital financeiro da Califórnia aos excedentes locais porque, apesar de sua capacidade legal de emitir títulos da dívida para obras públicas, não tinha a base fiscal para pagar tais empréstimos: os proprietários mais abastados estavam muito cautelosos, os trabalhadores agrícolas demasiadamente pobres e os impérios dominantes do algodão por demais impenetráveis. Programas alternativos de incorporação de médio prazo – como a suburbanização residencial – não eram uma opção, pois Corcoran ficava fora do caminho de expansão do Vale Central, como evidenciado pela falta de compradores comerciais ou individuais de casas de menor custo, pelos edifícios vazios e pelos terrenos não construídos. No fim, os excedentes de Corcoran contribuíram para a crise da cidade.



## A BUSCA POR UM AJUSTE PRISIONAL

Como o desemprego crônico em Corcoran se traduziu em taxas de pobreza infantil acima dos 30%, o desafio de assegurar o futuro impulsionou os habitantes da cidade a solicitar a intervenção do estado na forma de uma prisão multimilionária. Em 1983, Corcoran soube que Avenal (com população de 4.137), nos campos petrolíferos improdutivos das planícies de Kettleman, a oeste do Condado de Kings, tinha uma prisão com 3.000 vagas autorizada pelo legislativo estadual. Naquele mês de maio, a Câmara Municipal de Corcoran instruiu o administrador da cidade, George Lambert, a perguntar ao supervisor do condado, Joe Hammond, se a sede do governo estadual também estaria inclinada a instalar uma prisão em Corcoran.

Ao mesmo tempo em que funcionários nomeados e eleitos faziam *lobby* em busca da autorização legislativa para uma prisão em Corcoran, a cidade também entrou em diálogo com a equipe do Escritório de Localização Prisional [*Prison Siting Office*], do

CDC, para se ter uma melhor compreensão de quais seriam os custos e benefícios de uma prisão como um projeto de desenvolvimento econômico. Nas décadas de 1980 e 1990, os profissionais de marketing do CDC apresentavam toda unidade prisional nova como algo bastante indeterminado. A proposta que eles enviaram aos habitantes da cidade – encadernada em espiral e com uma capa de plástico clara – não era uma publicação elaborada e chamativa; em vez disso, o documento fotocopiado tinha sido escrito de maneira simples e bem ilustrado com mapas, plantas e cronogramas. Em um tom consistentemente otimista, ele enumerava os tipos de benefícios que uma localidade ganharia com a unidade. E o que tornava esse otimismo persuasivo era a modéstia das promessas. Uma cidade com uma classe trabalhadora de luta, tal como Corcoran, era capaz de fazer conexões diretas entre o que *é* e o que poderia *ser* se uma prisão fosse adicionada ao arranjo da economia local.

Quando o CDC promovia as características de desenvolvimento econômico de uma prisão, ele prometia tanto os benefícios de curto prazo associados à construção das unidades – ou seja, empregos – quanto os de longo prazo, derivados da inserção na economia local de um estabelecimento industrial multimilionário supostamente à prova de recessão – ou seja, crescimento. Na frase metaforicamente distorcida, mas imaginativamente cativante, da profissional em relações comunitárias do CDC, Theresa Rocha, ao colocar o trabalho e a propriedade imobiliária outra vez em funcionamento, as “portas da prisão desaprisionariam” a cidade de sua persistente depressão (Drew, 1984, p. 1).

O resumo abaixo dos potenciais benefícios mostra o que Corcoran encontrou de tão atraente na prisão e por que o projeto de desenvolvimento prisional pareceu ser a base adequada sobre a qual reconstruir a cidade em ruínas (fonte para todos os itens, a menos que indicado de outra forma: CDC, 1994a):

- Terra e construção. A proposta do CDC estipula uma seção de terra (259 hectares) relativamente plana por prisão, mas

normalmente compra duas ou mais (CDC, 1990). Embora o benefício da venda da terra vá para o vendedor, a construção de US\$250 milhões criaria até 900 empregos temporários de diferentes níveis de qualificação, alguns dos quais poderiam ser obtidos por moradores de Corcoran. O número de vagas de trabalho permanentes para uma prisão padrão nova varia entre 800 e 1.600 – dependendo do nível de ocupação da unidade concluída –, sendo metade para guardas e a outra metade para todas as outras funções; a folha de pagamento anual corresponde a algo entre US\$30 e US\$50 milhões. O CDC foi sincero com Corcoran sobre as perspectivas de os habitantes da cidade encontrarem empregos na prisão. Nas novas prisões, o trabalho da gerência e dos guardas prisionais [*corrections officer; prison guard – CO*] é atribuído a veteranos que solicitam transferência das outras prisões do estado; o pagamento extra dado à equipe nas novas unidades garante que mesmo um local tão isolado como Corcoran obtenha pessoal experiente em grande quantidade. No entanto, todas as unidades têm uma série de empregos bem remunerados – desde mecânicos de automóveis a técnicos em radiologia –, apresentando uma ampla gama de qualificações que não exigem experiência prisional.<sup>121</sup> Além disso, o CDC estimou que o mercado de trabalho local também ganharia entre 400 e 600 empregos multiplicadores ou derivados – principalmente em serviços de alimentação e no comércio.

- Fundos de mitigação únicos. Os fundos de mitigação compensam os custos de infraestrutura associados ao crescimento antecipado de curto prazo de uma cidade. Esses fundos, cada um dos quais teria que ser legislado a partir da recomendação da Comissão Legislativa Mista de Construção e Operações

121. A classificação de trabalhos do CDC em 1987, com salários entre US\$873 e US\$1.730 por mês, incluía mecânicos de automóveis, carpinteiros, eletricitistas, encanadores, motoristas de caminhão, técnicos de manutenção, encarregados de contabilidade, técnicos de contabilidade, operadores contábeis, padeiros, cozinheiros, assistentes de escritório, operadores telefônicos, assistentes de biblioteca, auxiliar de dentista, técnicos em assistência médica, auxiliares médicos e técnicos em radiologia.

Prisionais [*Joint Legislative Committee on Prison Construction and Operations – JLCPCO*], pagariam parte ou todo o custo da expansão das capacidades educacionais, de água, esgoto, estrada, cadeia e tribunal.

- Compras locais. O CDC gasta, anualmente, de US\$1 a US\$4 milhões com fornecedores locais para quantidades pequenas, porém constantes, de uma ampla variedade de mercadorias ordinárias, desde peças automotivas a curativos médicos, placas e estruturas de armazenamento de armas. Essas despesas estimulariam os negócios locais de varejo e aumentariam as receitas fiscais.
- Subsídios anuais. O governo estadual faz a alocação dos impostos sobre licença veicular, gasolina e outros para condados e cidades a partir de uma base *per capita*, e estes contabilizam os prisioneiros em suas populações. Uma vez que as prisões – e seus ocupantes – recebem todas as assistências diretamente do estado, os subsídios alocados por prisioneiro constituem receita suplementar. O CDC estimou que a participação da cidade nesses subsídios estaria entre US\$110.000 e US\$210.000.
- Trabalho doado. O CDC doa o trabalho dos prisioneiros de baixa periculosidade (Nível I) para as cidades e condados aliados às prisões. As tarefas típicas incluem limpar parques e outros espaços públicos, enfeitar edifícios escolares e reparar prédios públicos.

Com todas essas informações para avaliar, a câmara municipal nomeou um comitê de cinco pessoas, em junho de 1984, para fazer um estudo aprofundado da prisão proposta. O comitê logo se expandiu para dez por causa da carga de trabalho e para garantir a representação de diferentes pontos de vista. Eles se reuniram com autoridades do governo estadual, consultores de localização prisional e grupos de outras cidades que também



buscavam prisões. O comitê também fez viagens de campo para ver com os próprios olhos como era uma cidade prisional.

Uma delegação foi para Susanville, no Condado de Lassen, local do Centro Correccional da Califórnia [*California Correctional Center*] – uma das últimas prisões “originais” do estado (constituída em 1954). Reunindo-se com representantes da cidade e do condado, o comitê de Corcoran ficou sabendo que seus anfitriões atribuíam a segurança econômica da área à unidade e estavam ativamente em busca de uma nova prisão.<sup>122</sup> No relatório apresentado à câmara municipal, a delegação enfatizou que a grande Susanville tinha três shoppings, enquanto nos arredores imediatos de Corcoran não havia nenhum (o mais próximo ficava em Hanford, a trinta quilômetros de distância). Os delegados viram em Susanville o que vislumbravam para a sua própria cidade. Esses benefícios incluíam uma ampla variedade de empregos que se adequavam ao conjunto das qualificações locais, oportunidades para aqueles que buscavam avanços no CDC e um aumento do estrato de renda média. Mas eles não perceberam que uma ampla gama de empregos no setor público (federal, estadual e do condado) havia compensado, por décadas, os declínios nas rendas nos setores pecuário e extrativista.

Um estudo encomendado pelo CDC (Lofing e Linton, 1985) apoiou a visão de que os recém-chegados e bem remunerados empregados das prisões melhorariam o perfil econômico e social da cidade e induziriam investimentos no comércio, lazer e construção residencial. O relatório concluiu que, nos dois primeiros anos de operação da prisão, Corcoran ganharia mais de 950 pessoas em 353 domicílios. O estudo também projetou para o condado receitas no comércio de cerca de US\$3 milhões por ano – bem dentro da faixa das despesas propostas pelo

122. A segunda prisão de Susanville foi instalada em 1991 e a cidade não se restabeleceu. Quando o pequeno Condado de Lake, em Oregon, não se mostrou disposto a abrigar uma prisão cujo local havia sido escolhido pelo Gabinete do Governador, a Câmara Municipal de Susanville escreveu uma carta, aparentemente não solicitada, ao Condado de Lake alertando-o das desvantagens significativas da vida em uma cidade que abriga uma prisão.

CDC –, algumas das quais Corcoran poderia esperar capturar se tivesse estabelecimentos apropriados prontos para operar. Em suma, parecia que a prisão daria início ao crescimento com um grande influxo de novos empregos e investimentos e que proporcionaria o desenvolvimento local sustentado por meio de empregos baseados nas prisões e induzidos pelo crescimento para antigos e novos residentes.

Mas houve oposição. Cerca de 20% da cidade formou uma coalizão antiprisional orbitando em torno de um pequeno grupo que representava alguns dos poucos pequenos fazendeiros remanescentes da bacia do Lago Tulare. Eles se opuseram à introdução de um projeto de desenvolvimento econômico que mudaria a natureza da cidade. Martha Owens vivia ao sul de Corcoran, em uma fazenda de 65 hectares, compatível com as exigências do Escritório de Aproveitamento, onde seu avô havia se estabelecido e a família se recusado firmemente a vender a Boswell. Ela sustentou que a prisão faria com que pessoas que sempre se deram bem e acolheram estranhos ficassem com medo umas das outras.<sup>123</sup> Ninguém, a favor ou contra, duvidava que a prisão mudaria Corcoran. No entanto, como outros moradores apontaram, o senso de lugar predominante incluía “nosso centro vale a pena! Por que você está tentando preservar o que já está morto?”

123. Certamente, *obéies*, mexicanos e africanos que vieram para Corcoran no início do século como trabalhadores migrantes não experimentaram universalmente a receptividade incondicional que Martha Owens creditou a toda a Corcoran. As minhas viagens a Corcoran apoiaram seu sentimento – mas eu atribuo parte da recepção positiva que recebi ao fato de ter ido como uma pesquisadora interessada na saúde social e econômica do lugar; isto é, fui em paz e não ia ficar. Também é verdade que logo após a minha chegada à cidade, em todas as visitas, eu fazia um breve ritual. No frescor da manhã, eu revisava minhas anotações em uma mesa de piquenique em um parque construído por Boswell, até que a redação do *Corcoran Journal* do outro lado da rua abrisse para o funcionamento. O carro da patrulha de plantão cruzaria lentamente o perímetro do parque (um quarteirão relativamente pequeno da cidade), com seu policial me observando. Eu me inquietava com os meus papéis, trocava os óculos algumas vezes e me fazia parecer muito ocupada. O policial ia embora. Todas as vezes.

Muitos temiam que convidar pessoas supostamente perigosas para se estabelecerem em seus arredores, mesmo que detrás de uma cerca elétrica mortal, arame farpado, torres, armas e gralhas, seria uma receita para o desastre. Owens, que morava sozinha, imaginava prisioneiros fugitivos vagando pelo campo. Diana Johnson, a representante de marketing do CDC designada para Corcoran, assegurou aos moradores que as fugas do CDC, que atingiram o pico em 1942, eram extremamente raras e que, quando os prisioneiros saem, eles geralmente deixam a área imediatamente (CDC, 1992).<sup>124</sup> Um administrador do Distrito Escolar Unificado de Corcoran trouxe à tona outro medo – que a prisão traria consigo problemas extramuros na forma das famílias dos prisioneiros. “Que apoio podemos esperar do estado para essas famílias, como precaução?”, ele perguntou. “Você não simplesmente despejá-los em cima de nós?” (*Corcoran Journal*, 28 de maio de 1987). Naquela sala, como em grande parte da sociedade estadunidense, ninguém se opôs a estigmatizar as famílias dos prisioneiros, mesmo que a lei condene indivíduos, não grupos parentais. A porta-voz do CDC sustentou o estereótipo. Sua resposta à segunda pergunta foi sim, mas com um fator atenuante: por causa da política do CDC de transferir os prisioneiros entre as unidades com pouco ou nenhum aviso, poucas famílias se mudam para onde seus entes queridos estão encarcerados (CDC, 1994b).

Vários fazendeiros estavam particularmente preocupados com a água. Em meados da década de 1980, a agricultura estava em queda, e os produtores menores não se atraíram pela ideia de competir pela água com o CDC, uma vez que a escassez futura poderia aumentar os preços ou exigir racionamento direto. O CDC garantiu aos fazendeiros que usaria água doce

124. Em 1942, a taxa de encarceramento do estado foi menor do que em qualquer momento durante o século XX. Na cena final de *Se ele chior, deixa rolar*, o brilhante romance de Chester Himes sobre a Los Angeles negra, a indústria da guerra e o racismo na Segunda Guerra Mundial, um juiz sentença o narrador, que foi enquadrado por estupro, a se alistar nas forças armadas em vez de ser mandado para atrás das grades (Himes, 1988; cf. C. L. R. James, 1980).

com moderação e que compraria água residual tratada para os usos que não envolvessem consumo humano.

Os ativistas contrários à prisão, embora poucos em número, foram persistentes na tentativa de persuadir os outros da precisão de sua análise. Eles realizavam reuniões nas casas uns dos outros, participavam de todos os fóruns públicos e reuniões da câmara e escreviam cartas ao jornal em todas as oportunidades. Esse ativismo provocou uma grande dose de animosidade. As pessoas que, em geral, eram civilizadas umas com as outras se envolveram em gritarias e embates públicos em reuniões, nos restaurantes e na rua. Alguns atos menores de vandalismo, reais ou imaginários, alimentaram à controvérsia da prisão, e os opositores do projeto, que se queixavam de toras roubadas de pilhas de madeira ou de cercas violadas, acusaram seus rivais de uma escalada injusta e ilegal.

As contra-acusações dos defensores da prisão trouxeram à tona questões sobre o status e a localização. Os habitantes da cidade sugeriram que os fazendeiros cujos terrenos estavam em parcelas não incorporadas do Condado de Kings não se importavam com o futuro de Corcoran, mas apenas com sua própria situação e bem-estar. Em outras palavras, do ponto de vista de quem apoiava a proposta, os pequenos produtores, enquanto estivessem à sombra de Boswell e do resto da oligarquia do algodão, gozavam de independência econômica da cidade e de seus problemas. Os pequenos produtores eram eles próprios empregadores sazonais, geralmente contratando de 2 a 12 pessoas por dois meses ou menos (Reisner, 1986; cf. Goldschmidt, 1946). Uma vez que as lideranças que queriam a prisão eram anglo-estadunidenses como seus oponentes, as acusações de racismo não vieram à tona de forma explícita nesses confrontos. No entanto, silenciosa e informalmente, as pessoas começaram a falar sobre a negligência, descuidada ou intencional, dos oponentes pelos trabalhadores chicanos e negros subempregados, que precisavam desesperadamente de trabalho. Questões de raça e poder surgiram abertamente mais tarde.

As forças favoráveis e contrárias à prisão em Corcoran enfatizavam diferentes aspectos em suas respectivas avaliações sobre um provável impacto da prisão na cidade. Os medos de quem era contrário combinavam a antecipação dos perigos estereotipados à nostalgia de uma cidade que, de certa forma, nunca havia existido. Os apoiadores da prisão viram um projeto de desenvolvimento que correspondia às características do local. Os confrontos entre os grupos se estruturaram a partir de relações já existentes, embora nem todas as hierarquias da cidade tenham sido evidenciadas diante da controvérsia. Enquanto os pequenos fazendeiros estavam, de certa maneira, sob a mira da crítica, os poderosos clãs do algodão não estavam; enquanto a pobreza e o desemprego eram assuntos constantes de discussão, raça e classe não eram.



## PRISÕES CHEGAM À CORCORAN

O CDC identificou três locais fora dos limites da cidade que pareciam adequados – dois ao norte e um ao sul. Os locais ao norte tinham a vantagem de estar nas proximidades da ferrovia e da principal artéria leste-oeste que conecta a Interestadual 5 e a Rodovia 99 – as principais estradas a noroeste do Grande Vale Central. O terceiro local, pouco mais de três quilômetros ao sul da cidade, era financeiramente menos conveniente por causa da distância adicional que os materiais teriam que percorrer para serem transportados para a unidade. Além disso, enquanto quanto a parcela sul era, de fato, relativamente plana, seu lado oeste sofria com uma tendência ao encharcamento; para corrigir o problema, o CDC teria que gastar dinheiro extra para implementar uma drenagem subterrânea.<sup>125</sup>

Em 1985, o CDC comprou a pior das três parcelas de terra da J. G. Boswell Company. A venda permitiu que Boswell se livrasse de 777 hectares relativamente pobres que haviam ficado

125. SPWB, 1986b; BRC, 1990; *Corcoran Journal*, 28 de maio de 1987.

ociosos durante a seca, e também durante os anos posteriores de inundação, a aproximadamente dez vezes o que seria o preço de venda das terras agrícolas.<sup>126</sup> A única outra maneira de conseguir tal precificação teria sido vendendo para incorporadoras que atuam no setor privado de residências e do comércio. No entanto, o setor da construção civil não se atrairia por terras instáveis. De qualquer maneira, não havia incorporadoras comprando terras dentro nem ao redor de Corcoran por um ou outro motivo, porque em meados da década de 1980, ela estava muito longe para ser um subúrbio da crescente área de Fresno-Clovis, a nordeste, ou da grande área de Bakersfield, a sul, e muito próxima para competir com Hanford e Lemoore dentro do condado. O problema de Boswell ao fazer uma venda era o tamanho da empresa; não havia nenhum concorrente maior para tirar a terra de suas mãos, e nenhum fazendeiro menor poderia fazer essa área difícil render mais do que a grande empresa de algodão. O governo do estado era uma entidade não competitiva grande o suficiente para absorver os hectares excedentes de Boswell.

Se o problema do CDC fosse simplesmente encontrar um espaço amplo relativamente plano para se construir uma prisão, ele tinha diversas alternativas tanto em torno de Corcoran quanto em todo o Vale Central. Corcoran tinha as duas parcelas de terra do norte, e também havia milhares de hectares de execução hipotecária ao redor do vale que o Bank of America vinha tentando vender (Gottlieb, 1988), incluindo, cerca de dezoito meses depois de se completar o acordo com Boswell, 16.187 dos 31.161 hectares de Salyer que o banco detinha o título.<sup>127</sup> Portanto, não parece exagero concluir que o dilema da escolha de localização pelo CDC não era simplesmente um problema de encontrar espaço adequado, mas, ao contrário, um problema

126. As ponderações para este item vieram, em parte, das entrevistas generosamente concedidas por Don Pauley (julho de 1995 e julho de 1996), Jeanette Todd (julho de 1995), R. Bernard Orozco (julho de 1995) e por residentes anônimos.

127. *Corcoran Journal*, 16 de junho de 1987.

de política e, portanto, de lugar. Corcoran era uma cidade de uma classe trabalhadora da bacia do Lago Tulare, povoada por atuais e antigos trabalhadores agrícolas que se esforçavam para mantê-la e renová-la. Mas as particularidades de Corcoran, enquanto lugar, foram moldadas por oligopólios do agronegócio que tinham, ao longo do século, trabalhado de perto e explorado as rivalidades internas do governo estadual, em seus diferentes níveis, para conquistar o controle da terra e do trabalho, recursos subsidiados e outras formas de poder econômico, e que, agora, buscavam uma transformação da geografia local do investimento que, ao invés de competir, complementaria o domínio contínuo do algodão (cf. Woods, 1998; Preston, 1981).

A possibilidade da localização do presídio nas terras de Boswell surgiu com o poder de Boswell, que se estendia desde o Kate G. Boswell Senior Center, onde foram realizadas reuniões para debater a prisão, até o legislativo do estado, onde o projeto de lei para a aprovação da prisão de Corcoran passou a tramitar com rapidez, de modo que as verbas foram apropriadas, a revisão ambiental dispensada, os estudos concluídos e a construção iniciada antes mesmo que as prisões já aprovadas tivessem saído da fase rudimentar do planejamento (LAO, 1986). No legislativo, o deputado Jim Costa promoveu uma escalada punitiva no Senado da Califórnia, levando três prisões para seu distrito na década de 1980 (Corcoran, Avenal e Coalinga), patrocinando mais três na década de 1990 (Corcoran II, Delano II e California City) e assinando a coautoria de leis criminais importantes – a mais notável delas, a lei “*three strikes*” de 1994.

A aprovação da prisão pelo legislativo levou Corcoran a um período antecipado de aquecimento da construção civil que durou até a construção da prisão e se prolongou durante o primeiro ano de sua operação. As projeções do CDC, apresentadas em um estudo encomendado pelo departamento a uma empresa de pesquisa em planejamento (Lofing e Linton, 1985), indicaram que a cidade deveria se preparar para um crescimento superior ao normal no curto prazo. A expectativa era que 20% dos funcionários do CDC da nova unidade fossem morar em Corcoran.

As incorporadoras fizeram novas moradias e a cidade emprestou US\$1,2 milhão para construir novos edifícios municipais e enfeitar a Avenida Whitley, a via principal das lojas de varejo que deveriam reviver suas vitrines vazias. Shiloh Inns construiu um hotel na avenida Whitley, e a Câmara de Comércio começou a fazer pesquisas sobre a possibilidade de obter uma franquia de *fast food*, como o McDonald's, na cidade.

Como no caso de Avenal, o aluguel imobiliário em Corcoran aumentou durante o período pré-prisão (pouco menos de dois anos), enquanto no condado vizinho caiu. Em ambas as cidades, a falta de demanda empurrou os preços de volta para os níveis anteriores à chegada da prisão – embora os aluguéis tenham permanecido cerca de 15% mais altos do que antes do *boom* (Parks et al., 1990). O fracasso de Avenal em atrair residentes-funcionários da prisão foi o prenúncio do fracasso de Corcoran em ganhar um acréscimo de 7,5% na população que poderia ser atribuído à prisão (Parks et al., 1990). Os funcionários do CDC evitaram ambas as localidades por causa da falta de serviços de lazer, comerciais e educacionais. Além disso, comparadas a moradias semelhantes em cidades maiores e por causa dos encargos com o transporte, o isolamento das duas cidades acrescentou vários milhares de dólares ao custo de uma casa nova.

Corcoran está situada perto de cidades pequenas que são maiores do que ela – Hanford (com população de 24.450, em 1985) e Lemoore (com população de 12.000, em 1985) – e que têm shoppings, cinemas e outros serviços desejáveis. Está a uma distância fácil para um deslocamento diário na Califórnia (cerca de oitenta quilômetros em cada sentido, sem trânsito) para as principais cidades do vale, como Fresno, Visalia e Bakersfield. Finalmente, para aqueles que querem viver em ambientes mais pitorescos, o sopé da Sierra Nevada, a leste, e a Coastal Range, a oeste, também estão dentro de um trajeto diário mais desafiador, embora ainda factível, dentro do estado. Alguns daqueles que viviam a mais de oitenta quilômetros de distância alugavam apartamentos em Corcoran, compartilhavam o espaço com outros funcionários do CDC para a típica semana de trabalho de

quatro dias e voltavam para casa para suas famílias para seus fins de semana escalonados de três dias (Parks et al., 1990).

Portanto, paradoxalmente, do ponto de vista dos funcionários, Corcoran é um bom local para a prisão apenas porque é um local fácil para se chegar em casa e não porque seja, da perspectiva deles, um bom lugar para se viver. Como resultado, em vez da prisão induzir uma expansão do mercado imobiliário residencial e comercial, como em Susanville, o modesto aumento do estoque habitacional de Corcoran veio acompanhado por um crescimento da taxa de desocupação (ver tabela 8). Os novos funcionários da prisão na área não se estabeleceram em Corcoran, e os moradores de Corcoran não conseguiram empregos na prisão. Mais ou menos um ano antes da unidade começar a receber prisioneiros, o CDC realizou várias feiras de empregos no Kate G. Boswell Senior Center. Na maior delas, 823 pessoas se inscreveram em formulários preliminares e conversaram com representantes do CDC, mas apenas 178, ou menos de 10% dos empregos na prisão, foram preenchidos por residentes de Corcoran; 40% foram para residentes de um mercado de trabalho local estendido – num raio de, aproximadamente, cento e vinte quilômetros – e 60% foram para pessoas de outros lugares (Parks et al., 1990). Trata-se de resultados ligeiramente piores do que os gerados pela média dos projetos de desenvolvimento econômico locais (cf. Bartik, 1991). O mercado de trabalho se ampliou por causa da facilidade em se percorrer trajetos maiores, do clima ameno, dos salários relativamente altos e da proliferação de serviços em outros lugares.

TABELA 8 VARIACÃO ANUAL DO ESTOQUE HABITACIONAL DE CORCORAN E TAXA DE DESOCUPAÇÃO, ANOS SELECIONADOS

Ano	Total	Unidade individual	Casa geminada	Móvel	Desocupação (%)
1977	1	1	0	0	3,31

1982	48	-22	-40	7	3,66
1984	20	13	4	3	4,85
1987	252	60	194	-2	5,47
1988	83	74	0	9	7,40
1989	40	17	2	21	7,50

Fontes: Parks et al., 1990; U.S. Bureau of the Census, *Census*, 1990, 2000.

A frustração lançou a cidade a desempenhar um papel empreendedor. Os defensores do projeto da prisão na cidade descobriram que os candidatos locais às vagas achavam as peculiaridades do sistema de formulários de emprego do estado diferentes de qualquer coisa já encontrada quando procuravam trabalho. Assim, partindo do pressuposto de que a falta de conhecimento em preencher os formulários era a principal barreira entre os moradores de Corcoran e as vagas de trabalho do CDC, a cidade organizou oficinas de “como fazer” no ensino médio. Formadores voluntários, assistidos por representantes do Departamento de Desenvolvimento de Emprego da Califórnia [*California Employment Development Department* – EDD], explicaram metulosamente aos potenciais candidatos como preencher adequadamente os formulários de emprego do estado (não deixe espaços em branco!), como se inscrever e fazer os testes necessários e, por fim, como fornecer prova adequada de treinamento, experiência, credibilidade e licenciamento para cargos especializados. As oficinas podem, talvez, ser creditadas por elevar a taxa de sucesso de Corcoran em mais de 20% em meados da década de 1990, mas não está claro se os moradores da cidade que ganharam a parcela crescente dos empregos moravam lá antes da chegada da prisão ou antes de conseguirem um emprego na prisão. De qualquer forma, o número de moradores

de Corcoran na pobreza aumentou (Hornor, 1993), e o número médio de casos de assistência social do Condado de Kings continuou sua escalada gradual, mas constante, que havia começado no final da década de 1970 (Parks et al., 1990).

Como Corcoran é de maioria mexicana/chicana, com uma população afro-estadunidense significativa, é tentador explicar o fracasso da população local em conseguir os empregos como um sintoma de práticas de contratação racialmente excludentes. Embora isso possa ser verdadeiro para outros departamentos estaduais, o CDC tinha as políticas de ação afirmativa para contratação mais agressivas dentre todas as agências estaduais da Califórnia (PRCC, 1996). Há razões para isso e elas têm raízes nas mudanças das políticas penais em escala nacional. No início da década de 1980, os profissionais penais brancos debatiam se a diversificação demográfica das equipes penais, especialmente dos guardas, não poderia ajudar a manter a paz e, assim, aumentar a segurança nas prisões, que cada vez mais encarceravam pessoas de cor. A visão alternativa dizia que a identificação racial e étnica exerceria uma atração efetiva mais forte sobre uma força de trabalho diversificada do que a lealdade ao estado poderia exercer (ver, por exemplo, a edição especial de *Corrections*, em outubro de 1982). As forças a favor da diversidade venceram em muitas jurisdições; e na Califórnia, mesmo enquanto a Universidade da Califórnia se preparava para acabar com as ações afirmativas, todo documento de legislação e regulamentação prisional envolvendo a expansão da força de trabalho do CDC estipulava, explicitamente, que as “minorias” (pessoas de cor e mulheres brancas) fossem ativamente buscadas para comport posições em todos os níveis.

Uma melhor explicação para o fracasso de Corcoran em conseguir empregos está no sistema educacional das comunidades de trabalhadores rurais, onde os alunos “aprendem a trabalhar” (Willis, 1977) de maneiras específicas. A desconexão entre o desaparecimento dos empregos agrícolas e o uso inconsistente do tempo escolar resulta em jovens educados para nada: um fato verdadeiro tanto para os muitos jovens urbanos quanto para os

da classe trabalhadora rural. As notas de leitura de Corcoran, nos anos de 1991 e 1992, estavam no percentil 61 em comparação com o restante do estado; Avenal estava no percentil 20 (Hornor, 1993).

Embora o orçamento operacional da prisão não tenha produzido o crescimento esperado na renda dos residentes novos ou antigos de Corcoran, produziu, como prometido, um pequeno mas constante poder de compra anual. As compras de mercadorias, ainda que altas o suficiente para apoiar um realinhamento parcial no poder político da cidade – um assunto para o qual retornaremos –, não foram suficientes para elevar o fator de atração fiscal da cidade acima de 1 (Parks et al., 1990), o que significou que o comércio na cidade permaneceu (proporcionalmente) abaixo da média estadual.<sup>128</sup> De fato, enquanto os gastos totais do CDC no Condado de Kings eram maiores do que o previsto, os principais beneficiários foram as concessionárias de eletricidade, gás e água de outras localidades (Parks et al., 1990).<sup>129</sup>

No sul do Vale de San Joaquin, a água é o serviço público controverso. Mesmo quando Boswell estava organizando a venda de terras para o CDC, pequenos fazendeiros nas Planícies de Kettleman, no lado oeste do condado, duramente atingidos pelo esgotamento das águas subterrâneas durante a seca, viram a prisão que chegava em Avenal mais como uma competidora

128. De acordo com a medição da receita do imposto sobre vendas, quanto mais isolada ou ilhada uma cidade prisional, mais a atividade econômica parece manter-se localmente. No entanto, a apatência pode muito bem ser uma ilusão. A relativa atração fiscal da distante cidade de Blythe (ver mapa) parece ser mais um efeito da contínua atividade construída (depois das prisões, a cidade experimentou a construção de uma série de usinas de energia) do que de qualquer atividade relacionada à prisão. Blythe, como Crescent City e Lone, também é um local onde os turistas gastam dinheiro com comida, hospedagem e insumos.

129. As concessionárias de serviços públicos mantiveram um perfil discreto durante as lutas contra a instalação prisional nas localidades escolhidas. É impressionante, olhando em retrospecto, que o estudo de Lofting e Linton, de 1985, tenha subestimado os gastos do CDC no condado ao não incluir tais serviços como um item do orçamento.

pelos recursos do que como uma geradora de empregos. Eles entraram com uma ação judicial contra o CDC, que indiretamente os colocou contra os grandes proprietários de terras da área – incluindo a Standard Oil e o produtor de uvas e vegetais Bill Mouren, que venderam as três seções de terra de Avenal para o estado. A ação resultou em uma ordem judicial proibindo o CDC de fazer uso de qualquer água subterrânea na unidade. Isso significou que a prisão teve que usar água excedente obtida pelo contrato da cidade de Avenal com o Distrito Metropolitano de Águas de Los Angeles [*Los Angeles Metropolitan Water District – Met*]. Na conclusão do processo, a Procuradoria-Geral do Estado reiterou a posição do CDC na ação, reconhecendo indiretamente o problema geral do excedente, ao qual a prisão forneceu uma solução: do ponto de vista do estado, Avenal, ou qualquer outra nova prisão, estaria beneficiando os fazendeiros e o lençol freático ao remover permanentemente a terra da produção agrícola.<sup>130</sup>

Em Corcoran, o CDC perfurou um poço de 305 metros de profundidade no local para complementar a água potável adquirida na cidade e comprou água excedente e de esgoto tratado para outros usos. Corcoran investiu US\$3 milhões em uma estação de tratamento de água e estava preparada para vender a qualquer comprador o volume de 1.233m<sup>3</sup> por US\$5, mas presumiu que a prisão seria sua maior compradora. Em vez disso, a prisão fez um contrato de compra de água excedente com o Distrito de Irrigação de Corcoran [*Corcoran Irrigation District*] (uma concessionária regional) a US\$45 pelo mesmo volume e continuou assim até a cidade informar a JLCPCO em Sacramento, capital do estado, que a unidade estava desperdiçando dinheiro (CDE, 1996). Uma vez que não havia regra exigindo que o CDC se integrasse à economia local, em vez de contorná-la, a acusação de desperdício de recursos financeiros apresentada à comissão de supervisão prisional foi a única maneira de Corcoran forçar

130. *Coalition Record*, 20 de fevereiro de 1985.

o CDC a obrigar a prisão local a comprar a água tratada de Corcoran.<sup>131</sup>

A prisão tinha que estar territorialmente integrada à cidade para que Corcoran recebesse sua parte dos subsídios fiscais anuais do governo do estado. No entanto, sua anexação se mostrou mais difícil do que os defensores do projeto da prisão haviam imaginado.<sup>132</sup> Dado que os subsídios aumentariam as receitas da cidade em aproximadamente US\$65 por prisioneiro ao ano, parecia razoável esperar que aqueles que viviam no Condado de Kings sob a esfera de influência de Corcoran, mas não incorporados a ela, e que usavam os serviços da cidade, como parques e escolas, apoiariam a mudança da fronteira política para se enquadrar na parte sul da cidade. Num primeiro momento, o Comitê de Formação de Agências Locais do Condado de Kings [*Kings County Local Agency Formation Committee – LAFCO*] havia aprovado a anexação – vendo-a como uma expansão lógica da cidade e não como uma grilagem de terras sedenta por impostos –, mas os eleitores da proposta de anexação, dentre os quais estavam algumas das forças antiprisoniais mais resistentes,

131. Em comparação, em Avenal, a questão da água demonstra como a prisão *prejudica* diretamente os esforços de desenvolvimento local. Tendo sido proibido de usar as águas subterrâneas como resultado da ação promovida pelos fazendeiros, o CDC negociou com Avenal para ficar com parte da água que a cidade contrata do Projeto Estadual de Águas [*State Water Project – SWP*] e do Distrito Metropolitano de Águas de Los Angeles [*Met*]. As negociações não incluíram provisões ou recursos que atenuassem o impacto caso a prisão encarcerasse mais detentos do que o previsto. Como a prisão desenhada para 2.700 abrigou mais de 6.000 prisioneiros, ela consumiu mais do que o dobro de água em relação à produção inicial. Avenal compra água do SWP-Met ao preço de produção (cerca de US\$35 por 1.233m<sup>3</sup>) e, com uma população residente muito pobre, não pode se dar ao luxo de aumentar sua quantidade contratada. Como resultado, a cidade não conseguiu recrutar empregadores da indústria ou de outros setores, porque, devido ao dreno do CDC, não pode garantir água suficiente para o uso industrial ou para a expansão residencial (Melissa Harriman, entrevista, 1996).

132. Para todas, exceto em 3 das 24 novas prisões do estado, as cidades que receberam as prisões tiveram que anexar territórios (R. Bernard Orozco, entrevista, 1995).

derrotaram a medida em 1986. A cidade conseguiu anexar o local no final de 1987, desenhando o novo limite perto da prisão e da estrada de ligação, enquanto contornava as terras interditas dos proprietários mais relutantes. Graças ao alto número de prisioneiros encarcerados na unidade, a medida aumentou instantaneamente as receitas da cidade em cerca de 6% no primeiro ano.

Como a prisão produziu resultados bastante decepcionantes, além do dinheiro dos subsídios, alguns moradores de Corcoran, bem como seus pares em Avenal, Crescent City (R. W. Gilmore, 1994; Parenti, 1997) e outras cidades prisionais novas (Huling, 2002; Gilmore e Gilmore, 2004), denunciaram o CDC por ter feito promessas que não cumpriu. Mas outros, em Corcoran e em outros lugares, ao invés de verem o fracasso do projeto como uma deturpação das informações produzidas pelo CDC, viram-no como evidência dos erros cometidos pela cidade. Esses empreendedores políticos conseguiram que a cidade fosse atrás de uma segunda prisão a ser construída adjacente à primeira, na porção não utilizada das terras de Boswell. Eles pretendiam usar a experiência com a primeira prisão para evitar os erros na segunda vez.

A cidade estava tentando desenvolver uma nova imagem; enquanto continuava a ser uma cidade do algodão, precisava criar uma identidade industrial alternativa forte para se diversificar. Susanville, o modelo de desenvolvimento de Corcoran, tinha vários escritórios do CDC, além da prisão de 1954 e as futuras. Em 1990, o CDC abriu um escritório de contabilidade regional em Visalia, no Condado de Tulare; Corcoran lutou para conseguir ter o estabelecimento realocado para o seu território, onde reabriu no final de 1991. Corcoran argumentou que era injusto que Visalia se beneficiasse de um escritório “limpo” – com empregos administrativos e de serviços ligados ao cuidado – sem que, ao mesmo tempo, servisse à segurança pública tendo uma prisão em seus arredores imediatos. A vitória de Corcoran foi,

de certa maneira, uma vitória pírrica<sup>133</sup>. A cidade tomou emprestados US\$775.000 para construir o novo escritório (usando dinheiro do subsídio para pagar o empréstimo), enquanto as pessoas que conseguiram os empregos foram, em sua maioria, residentes de Visalia, que se deslocavam diariamente entre a casa e o trabalho, levando seus salários de volta para casa.

A conquista da prisão e do escritório de contabilidade por Corcoran foi um exemplo de como a cidade poderia usar o poder político para formar uma economia espacial aparentemente distinta; mas, como a disputa pelo escritório de contabilidade ilustra muito bem, a demarcação espacial por meio de fronteiras políticas não necessariamente se traduz em fixação territorial do funcionamento econômico. A cidade se voltou para suas capacidades tributárias na esperança de que, ao usar seletivamente esses poderes, poderia apostar na obtenção de uma parte dos incertos gastos de construção e induzir novos investimentos, mesmo que ainda não identificados.

Como os benefícios financeiros da primeira prisão foram muito menores do que o esperado, e como a cidade gastou um tempo considerável e pegou emprestado cerca de US\$5 milhões em antecipação a um retorno que não se concretizou, Corcoran decidiu, em 1993, reclamar sua prerrogativa territorial tributando os fornecedores da segunda prisão no canteiro de obras. Normalmente, esses itens são tributados no local onde são comprados, mas sob as leis da Califórnia, a cidade poderia aproveitar seu poder de tributação para mercadorias compradas dentro do estado.

Ao mesmo tempo em que Corcoran exercia poderes de tributação maiores do que o normal no canteiro de obras da segunda prisão, ela também tentava atrair novos empregadores usando a estratégia inversa – reduções de impostos. Em 1993, o governo

133. N.T.: A expressão “vitória pírrica” se refere à vitória dos exércitos do rei Pirro sobre os romanos durante o que ficou conhecido como Guerra Pírrica. Ela é utilizada quando uma vitória é obtida com tamanho custo que passa a ser possível entendê-la como uma derrota ao vencedor devido às consequências irreparáveis da batalha.



estadual concedeu uma designação de Zona Empresarial da Califórnia [*California Enterprise Zone – CEZ*] a todo o território do Condado de Kings a leste das Planícies de Kettleman. O status de CEZ estava muito distante de ser um subsídio direto; Corcoran teve de conciliar a resposta de curto prazo da tributação do canteiro de obras da segunda prisão com uma solução arriscada de longo prazo. O risco era que os empregadores viessem a explorar até 15 anos de benefícios e saíssem antes de ficarem atolados no solo tributável da economia local. A aposta era que os custos irrecuperáveis manteriam os investidores no local. Entre 1993 e 1997, apenas um novo empregador ingressou na cidade como resultado do programa de incentivos fiscais (cf. LeRoy, 2005).

A cidade também criou subsídios para o setor habitacional na esperança de revalorização futura, estabelecendo as tarifas mais baixas e a taxa de aprovação mais rápida do condado. Surgiu uma única proposta do setor: um construtor ofereceu construir de 10 a 30 casas de 204 metros quadrados. As novas casas seriam agressivamente comercializadas para os guardas prisionais [COs] que estavam se transferindo para a segunda prisão, e o ponto chave da venda seria uma característica quase personalizada: os COs teriam que se mudar para sua nova atribuição dentro de sessenta dias após a aprovação do CDC ou perderiam seu posto de trabalho (o que geralmente acarreta numa promoção), e o incorporador terminaria a casa em até sessenta dias dentro das especificações de compra do CO e de sua família.

A fim de persuadir os COs a viverem em uma cidade cujos transferidos anteriores do CDC haviam desprezado, e dada a dificuldade de desenvolver serviços de comércio e lazer, Corcoran teve que descobrir maneiras de tornar atraente a atmosfera local. Alguns dos problemas mais superficiais poderiam ser resolvidos de forma barata explorando o trabalho prisional. A contradição óbvia no uso desse tipo de trabalho em obras públicas em uma cidade acometida pelo desemprego é ressaltada pelo fato de que, naquela época, o CDC “avaliava” o trabalho do prisioneiro em

US\$7/hora, 35 centavos acima do salário médio por hora em Corcoran.

Corcoran não pretendia limitar sua diversificação a algodão e prisões. O propósito fracassado do status CEZ era trazer outros tipos de indústrias para a cidade. Por ter tido uma experiência prisional positiva, Susanville forneceu um modelo. Assim, operando a partir da suposição equivocada de que a prosperidade relativa da cidade do condado de Lassen era um subproduto da prisão, Corcoran concentrou-se no desenvolvimento relacionado à prisão. Esta decisão diz mais sobre o percurso dos gastos de US\$1 bilhão do CDC feito na cidade ao longo de uma década do que sobre uma rota traçada por planejadores políticos e profissionais da cidade, e muito menos por membros da comunidade. A escala e o escopo do empreendimento do CDC forneceram a primeira alternativa econômica significativa às empresas oligopolistas de algodão, mesmo que, do ponto de vista dos produtores agrícolas, a prisão tenha simplesmente lhes proporcionado algum alívio das crises decorrentes das terras improdutivas e do trabalho excedente com potencial para se mobilizar politicamente.



O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas [*United Farm Workers – UFW*] não conseguiu sindicalizar os trabalhadores da Salyer em 1986, mas o esforço pesou sobre a atmosfera política da cidade. Os antagonismos de raça e classe encenados na luta contra os cortes salariais e a terceirização surgiram também em outros palcos, e as chicanas e os chicanos de Corcoran começaram a armar um ataque orquestrado à hierarquia racial da cidade. Os trabalhadores da Salyer, ao mesmo tempo em que lutavam contra um empregador severamente enfraquecido, ainda estavam totalmente envolvidos na economia política do algodão, e a campanha malsucedida do UFW explicitou o poder

da indústria que havia se acumulado ao longo de mais de sessenta anos. Mas se o algodão tinha poder, nem todos os filhos de trabalhadores do campo pertenciam a esse setor. Ironicamente, com a chegada da prisão, alguns ativistas foram liberados.

Em 1986, a Câmara Municipal de Corcoran foi, pela primeira vez, dessegregada com a eleição de Daniel León. León nasceu em Corcoran logo após a Segunda Guerra Mundial. Frequentou a Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e a Universidade Estadual da Califórnia, em Fresno, onde o Movimento *Brown Power/La Raza* [Poder Marrom/A Raça], inspirado pelo UFW e pelo *Black Power* [Poder Negro] (especialmente os Panteras Negras), compunha o caráter principal da paisagem política. León e seu grupo amadureceram quando os programas federais e estaduais “corrigiram” os impeditivos ao avanço, exigindo políticas antirracistas para a entrada no ensino superior e generosos financiamentos a programas de auxílio estudantil. Naqueles tempos, crianças pobres de cidades rurais e do interior, que tinham notas aceitáveis e um aconselhamento minimamente decente, podiam encontrar um lugar no sistema de ensino superior do estado, que estava em rápida expansão (R. W. Gilmore, 1991). Não vendo oportunidade de usar sua formação e suas habilidades em Corcoran, exceto, possivelmente, em uma posição de gerência intermediária no setor do algodão ou no governo da pequena cidade, muitos dos que partiram não retornaram.

León, por fim, voltou para morar em Corcoran e ia diariamente trabalhar no Escritório de Recursos Humanos de Fresno. Junto a outros chicanos e chicanas que haviam saído e retornado à cidade, como o dono da loja de autopeças Ruben Quintinilla, que frequentou a Universidade Estadual de San Jose, León começou a denunciar algumas das desigualdades mais escandalosas da cidade, como o *school tracking* [rastreamento escolar]<sup>134</sup>. Não dependentes da indústria do algodão ou do governo da cidade para a subsistência, os reformistas eram, ao mesmo tempo,

134. N.T.: Trata-se da prática escolar de separar os estudantes em diferentes grupos de acordo com o desempenho acadêmico.

membros internos e forasteiros, e sua relativa independência econômica se coadunou às profundas raízes na comunidade mexicana/chicana.

Quando a prisão abriu, León tornou-se seu gerente de recursos comunitários. O gerente executava uma série de tarefas, que iam desde negociar os usos das “abelhas operárias” prisioneiras [prisoner “work bees”] de Nível I de periculosidade em projetos de embelezamento urbano até trazer programas religiosos e outros programas de voluntariado para a unidade e conceder contratos aos fornecedores da cidade para as mercadorias compradas localmente pela prisão. A loja de autopeças de Quintinilla se tornou a principal fornecedora da prisão para itens como baterias e velas de ignição. A chegada da prisão aumentou a estatura e a independência econômica dos fornecedores, porque eles estavam fora do algodão e do governo da cidade, mas, ao mesmo tempo, *ambos* tinham base local e estavam formalmente conectados a um nível mais alto do estado. León, Quintinilla e vários outros começaram a vocalizar cada vez mais sobre a necessidade de mudanças estruturais nas arenas sociais e políticas.

No final da década de 1980, a Aliança Política Mexicano-Estadunidense [*Mexican American Political Alliance* – MAPA], com sede em São Francisco e sob a liderança do veterano do *Brown Power* Joaquín Avila, estava buscando jurisdições em toda a Califórnia em que pudesse enfrentar os desafios das práticas eleitorais discriminatórias. À maneira da organização eleitoral antirracista afro-estadunidense, baseada em ações judiciais no sul dos Estados Unidos durante o mesmo período, a MAPA avaliou locais cujas populações majoritariamente chicanas tivessem pouca ou nenhuma representação em órgãos eleitos, como nas câmaras municipais e conselhos escolares e hospitalares. As localidades escolhidas para o desafio foram cidades como Corcoran, Dinuba e Watsonville – lugares com populações mexicano-estadunidenses relativamente estáveis, de segunda e terceira geração, que haviam desenvolvido, a partir de dentro, os rudimentos de uma classe gerencial profissional.

Em julho de 1993, a MAPA lançou uma ofensiva contra Corcoran com uma carta à câmara municipal. Em vez de lutar contra as acusações, Corcoran, quebrada financeiramente, decidiu mudar da representação eleitoral geral para a representação eleitoral distrital na câmara e no conselho escolar. O fracasso de Corcoran em atrair novos residentes com a chegada da primeira prisão pode muito bem ter aumentado o poder das chicanas e dos chicanos de Corcoran para travar sua luta política. A falta de imigrantes fez com que o perfil demográfico da cidade se mantivesse bastante constante e que as relações sociais dentro da cidade, ainda que estratificadas, não tivessem sido diluídas pelo crescimento.

Ao passo que a cidade capitulava ao desafio da MAPA sem uma batalha judicial, também reencenava, prontamente, o ritual racial nacional do pós-guerra, com expressões paternalistas de negação se chocando com denúncias furiosas de repressão. Os anglo-estadunidenses suspeitavam – não totalmente incorretos – que a nova militância era o resultado de chicanas e chicanos terem ido para a faculdade e encontrado *La Raza* (*Brown Power*) e outras políticas radicais. Mas eles não consideraram que alguns dos membros das famílias dos ativistas tinham uma história local de ativismo trabalhista radical nas greves da década de 1930. Ao mesmo tempo, o fato de a batalha política ter sido travada contra a câmara municipal e não contra as elites do algodão criou tanto uma divisão de status dentro da comunidade mexicana/chicana quanto um deslocamento das lutas econômico-políticas da esfera da produção para a esfera da representação.

Durante um período de dez anos, entre 1984 e 1994, a pequena cidade experimentou dois escândalos envolvendo os chefes da polícia: primeiro, um anglo-estadunidense acusado de aplicar seletivamente as leis sobre jovens de cor, e, posteriormente, um chicano acusado de assediar uma mulher anglo-estadunidense. As acusações e as defesas foram bastante relatadas no jornal semanal. Como era de se esperar, o anglo-estadunidense parece ter desfrutado da presunção de inocência, enquanto o mexicano-estadunidense enfrentou uma sombra de culpa presumida. Essa

diferença forçou mobilizações particulares, com o pequeno quadro de profissionais da crescente classe gerencial chicana da cidade se unindo, em 1994, em torno da Coalizão de Cidadãos Interessados [*Coalition of Concerned Citizens*]. Em resposta, os membros da coalizão foram eles próprios acusados de irregularidades. O ponto aqui não é julgar se alguma das acusações foi ou não justificada, mas olhar para as formas peculiares nas quais o tema da raça e os processos de racismo se desenrolam. No contexto do desenvolvimento local, tanto em Corcoran quanto, de forma mais ampla, em toda a sociedade da época, o racismo era visto estritamente em termos do acesso relativo a certas oportunidades sociais e econômicas. Nessa visão, aqueles que negavam o racismo argumentavam que os ativistas antirracistas estavam apenas tentando obter “poder” – concebido como uma coisa, um pé de cabra que arrombaria portas anteriormente trancadas, e não como um novo arranjo de relações locais. O que escapou à discussão foi o modo como o desenvolvimento do lugar criou o terreno sobre o qual a crise emergiu (cf. James Ferguson, 1990). Assim como o oligopólio do algodão não estava na agenda desses debates, a discussão sobre comportamento ilícito, sua prevenção e respostas não se estendeu à consideração dos milhares que estariam mantidos sob custódia no futuro. Dessa forma, a prisão, nas bordas da cidade, embora parecesse ser uma solução relativamente autônoma para um problema de desigualdade estrutural de longa data no sul do Vale de San Joaquin, pode ter sido vista como uma ameaça iminente contra os futuros das crianças, tanto quanto uma perspectiva de emprego decepcionante para os jovens da cidade.

A principal justificativa da cidade para ambas as prisões se centrou na necessidade urgente de moldar um futuro para as crianças de Corcoran. A taxa de abandono do ensino médio da cidade disparou em meados da década de 1980, e a cidade não via a hora de encontrar motivos e meios para persuadir os jovens a permanecerem na escola. A chegada da primeira prisão permitiu que educadores, pais e líderes da cidade afirmassem que os empregos do CDC poderiam ser obtidos por jovens enérgicos

com seus diplomas na mão. No entanto, dada a escassez de contratações no CDC de pessoas de qualquer idade da cidade, o conselho escolar criou um programa de crédito de trabalho para permitir que os alunos com os requisitos mínimos do curso completo permanecessem matriculados – e se formassem – enquanto também mantinham empregos de meio período ou de período integral, embora o ensino médio não tivesse um orientador em tempo integral para implementar o programa, ajudando os jovens a coordenarem suas vidas escolares e profissionais e a planejarem seu futuro. Quando o conselho escolar pediu permissão da câmara municipal para anunciar um profissional da educação para preencher essa vaga, a câmara rejeitou, alegando não ter dinheiro no orçamento para fazer a contratação.

Depois de mais de um ano de negociações intensas, e às vezes amargas, entre o conselho escolar e a câmara, bem como entre os membros chicanos e anglo-estadunidenses da câmara, o administrador da cidade chegou a uma solução. Uma vez que a justiça criminal era o “tema quente”, e 70% dos subsídios derivados da prisão de Corcoran àquela época iam diretamente para uma força policial expandida da cidade, complementando, não substituindo, as verbas de outras receitas, o administrador persuadiu a câmara a contratar um policial à paisana para servir em tempo integral no ensino médio na dupla função de conselheiro de carreira e de abuso de substâncias.

A câmara justificou a despesa por tratar a orientação dentro da educação secundária – em vez da *educação* secundária propriamente dita – como controle criminal. Além disso, aqueles entusiasmados com a nova nomeação expressaram a esperança de que o policial-conselheiro ajudaria os alunos a aprenderem como falar respeitosamente com a polícia antes que se envolvessem em confusão e tivessem que falar com policiais não uniformizados menos simpáticos. Dada a aparente inevitabilidade de que negros, marrons e outros jovens pobres terão encontros com a lei, ativistas contra a criminalização da juventude escreveram e distribuíram panfletos e livros nas grandes cidades dos Estados Unidos aconselhando as pessoas sobre como serem presas – não

como capitular, mas, ao contrário, como alcançar um resultado favorável e proteger os direitos e a vida de alguém. Mas a institucionalização de Corcoran dessa prática ativista promoveu um desvio ao tentar educar os jovens para a vigilância e a submissão às autoridades – uma velha história para uma comunidade agrícola ameaçada pelo “fascismo rural” durante as guerras trabalhistas da década de 1930 (McWilliams, [1939] 1969; Bean, 1973).

Naquela época, alguns estudantes estavam cautelosos com o novo conselheiro e, muitos deles, extremamente cientes do próprio status de excedente no âmbito geral da economia política da Califórnia. A melhor evidência de que havia uma consciência coletiva sobre o que estava acontecendo ao redor dos estudantes foi a surpreendente paralisação de duzentos alunos do ensino médio de Corcoran em protesto contra a proposta anti-imigração da Califórnia, de outubro de 1994, conhecida como Proposição 187 [*Proposition 187*]. Dado o seu entendimento, por um lado, da Proposição 187 como um ataque a *toda a população* latina pobre – e não apenas aos trabalhadores que não são cidadãos nacionais – e, por outro, dos efeitos criminalizantes da ansiedade em relação às gangues juvenis e a cultura das drogas, como caracterizado pelo novo policial-conselheiro, esses jovens rurais se viram diante de poucas opções. Daquele momento em diante, a população jovem começou a se organizar, enquanto os governos regionais, como o do Condado de Fresno, deram início a enormes projetos de cadeias juvenis.<sup>135</sup>

Embora nas décadas de 1980 e 1990 Corcoran, assim como todo o estado da Califórnia, teve uma diminuição em suas taxas de criminalidade, que já eram baixas, quando a primeira prisão foi construída, vários milhões de dólares em fundos estaduais de mitigação foram usados para expandir a cadeia local e o tribunal do condado. A expansão não significou que houve uma explosão

135. O Condado de Fresno lançou um Complexo de Cadeias Juvenis em 2003; o projeto, em quatro estágios, terá sua conclusão em 2040, o que significa que o condado planejou uma cadeia para crianças cujos pais nem sequer haviam nascido.

antecipada do crime em Corcoran; em vez disso, ela foi um apêndice externo necessário a uma cidade mais ou menos independente (a prisão) localizada na jurisdição da justiça criminal do condado. Toda prisão opera dentro de três esferas punitivas: regulamentos do CDC, lei estadual e lei federal. O CDC tem seus próprios regulamentos, que são aprovados pelo governo do estado, mas aplicados pelos guardas de cada unidade. Tal aplicação aos prisioneiros pode incluir privilégios restritos, realocação, tempo na unidade de habitação de segurança (confinamento solitário) e outras punições. No entanto, qualquer violação passível de punição pela lei estadual cometida dentro – seja por um funcionário do CDC ou um prisioneiro – deve ser encaminhada ao grande júri do condado e, se necessário, julgada no tribunal do condado perante um júri local convocado para tal. Além disso, os prisioneiros que desejam desafiar as condições de seu confinamento nos tribunais federais devem primeiro esgotar os recursos estaduais, começando no tribunal do condado local.<sup>136</sup>



## VISÕES ALTERNATIVAS

*A justiça criminal é, literalmente, poder estatal. São as armas, a polícia, a prisão, a cadeia elétrica. O poder corrompe; e o poder também tem uma ânsia por suprimir.*

— Lawrence M. Friedman,  
*Crime and Punishment in American History* (1993)

A literatura contemporânea sobre a localização prisional, exemplificada em uma edição especial de *Crime and Delinquency* [Crime e Delinquência] (Gibbons, 1990; ver também Krause, 1992), aborda o problema a partir de uma questão bastante limitada, a saber, se todos os grupos

<sup>136</sup> Prisioneiros que contestam as condições de sua prisão, condenação ou sentenças retornariam à jurisdição onde ocorreram o/os evento(s).

envolvidos nas tomadas de decisões têm informações adequadas sobre as prisões. Nessa lógica, os limites da razoabilidade têm o contorno dado pela assunção de que as prisões têm de ir para algum lugar: a dimensão carcerária é um dado. O problema, assim, é relegado a um cálculo, um exercício técnico que coloca, de um lado da balança, o “medo”, e, de outro, as “finanças”, (Carlson, 1988; ver também Lake, 1992), com a oposição entendida como simples diferença cuja resolução deriva de conhecimentos concretos estritamente definidos, em vez de uma redefinição do problema a ser respondido. Em Corcoran, o registro público não inclui nenhuma investigação sobre a decisão do estado de expandir a capacidade prisional. Não havia uma onda de crimes nas redondezas para dar ao programa uma justificativa contextual localmente palpável. Quando perguntados para avaliar as dificuldades que vislumbravam, a maioria das pessoas só se lembrou de se preocupar se a prisão mitigaria a desigualdade local e regional; quando decidiram que sim, a decisão avançou. Porém, da mesma forma que aconteceu com a falta de críticas sobre a necessidade de mais prisões, não houve discussão sobre o que significaria para uma pequena cidade, diminuída por um oligopólio de um único setor industrial, lidar com a desigualdade trazendo um empregador novo, enorme e que estivesse fora do controle direto de qualquer pessoa; tampouco as pessoas ponderaram sobre o que poderia acontecer se a prisão não conseguisse fazer o trabalho econômico.

De fato, na medida em que a localização prisional, como toda a localização industrial, é uma questão de uso do solo, ela também é uma questão de planejamento social e econômico, horizontal e vertical. Não surpreende, apesar de ser um pouco irônico, que o “planejamento” tenha uma fama tão ruim nos dias de hoje; no senso comum cotidiano, o “planejamento” carrega o sabor negativo daquilo que uma burocracia estatal alienante e pesada sugere. Mas, como todo geógrafo sabe, “planejamento” é o que torna a “globalização” possível e poderosa, e a perda do poder de planejar (de ter

alguma noção de como assegurar o futuro) é o que torna pequenas cidades, pequenos produtores rurais e famílias de baixa renda desesperadas por ajuda.

Em várias comunidades ao redor do Vale Central e em outras áreas rurais do estado da Califórnia, ativistas de movimentos sociais de base impediram que as prisões chegassem às suas comunidades. De maneira geral, esses lugares têm fortes semelhanças com aqueles onde as prisões foram instaladas; e, em alguns casos, eles são cidades prisionais da nova (e da antiga) era. O que chama a atenção é como as comunidades, ao longo do tempo, em parte por meio da colaboração e da formação de redes, começaram a criar diferentes hipóteses sobre novas prisões e, portanto, a perguntar e responder outras perguntas para além daquelas que surgiram em uma discussão limitada sobre a localização.

A primeira pergunta que todos fazem tem como foco o cálculo “medo *versus* finanças” (Carlson, 1988): se as prisões são seguras, elas *também* beneficiam as cidades distribuindo dinheiro nas mãos de pessoas que gastam localmente? A experiência de Corcoran é típica em pontos centrais: quando medida em empregos para os residentes, incorporação residencial, indústrias e serviços situados no local ou consumo no comércio, as prisões não cumpriram nem mesmo as modestas projeções de emprego e crescimento derivadas das garantias categóricas feitas pelo CDC. De fato, os maiores beneficiários individuais do dinheiro do comércio são os principais arquitetos do desenvolvimento do vale, as empresas concessionárias de serviços públicos. Para outros comerciantes, o bem-estar econômico e o potencial de crescimento das cidades prisionais estão em desvantagem ao longo do tempo quando comparados às localidades rurais economicamente deprimidas e que não adquiriram prisões (Hooks et al., 2004).<sup>137</sup>

137. Robert Puls, um próspero e diligente fazendeiro do condado de Tulare, desenvolveu um estudo próprio para apoiar seu grupo, Pare Esta

A segunda questão, inseparável da primeira, concentra-se nos benefícios e malefícios que podem alcançar uma pequena cidade que, de repente, se vê como uma vizinha dependente de uma cidade de tamanho igual ou maior (uma prisão) cujos moradores não estão lá por vontade própria e cujos funcionários são, em sua maioria, trabalhadores pendulares; esta é uma questão sobre lugar – aquela levantada pela oposição à prisão de Corcoran que queria “salvar” sua cidade. As respostas a essa pergunta exigem melhor avaliação do que cálculo: por exemplo, pode parecer melhor do que nada que um punhado de novos empregos vá para os antigos residentes.

Para cidades que tiveram taxa de desemprego acima de 25% durante a maior expansão econômica da história dos Estados Unidos, um único novo emprego é um benefício. Tal era a hipótese oficial em Delano, antiga sede do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas [UFW], que a cidade estava programada para receber uma segunda prisão, com 5.160 vagas, muito disputada e adiada por ativistas (de 1999 a maio de 2005). O documento de planejamento de dez anos de Delano, de 1999, mal mencionou a prisão já existente – ou ainda as unidades correccionais comunitárias que a cidade administra em nome do CDC –, além de notar que alguns moradores gostariam que ela não estivesse no local onde está, e não fizeram referência à nova, concentrando-se em outras atividades econômicas que supostamente induziriam o crescimento. O prefeito à época da batalha em torno da prisão não deu especial apoio a ela, mas não encontrou motivos – nenhum malefício evidente – para se opor a 72 novos empregos (de um total projetado de 1.600 novas contratações). No fim das contas, uma década após a abertura da primeira prisão, o desemprego saltou de 26% para 29% (U.S. Bureau of the Census, *Census*, 1990, 2000). A luta em torno da prisão

Prisão Ultrajante [*Stop This Outrageous Prison – STOP*], que lutou contra cinco prisões entre 1989 e 1998 (entrevista, setembro de 1998).

tornou-se um símbolo estadual e nacional contra a expansão prisional.<sup>138</sup>

No ano de 1999, em Farmersville, a cerca de uma hora de Delano ou Corcoran, trabalhadores rurais e produtores se alinharam para barrar uma proposta de prisão – para bani-la da agenda da câmara municipal. O desemprego em Farmersville é pior do que em Delano; no entanto, na reunião da câmara, dois agrupamentos respeitáveis e classicamente contraditórios – as famílias de fazendeiros do Condado de Tulare e as famílias de trabalhadores rurais reunidas sob a bandeira do UFW – concordaram, a partir de várias perspectivas, que uma prisão não apenas não resolveria os problemas econômicos, mas que também criaria novos. Na opinião dos moradores, a prisão proposta provavelmente colocaria em risco o abastecimento e a qualidade da água. Eles também argumentaram que uma prisão certamente agravaria as desigualdades de raça e classe ao fixar na paisagem da cidade, sob a poluição luminosa da noite, as grandes expectativas da criminalidade racializada e empobrecida que as prisões dos Estados Unidos simbolizam. E, finalmente, eles expressaram temores de que sua comunidade sofreria transformações se acrescida por famílias com taxas de violência doméstica mais altas do que a média – como é o caso em lares militares, policiais e de guardas prisionais. Na verdade, as pessoas que se organizam contra as prisões invocam os mesmos beneficiários (“as crianças”) que aqueles que se organizam *em favor* das prisões.

138. A origem e a circulação do número de empregos projetados (72) lança um olhar interessante sobre a geopolítica do conhecimento. Na primavera do ano 2000, vasculhei o Relatório de Impacto Ambiental Suplementar da prisão Delano II [*Delano II prison's Supplemental Environmental Impact Report*] para descobrir o que os planejadores do CDC pensavam que aconteceria. Um pouco de matemática básica deu 72 de um total de 1.600 empregos. Em agosto, Evelyn Nieves do *New York Times* me entrevistou longamente sobre a controversa prisão. Posteriormente, ela entrevistou o então prefeito de Delano, Napoleon Madrid, compartilhando com ele a descoberta, e ele é a fonte do número em sua história (Nieves, 2000). Joan Didion cita-o, como relatado por Nieves, em seu livro de 2003, *Where I Was From* [De onde eu vinha].

Na paisagem doméstica, as capacidades do estado em fazer a água fluir, o solo produzir, os trabalhadores trabalharem e os empregadores, por vezes, finalmente pagarem, reverberam nos olhos e na memória como matéria para renovação. Assim, no condado de Tulare, uma análise produzida pela Rand Corporation no início dos anos 1990 (Greenwood et al., 1994) sobre o custo-benefício entre incentivos para os jovens se saírem bem (como se formar no ensino médio) e punição por terem feito algo errado circulou entre fazendeiros como um exemplo do que poderia ser feito. No Condado Imperial, os pais se mobilizaram contra a inclusão de mais filhos de guardas prisionais nas escolas públicas, observando um aumento no uso do medo de seus próprios filhos na resolução das divergências. Mas também, mulheres e homens na Califórnia, juntamente com muitos que se auto-organizaram para salvar suas comunidades em torno dos Estados Unidos rural, começaram a ficar cansados de usar o medo para combater o medo. Em vez disso, essas mulheres e homens ampliaram seu escopo de análise, em grande parte a partir de um olhar atento aos vários tipos de lutas que chegavam até elas e eles por meio de conferências, documentários e encontros casuais durante os depoimentos realizados nos órgãos governamentais. Em particular, o ativismo pela justiça ambiental enfatizou a inseparabilidade entre bem-estar econômico, segurança física, saúde dos trabalhadores, prosperidade das crianças e lugares vibrantes. Essa visão ampliada substituiu, gradualmente, uma imagem unidimensional da segurança pública por uma agenda complexa baseada na identificação e desmantelamento dos impactos fatalmente cumulativos do abandono organizado. Em todo o Vale, surgiram novas formações compostas por todos os tipos de membros – pessoas da comunidade, ativistas remunerados e universitários graduados empregados em agências governamentais dedicadas ao bem-estar. Eles começaram a fazer novas perguntas sobre o desenvolvimento e controle das finanças e de outros

recursos e começaram também a imaginar o que poderia ser o planejamento dos movimentos sociais de base.



## CONCLUSÃO

Quando as pessoas falam sobre crianças, sobre “salvar” um lugar, do que elas estão falando? Longe de querer congelar uma paisagem no tempo e no espaço, o desejo parece ser exatamente o oposto – o de buscar tipos específicos de mudança a fim de produzir as condições sob as quais a reprodução social e cultural pode acontecer. Em outras palavras, elas estão se envolvendo na prática enfiada do planejamento. Em vez de conhecimentos tecnocráticos que “mostram” como uma prisão pode se mesclar a uma comunidade, os ativistas que se opõem a tal solução para a crise política e econômica propõem critérios alternativos de planejamento que devem preceder qualquer decisão de localização industrial. Se as indústrias criam lugares, o planejamento também o faz; e, de fato, uma das ironias amargas e quase sempre reconhecidas dos últimos 25 anos é que, enquanto o planejamento – ao menos na Califórnia – perdeu seu lugar constitucionalmente obrigatório nas agendas governamentais, as forças corporativas e bancárias que determinam o movimento do capital na terra apresentam o planejamento centralizado como uma atividade fundamental de suas instituições e organizações.

Essa linha de argumentação transforma o pensamento sobre o local da prisão – enquanto um problema de localização – com a finalidade do desenvolvimento para pensar na prisão como um problema de desenvolvimento como um todo – ou talvez, mais precisamente, como um problema de *antidesenvolvimento* (cf. Ferguson, 1990). Certamente, uma rica literatura crítica dos pressupostos desenvolvimentistas nos países mais pobres do mundo chama a atenção para as maneiras pelas quais as formas e as relações particulares do desenvolvimentismo servem, deliberada ou involuntariamente (realmente, no final, faz

pouca diferença), para promover o subdesenvolvimento das regiões. Os lugares mais pobres, ou o Sul global, também estão aqui no Norte global, tanto em áreas urbanas quanto rurais “desajustadas” pela fuga de capitais e pela reestruturação estatal. O desajuste não é, no entanto, um apagamento absoluto; o que é deixado para trás não é apenas resíduo industrial – trabalho desvalorizado, terra intoxicada, empresas de comércio fechadas, a forma urbana do bairro ou da pequena cidade –, mas, por extensão, modos de vida inteiros que, tendo sido feito excedentes, desajustam pessoas: mulheres, homens, “às crianças”. No curso da crise, as pessoas comuns não se abandonam, mas renovam as atitudes já existentes. Renovação implica planejamento. Como as evidências acumuladas mostram que as prisões não são boas para as cidades onde vão, os ativistas antiprisionais rurais estão cada vez mais tomando o planejamento como o único meio pelo qual podem manter as prisões permanentemente fora da agenda local. Além disso, tais ativistas estão unindo forças com os seus pares urbanos, história a qual nos voltamos agora.





CINCOMOTHERS  
 RECLAIMING OUR  
 CHILDREN



*Agora que vocês mexeram com as mulheres, vocês bateram em uma rocha, vocês deslocaram uma pedra, e serão esmagados.*

Canto político das mulheres, movimento contra as leis de salvo-conduto, África do Sul, 1956, citado em

— Angela Y. Davis,  
*Mulheres, cultura e política* (2017)

**M**others Reclaiming Our Children (Mothers ROC) [Mães Recuperando Nossos Filhos] começou a se organizar, em novembro de 1992, em resposta a uma crise crescente: a intensidade com que o estado vinha prendendo seus filhos, de todas as idades, no sistema de justiça criminal. No princípio, a Mothers ROC consistia em apenas algumas mães, além de outras mulheres e homens, lideradas por sua fundadora e presidente, Barbara Meredith, e pela ativista de longa data, Francie Arbol. O projeto inicial era se mobilizar em defesa do filho de Meredith, um ex-membro de gangue, que tinha sido fundamental na histórica trégua das gangues de Los Angeles em 1992. A ROC perdeu seu caso, mas ganhou os aprendizados de um movimento. Na primavera de 1993, quando os Quatro de Los Angeles [*LA Four*] foram a julgamento, a Mothers ROC tinha desenvolvido uma rede em toda a Grande Los Angeles e alcançado reconhecimento como uma organização dedicada mais à ação do que ao discurso.<sup>139</sup>

A missão da Mothers ROC era “ser [uma organização] vista, ouvida e notada no âmbito da justiça”. Para atingir esse objetivo,

139. Os Quatro de Los Angeles [*LA Four*] foram os jovens afro-estadunidenses acusados do espancamento amplamente televisionado de um motorista branco de caminhão, Reginald Denny, em 29 de abril de 1992, no primeiro dia da revolta. Os que se opuseram ao julgamento se centram no uso ideológico do caso para justificar a absolvição dos quatro agentes da polícia de Los Angeles pelo espancamento televisionado de Rodney King. O próprio Reginald Denny se opôs à coerção sofrida por seus agressores e ao apagamento deliberado promovido pelo estado e a mídia das dezenas de pessoas negras que o salvaram. (Observação: na maior parte dos casos, os nomes neste capítulo foram alterados.)

a Mothers ROC convocou seu ativismo para as diferentes etapas do sistema de justiça criminal. O grupo estendeu um convite incondicional a todas as mães, bem como às demais pessoas que lutaram em nome de seus filhos, e atingiu seu público de várias maneiras. O método básico era a distribuição de folhetos nos espaços públicos ao redor de cadeias, prisões, delegacias e tribunais para anunciar a existência e o propósito do grupo. Ao distribuírem panfletos e cartões de visita, as integrantes envolviam as pessoas em conversas para explicar o propósito da Mothers ROC (cujas integrantes são conhecidas como ROCers). As ROCers davam palestras e oficinas no ensino fundamental e médio das escolas, em faculdades e universidades, igrejas, clubes e (no início, mas com frequência cada vez menor) nas prisões e cadeias. Elas também apareciam em programas de rádio e televisão regionais e locais. Usando esses meios, a Mothers ROC estabeleceu uma presença em muitos dos locais de toda a geografia política do sistema penal.

As ROCers atraíram centenas de mães para lutar em nome de seus próprios filhos dentro do sistema. Muitas já estavam realizando solitariamente o árduo trabalho de estar do lado de fora por alguém – tentando equilibrar a alternância entre os muitos, e às vezes conflitantes, papéis exigidos de cuidadoras, trabalhadoras assalariadas e defensoras da justiça. Algumas compareciam a uma reunião e nunca mais voltavam; outras persistiam, independentemente de terem perdido ou ganhado nos casos de seus entes queridos. Muitas vezes, as recém-chegadas traziam alguém para a reunião para dar apoio moral – um(a) esposo(a) ou outro(a) parceiro(a), parente, filho(a) ou amigo(a) da igreja ou da vizinhança, e essa pessoa também se tornava ativa. Cada reunião semanal tinha, em média, 25 mulheres e homens. A maioria dessas pessoas ficava sabendo sobre a ROC a partir de uma das práticas de divulgação mencionadas acima ou de alguém conhecido que teve contato direto com uma integrante. As demais, entretanto, eram encaminhadas à organização por seus entes queridos que estavam sob custódia. Entre as dezenas de milhares de pessoas aguardando julgamento ou cumprindo pena nos

campos e centros de detenção juvenil e nas cadeias para adultos dos condados em toda a Grande Los Angeles, o conhecimento sobre a Mothers ROC circulava de boca em boca, e uma parte padrão da mensagem era que as mulheres estavam dispostas a ajudar mesmo em casos aparentemente sem esperança.

Todos os panfletos proclamavam o princípio da ROC: “Nós dizemos que não há justiça. E o que vamos fazer a respeito? [...] **EDUCAR, ORGANIZAR, EMPODERAR.**” A Mothers ROC não fazia nenhum julgamento sobre a inocência daquelas pessoas cujas famílias iam ao grupo em busca de ajuda. Não sendo uma organização prestadora de serviços, o grupo ajudava as mães a aprenderem como cada parte do sistema funciona e, como veremos, a entender as maneiras pelas quais a crise pode ser vista como uma oportunidade e não como uma restrição. No processo de autoajuda cooperativa, as mães transformaram seu trabalho de cuidado ou reprodutivo em ativismo, que, então, expandiu-se para o grande projeto de recuperar todos os filhos, independentemente de raça, idade, de onde moravam ou do suposto crime. As ROCers experientes se uniram às recém-chegadas para fazer solicitações a investigadores e advogados. Elas pesquisaram casos semelhantes e se familiarizaram com as políticas e as personalidades de promotores e juizes. Além disso, as ROCers participaram das audiências ou julgamentos umas das outras. Elas também observaram as práticas dos tribunais em geral, monitorando os funcionários da corte ou as testemunhas do estado que se acreditava estarem promovendo injustiça.<sup>140</sup> As manifestações periódicas do grupo do lado de fora dos tribunais e delegacias de polícia chamaram a atenção do público para práticas injustas. Finalmente, as ROCers patrocinaram oficinas jurídicas mensais com advogados e solicitaram relatórios de pesquisa de integrantes acadêmico-ativistas para ajudar as mães a se

140. Os funcionários públicos dos tribunais incluem juizes, promotores, oficiais de justiça e advogados de acusação e defesa; testemunhas não confiáveis incluem informantes da polícia e da cadeia, que trocam tempo de pena por depoimentos.

familiarizarem com os detalhes desorientadores do sistema em ação.

Embora nunca tenha sido uma organização exclusivamente negra, a Mothers ROC presumiu, a princípio, que atrairia mais fortemente as mulheres afro-estadunidenses, já que o estado parecia se concentrar em tomar delas os seus filhos. No entanto, o caráter arrebatador das novas leis do estado, juntamente com as campanhas informativas espacialmente extensas da organização, trouxe a Mothers ROC chicanas, outras latinas e mulheres brancas que também buscavam ajuda. Alguns anos depois de sua criação, o grupo tinha mulheres negras, marrons, asiáticas-estadunidenses e brancas, além de alguns homens. A maioria das participantes tinha entes queridos sob custódia. As pessoas vinham às reuniões de todo o Condado de Los Angeles, dos Condados de San Bernardino e Riverside, a oeste, e do Condado de Orange, a norte, enquanto seus entes queridos estavam presos ao redor de toda a Califórnia.

A Mothers ROC identificou-se conscientemente com mães ativistas do Terceiro Mundo, com seu nome deliberadamente invocando as lutas das mulheres sul-africanas, palestinas e centro e sul-americanas. Como veremos, a organização não foi espontânea e ingênua, nem vanguardista e dogmática, mas, ao misturar métodos e conceitos, exemplificou o tipo de organização social de base que deve renovar e tornar “crítica a atividade já existente” (Gramsci, 1999, p. 101) tanto da ação quanto da análise para construir um movimento.

A base material para a luta delas era evidente: a profunda reestruturação político-econômica da Califórnia reconfigurou tanto a paisagem da reprodução social quanto o mundo do trabalho. A condição de trabalhador excedente recai, mais marcadamente, sobre homens de escolaridade baixa que estão na flor da idade, vindos de famílias negras e de outras famílias de cor de Los Angeles; tais homens também estão hiper-representados entre os prisioneiros do Departamento de Correções da Califórnia [*California Department of Corrections* – CDC]. Praticamente 40% dos prisioneiros estaduais vêm do Condado de Los Angeles

e 70 % da Grande Los Angeles. O que acontece nas comunidades de onde os presos fazem suas migrações involuntárias? Embora a expansão da punição industrializada na Califórnia tenha uma intensidade implacável, é importante não interpretar erroneamente a estrutura como também, de alguma forma, inevitável. Como vimos na conclusão do relato sobre o crescimento do CDC, a punição industrializada produz suas próprias contradições.

O trabalho da Mothers ROC ilumina uma contradição que vem de um outro recorte – o das mulheres trabalhadoras que recusam a criminalização e o sacrifício promovidos pelo estado de seus entes queridos despossuídos pela desindustrialização. Tanto o estado de emergência que comunidades como a do centro-sul de Los Angeles têm vivido por mais de uma geração quanto seu contexto histórico mais amplo são cruciais aqui. Do ponto de vista das mães, podemos ver como a expansão prisional e a oposição a ela fazem parte da longa história dos afro-estadunidenses, e de outros grupos, cuja luta pela libertação no estado racial nunca alcançou nem mesmo uma qualidade totalmente emancipada de ser *trabalho* livre. O desenvolvimento de respostas políticas para dilemas jurídicos indica quão profundamente a neutralização profunda, em vez de resolver, a crise social. Este capítulo é uma polêmica dentro da dramática tradição das narrativas escravas [*slave narratives*]; ele personaliza e generaliza o moralmente intolerável (Kent, 1972) para ressaltar as dimensões subjetivas e objetivas da expansão punitiva e prisional, do desaparelhamento do débil estado de bem-estar social e da capacidade de liderança e organização das pessoas comuns.



## SITUANDO A MOTHERS ROC: ALGUMAS COMPARAÇÕES HISTÓRICAS ESTRATÉGICAS

*Achamos que as organizações têm que ser o primeiro passo para o movimento social.*

— Paulo Freire e Myles Horton,  
*O caminho se faz caminhando:  
conversas sobre educação e mudança social* (2011)

A Mothers Reclaiming Our Children faz parte de uma rica história de movimentos do século XX cujos sistemas, organizações e práticas ecoam a crítica das mulheres dos movimentos sociais de base de Los Angeles às condições sociais e sua abordagem pela mudança social. O objetivo das incursões históricas a seguir é mostrar como as remotas lutas espaciais, setoriais e temporais se cruzam na Mothers ROC e em organizações sociais semelhantes que surgem em todos os lugares. Para além de uma semelhança analítica formal, a convergência sugere conexões reais entre causas comuns que produzem resultados semelhantes.

Tal como acontece com a Mothers ROC, as organizações examinadas brevemente neste item misturam ideologias e estratégias reformistas e radicais; na visão e na essência de seus projetos políticos, elas colocam desafios ao sistema em questão e às perturbantes hierarquias e práticas inutilmente estreitas de organizações que são a base do movimento antissistema. Acredito que tal complexidade expressa uma relação orgânica entre essas lutas e o contexto específico das crises da qual elas emergem. Aqui, eu pretendo diferenciar especificidade de uma concepção estreita de localismo ou especialização. Assim, por “orgânico” quero dizer situado – a qualidade de estar em um determinado lugar. É uma qualidade material, não mística; e o que se faz dela pode ser maravilhoso ou terrível. A maneira como o conflito emerge em uma estrutura social não está dada, embora possa ser

entendida, em um sentido geral, como uma expressão de um antagonismo fundamental – tal qual o conflito de classes. O que acontece no nível local tem tudo a ver com forças que operam em outras escalas, e é meu interesse aqui reconciliar o micro com o macro, mostrando como o drama da crise em certo local não é totalmente determinado, e nem de longe autônomo, da crise mais ampla. Eu não pretendo atribuir intenções ou dimensões às ações das pessoas onde as evidências indicam o contrário; em vez disso, minha intenção é tecer elaborações sobre as formas que questões práticas de método, argumento e/ou estrutura exercem um grande poder sobre a crise nos cenários material e ideológico onde se dão as condições da própria crise.

Assim, para a Mothers ROC, a resposta específica do grupo à crise estava organizada, com distintos graus de autoconsciência, em torno de três fatores principais. São eles: a incorporação de mães afro-estadunidenses, entre outras, da classe trabalhadora em um mundo praticamente restrito ao lar; o problema de organizar o não organizado nos Estados Unidos para além de categorias como as identidades parciais singulares (por exemplo, ocupação, raça, status parental); e o poder potencial da “maternidade” como uma base política a partir da qual se confronta um estado cada vez mais hostil e com políticas que legitimam essa hostilidade.

*Mães Negras da Classe Trabalhadora* Mulheres cujo trabalho remunerado é crucial para a economia familiar, e que são avaliadas no discurso dominante e no produto interno bruto de acordo com seu desempenho no mercado de trabalho segmentado por gênero, incorporam papéis diferentes – em relação à produção, reprodução e política – das mulheres que podem ignorar tais restrições materiais e ideológicas (Boris, 1989). Tal diferença nos Estados Unidos é ainda organizada hierarquicamente de acordo com a raça (Fields, 1990). Durante a Era Progressista (aproximadamente, entre 1893 e 1920), as mulheres afro-estadunidenses que se organizavam em torno das questões de gênero e de trabalho não podiam ecoar, em nome de suas

irmãs, a retórica do lar e da dependência defendida por mulheres brancas reformistas (Linda Gordon, 1994; Giddings, 1984). Enquanto as mulheres imigrantes europeias da classe trabalhadora tinham, em geral, que trabalhar por salários, os padrões a partir dos quais as políticas feministas/de gênero brancas – dominadas pelas elites locais – se esforçavam para produzir a mulher “verdadeira” e, depois, a “estadunidense”, baseavam-se na expectativa de que todas essas mulheres deveriam, na primeira oportunidade econômica, tornar-se donas de casa dependentes e de tempo integral (Boris, 1989; Carby, 1987; Fraser e Gordon, 1995). Uma vez que não havia probabilidade de que seu próprio trabalho remunerado se tornasse dispensável em um futuro próximo ou que seus companheiros pudessem ganhar um salário familiar seguro, o poder econômico generificado do racismo antinegro tornou impossível tal expectativa para as mulheres afro-estadunidenses (Linda Gordon, 1994; cf. Dalla Costa e James, 1972; W. J. Wilson, 1987). Naquele período, enquanto ativistas civis de elite desenvolviam novas agências estatais para promover a transformação de mulheres imigrantes e de suas famílias em estadunidenses, e os departamentos de justiça juvenil iniciavam um repertório particular de controle como reforma, a simultânea proliferação das leis *Jim Crow* excluiu a maioria dos negros do engajamento político ou econômico (Mink, 1995; Schlossman, 1995; Woodward, [1955] 2002).

A política dos clubes de ativistas afro-estadunidenses se concentrava em maneiras de melhorar as experiências cotidianas das mulheres da classe trabalhadora dentro e entre a casa e o trabalho, com a igreja servindo, geralmente, como uma arena semipública onde tais mulheres poderiam se reunir em relativa segurança para se organizar para a mudança social (Giddings, 1984; Gilkes, 1979, 1989; Long, 1986; Sterling, 1984). Os esforços se concentravam nos detalhes cotidianos da vida e incluíam aulas em áreas como higiene, alfabetização e faxina, fosse para a remuneração ou para a família. O clube de mulheres [*club women*] se utilizava de outras relações familiares similares para construir a consciência política das mulheres (G.

E. Gilmore, 1996). As aulas de autoajuda eram estratégias por meio das quais as integrantes mais vulneráveis da força de trabalho poderiam se empoderar contra os assédios diários à sua integridade – assédios tipificados desde o estupro do patrão aos salários miseráveis (Angela Davis, 2016). Ativistas insistiram que as mulheres negras tinham que esperar atuar em um palco em que não houvesse uma cortina jurídica ou de costumes robusta separando a esfera pública da privada. O legado da escravidão (Angela Davis, 2016; White, 1985), a realidade das leis *Jim Crow* (Sterling, 1984; G. E. Gilmore, 1996) e a disciplina do linchamento (Ginzburg, [1962] 1988) afastaram qualquer ilusão de que as mulheres negras poderiam se retirar do mercado de trabalho – e dos controles sociais coercitivos determinando quando e onde elas o acessavam – ou recorrer ao estado para proteção ou auxílio.

Nesse contexto histórico, a maternidade funcionava por meio e como um atributo da mulher-enquanto-trabalhadora, tida como uma prática coletiva ou social, e não individualizada (Collins, 2019; ver também White, 1985; Kaplan, 1982). O clube de mulheres incluía aulas de maternação entre seus projetos de extensão, porque via, com razão, o futuro da raça dependente da preparação bem-sucedida das crianças para participarem de mercados de trabalho severamente restritos e altamente instáveis. Em outras palavras, a concepção específica do clube de mulheres sobre a política de maternidade exigia um bom serviço de limpeza para incluir, obviamente, o ato de criar os filhos deliberadamente para sobreviverem em vidas racialmente definidas e cheias de conflitos. Essas vidas seriam moldadas por uma constante “mudança com permanências” (Jones, 1967) das contingências negativas – exemplificadas pela acumulação multiescalar das leis *Jim Crow* e das práticas reais de segregação na Era Progressiva em todo o território da nação (Du Bois, [1935] 1992; Marks, 1989; Woods, 1998). A maioria dos filhos pode aprender, a rigor, a trabalhar em quaisquer nichos definidos para o enclave de mercado de sua geração (Willis, 1977). Ao mesmo tempo, entretanto, dado o posicionamento

material e ideológico das pessoas negras no estado racial, a cons-tante reorganização dos mercados de trabalho – principalmente durante os tempos de guerra – significou que as mães também estavam educando suas filhas e filhos dentro de formas de pensar que poderiam levar a uma consciência mais radical do que a mudança sem progresso significava (cf. Omi e Winant, 1986).

Embora o tipo de organização que o clube de mulheres adotou pareça ter caído diretamente no modelo Tuskegee de *apartheid* cooperativo, de Booker T. Washington, ele também abriu novas possibilidades para as mulheres ampliarem seu escopo de atividades por meio da ênfase, e não da minimização, da visibilidade das mulheres negras no mundo. Ainda que perigosa, a visibilidade também proporcionou às mulheres negras um peculiar acesso explorável a audiências potencialmente políticas por causa de seu trânsito regular pelo espaço público. Por exemplo, as mulheres estavam frequentemente na vanguarda do protesto contra o terrorismo de estado e o sancionado por ele – em parte porque os homens eram as principais vítimas (embora não exclusivas) do linchamento e da brutalidade policial (Carby, 1987; Ware, 1992). Da mesma forma, anos depois, o boicote ao ônibus de Montgomery – popularmente visto como um divisor de águas do movimento pelos direitos civis do pós-Segunda Guerra Mundial – ganhou estrutura e força vindos, em grande parte, de uma organização de mulheres baseada na igreja. Essas mulheres construíram a estrutura a partir da qual desmantelariam o *apartheid* jurídico dos Estados Unidos em torno da questão do transporte público para trabalhador(a)s afro-estadunidenses e de outras origens (Powledge, 1991; Kelley, 1994). Tanto para quem presenciou o caso Montgomery quanto para os espectadores dos noticiários exibidos nas televisões e nos cinemas dos Estados Unidos, o boicote produziu uma imagem desco-nhecida e convincente de mulheres negras urbanas andando em grupos, de casa para o trabalho e do trabalho para casa, com sua aparente alegria que contrariava as condições temerosas em que enfrentavam as maneiras mais facilmente perceptíveis pelas quais o racismo dos Estados Unidos divide classe e gênero.

Nessas mulheres, os inimigos reconheciam oponentes inesperadas; os aliados, por outro lado, reconheciam, por meio das ações das mulheres, como as práticas familiares da vida cotidiana poderiam ser reorganizadas assumindo tarefas anteriormente inimagináveis (A.D. Morris, 1984).

*O problema da identificação* O ato de organizar-se está sempre limitado pelo reconhecimento: como as pessoas se identificam e agem ativamente por meio de um grupo de modo que sua trajetória ultrapasse características já consolidadas (por exemplo, política identitária) ou proteja um conjunto fixo de interesses (por exemplo, política corporativista) e, em vez disso, estenda-se na direção de um movimento social propositivo e em evolução (por exemplo, política de classe real)?<sup>141</sup> Esta questão tem particular importância quando se trata do antigo quebra-cabeça da organização de trabalhadores não sindicalizados. A história do trabalho nos Estados Unidos é dominada pelo local de trabalho e pela construção dos movimentos de ocupação, com as fronteiras entre os grupos estabelecidas pelos padrões ou por qualificações específicas (Wial, 1993; Johnston, 1994; Stone, 1981). Essas fronteiras, é claro, organizam negativamente – e até desorganizam – as pessoas que são excluídas, pois as ocupações e os locais de trabalho dos Estados Unidos estão historicamente segregados por gênero e raça (Cobble, 1991, 1994; Milkman, 1987; Roediger, 1991; Wial, 1993).

Em alguns casos, os movimentos trabalhistas dos Estados Unidos ampliaram suas práticas ao se envolverem com uma abordagem de classe em vez de uma abordagem corporativista. Enquanto a maioria desses esforços fracassou ao longo deste caminho – esmagados pelo policiamento e controle do estado capitalista, bem como pelo gerencialismo comandado pelos engenheiros das empresas –, algumas tentativas produziram resultados surpreendentes (Dubofsky, 1969; Phillip Foner, 1970; Wial, 1993). Quando o Partido Comunista dos Estados Unidos

141. Agradeço a Doracie Zoleta-Nantes pelas conversas de onde esses conceitos surgiram.

[*Communist Party of the United States of America – CPUSA*] tentou organizar os trabalhadores do relativamente novo distrito siderúrgico de Birmingham, no estado do Alabama, durante a década de 1930, deparou-se com um muro resistente de racismo que o impediu de forjar um movimento no qual os brancos pudessem reconhecer a si mesmos e as pessoas negras como trabalhadores igualmente explorados em vez de como estadunidenses, de fato, desiguais. No entanto, os organizadores que viajaram para as usinas urbanas e as minas rurais em busca de trabalhadores industriais descobriram, entre meios predominantemente negros, uma audiência para seus argumentos pela qual não esperavam. O Sindicato dos Meeiros [*Share Croppers Union*] adaptou a análise do CPUSA às suas próprias condições precárias, e o grupo cresceu rapidamente, formando uma rede de células em locais urbanos e rurais em toda a região. Não era preciso ser uma pessoa negra, um meiro ou um empregado para participar do sindicato. Mais de 6.000 trabalhadores das minas e das usinas, além de fazendeiros despossuídos (ocupados ou ociosos), encontraram causa comum em um movimento social por meio de sua compreensão de “igualdade” coletiva – que era, à época, sua intercambialidade e descartabilidade individuais nas plataformas de produção agrícola e industrial do norte do Alabama (Kelley, 1990; Painter, 1979; B. M. Wilson, 2000).<sup>142</sup> As forças do estado acabaram esmagando o movimento, mas, de acordo com sua liderança indígena, os remanescentes do sindicato que estavam adormecidos deram forma às já existentes bases regionais da organização nos tempos de guerra e do ativismo antirracista no pós-guerra (C. L. R. James, 1980).

Hoje, o Justiça para Zeladores [*Justice for Janitors – Jfj*] é um movimento trabalhista inovador, no qual nem o local de trabalho nem a ocupação serviram como uma estrutura organizacional adequada na indústria de serviços de baixos salários (Johnston,

142. Nos Estados Unidos, a palavra *igualdade* parece, frequentemente, conotar um nívelamento ascendente. Fortunati (1995) aponta que outras formas de “igualdade” (por exemplo, escravidão) têm peso analítico que requer atenção política e organizacional.

1994; Erickson et al., 2002). Ao aprender com a história, a estratégia do Jfj tem sido explorar as características restritivas do mercado de trabalho, buscando uma abordagem “geográfica” para a organização (Wial, 1993; Johnston, 1994). Nas demissões em massa do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, as empresas quebraram os sindicatos de zeladores que os afro-estadunidenses e outros haviam, cuidadosamente, construído sob a égide do Congresso das Organizações Industriais [*Congress of Industrial Organizations* – CIO] durante e após a Segunda Guerra Mundial (C. L. R. James, 1980). A indústria subcontratou o serviço de manutenção e, assim, recusou os contratos de trabalho duramente conquistados no próprio local de trabalho.

A subsequente proliferação de contratantes pequenos, e facilmente reorganizáveis, de serviços de zeladoria tornou os verdadeiros empregadores alvos móveis, e as formas tradicionais de negociação salarial tornaram-se impossíveis de serem levadas adiante ou de serem aplicadas.<sup>143</sup> Além disso, os zeladores que trabalham dentro dos novos arranjos, muitas vezes abaixo do salário mínimo, não eram as mesmas pessoas que, em 1980, lutaram e ganharam salários de US\$10 ou mais por hora (em dólares de 1980). Assim, além de pressionar os empregadores por contratos, a solução do Jfj foi organizar o mercado atual de serviços de zeladoria (hotéis, por exemplo, em vez de contratantes) e o potencial mercado de trabalho para zeladores. Isso limita a flexibilidade dos empregadores, pois seus clientes atuais e potenciais concordam em fazer negócios apenas com contratantes sindicalizados. A solução também exigiu que a organização do trabalho fosse uma organização *comunitária*, tal como foi o caso do trabalho do CPUSA na década de 1930, na grande Birmingham. Para atrair os antigos zeladores nas áreas-alvo e os potenciais

143. As empresas terceirizadas podem desaparecer da noite para o dia, graças à inexistência de um capital imobilizado ou a outras restrições que as mantêm no lugar. O trabalho, portanto, carece do poder que tinha quando, por exemplo, os zeladores negociavam contratos diretamente com os ex-empregadores (proprietários de hotéis, restaurantes, edifícios de escritórios, fábricas e assim por diante), que agora são clientes de empresas terceirizadas.

zeladores onde quer que estejam, a abordagem do Jfj é uma estratégia de baixo para cima para desenvolver planos regionais compreensíveis que incluem, mas não se reduzem a, estabelecer padrões mínimos para os salários que os indivíduos empregados (zeladores ou não) podem esperar (Wial, 1993; Parker e Rodgers, 1995; ver também Faue, 1990).<sup>144</sup>

*Mães Públicas* As divisões entre casa e trabalho, público e privado, no palco da cultura capitalista, parecem, para muitos, os limites evidentes e naturais para certos tipos específicos de conflito. Quando os conflitos políticos mostram as brechas nesses limites, novas possibilidades de organização se abrem. Como vimos, as mulheres negras da classe trabalhadora politizaram a distância material e ideológica entre seu trabalho remunerado e não remunerado transitando entre o espaço público e privado. Mais recentemente, os zeladores dos Estados Unidos levaram sua exploração clandestina a público em diversas frentes, combinando a organização de base comunitária com a militância na linha de frente da esfera pública liderada por imigrantes que ganharam experiência como opositores, por exemplo, do terrorismo de estado salvadoreño (Pulido, 1996).

144. De acordo com uma apresentação feita por um comitê organizador do Jfj em Los Angeles, em março de 1993, a organização, em alguns casos, estendeu-se às cidades de origem dos zeladores imigrantes, no México e em El Salvador. Na medida em que é comum que pessoas de uma determinada região migrem para a mesma área ou nicho de mercado de trabalho que seus amigos e familiares que os precederam, o Jfj começou a trabalhar no percurso do caminho migratório na tentativa de incorporar, na esfera de influência do movimento, um mercado de trabalho mais amplo do que aquele do dia a dia. Durante esta mesma apresentação, quando desafiado por um grupo sandinista que fez uma pergunta aparentemente simples (“O que aconteceu com as pessoas que eram zeladoras?”), Jfj reconheceu que a sua organização não tinha chegado aos trabalhadores antigos. O Jfj se comprometeu a expandir o seu escopo de atividade do sul da Califórnia e alcançar os ex-zeladores na comunidade, que são, como observado acima, em sua maioria afro-estadunidenses, com um projeto que muitos esperavam que reviveria o conhecimento adormecido das lutas trabalhistas e antirracistas mais antigas.



Na Argentina, sob o governo militar fascista (1977–1983), as Mães da Praça de Maio [*Las Madres de la Plaza de Mayo*] desafiaram o pressuposto de que as mulheres não deveriam se intrometer nos assuntos de estado – ou seja, na esfera pública ou masculina – organizando-se com base em uma afirmação simples e culturalmente inquestionável de que as mães deveriam saber onde estão seus filhos e filhas (Fisher, 1989; Bouvard, 1994). Os seqüestros noturnos de filhos e filhas, adolescentes e adultos, promovidos pelos fascistas – a maioria dos quais nunca mais foi vista – coagiram, efetivamente, os vizinhos que ainda não haviam sido levados a desviar os olhares e manter a boca fechada. No entanto, um grupo de mães, que se encontraram pela primeira vez nos interstícios do estado terrorista – salas de espera, tribunais e balcões de informações de cadeias e centros de detenção –, acabaram levando seu questionamento para a Praça de Maio. Ali, com os olhos da nação e, possivelmente, do mundo sobre elas, as mães exigiram tanto o retorno de seus desaparecidos quanto os nomes daqueles que haviam perpetrado o terror. As mães se vestiam para serem reconhecidas, usando lenços de cabeça feitos de fraldas nos quais cada um deles levava escrito, ou bordado, o(s) nome(s) de seu(s) desaparecido(s) ou desaparecida(s) (M. E. Anderson, 1993; Bouvard, 1994; Femenía, 1987; Fisher, 1989; Mellibovsky, 1997; Sepúlveda, 1996).

A posição fundamental das *Madres*, ecoando e ecoada por movimentos similares em lugares como África do Sul, Palestina e El Salvador, era, e ainda é, que as crianças não são alienáveis (Harlow, 1992; Tula, 1994). A fim de tornar essa posição politicamente relevante, as *Madres*, diante do terror contínuo, removeram permanentemente a separação entre o público e o privado, tornando o ativismo “materno” em nome das filhas e filhos um trabalho diário conduzido da forma mais visível e metódica possível. A persistência das *Madres*, antes e depois do reconhecimento oficial de que as filhas e filhos haviam morrido de forma horrível, transformou a paixão do luto individual numa política de oposição coletiva (Mellibovsky, 1997). Traídas, nos primeiros anos, por funcionários do estado e da igreja, por militares,

policiais, burocratas e sacerdotes, as *Madres* aprenderam a desafiá-las as instituições e os indivíduos e, à medida que sua análise se enriquecia com a experiência, elas situaram seus desaparecidos no contexto da crise político-econômica. Assim, quando surge uma Argentina redemocratizada, elas não voltaram ao lar, mas, em vez disso, expandiram seus horizontes políticos, deslocando seu foco para os efeitos do programa de ajuste estrutural do país, que ampliou e aprofundou a pobreza e reduziu as oportunidades para os jovens (Fisher, 1989; Sims, 1996).

Como veremos, a Mothers ROC surgiu em um clima político-econômico tão hostil quanto o que formou cada grupo que examinamos brevemente. As soluções da ROC para os problemas que constituem a luta diária para recuperar seus filhos se basearam nas características estruturais da autoajuda radical, nas estratégias de organização em todas as plataformas onde o conflito se dá e no argumento de que as mães devem estender suas técnicas como mães para além do véu das esferas domésticas tradicionais. Em uma palavra, elas compreenderam a “conscientização” (Freire, [1968] 2019) da maternidade, de modo que não é preciso ser mulher ou ter filhos para participar de uma crítica ativa da vulnerabilidade que esteja fundamentada nas condições locais, embora não limitada a elas.



## GILBERT JONES LIVRE: OS PRIMEIROS ANOS DA GEOGRAFIA POLÍTICA DA MOTHERS ROC

*As mães sofrem um outro tipo de dor quando seus filhos são encarcerados (perdidos para o cárcere). Foi a partir dessa dor e sofrimento que a Mothers ROC nasceu! Somos uma organização de mães (entre outros grupos) cujos filhos foram presos & encarcerados. Lutamos contra o abuso policial, as falsas prisões & condenações e o tratamento injusto em todo o Sistema*

*de Justiça. Educamos a nós mesmas e aos nossos jovens sobre o funcionamento do Sistema de Justiça Criminal.*

— *Mothers Reclaiming our Children*, folheto de 1995

Ninguém contesta que, em 29 de novembro de 1991, uma guarda da Polícia de Los Angeles matou George Noyes a tiros no conjunto habitacional Imperial Courts, na frente das casas de sua mãe e avó. A controvérsia, ainda colérica, diz respeito a se ele estava armado, se estava de joelhos ou se implorava por sua vida. De acordo com membros do Comitê de Justiça George Noyes [*George Noyes Justice Committee*], ele foi executado por uma policial notoriamente brutal. De acordo com a Polícia de Los Angeles, ele era um membro de gangue inescrupuloso. Nenhuma acusação foi apresentada no caso.

O assassinato provocou um rearranjo do poder popular em todo o centro-sul de Los Angeles, produzindo, ao longo do tempo, tanto a trégua das gangues de Los Angeles, de 1992, quanto a *Mothers Reclaiming Our Children*. Antigo membro ativo de uma gangue, George havia se mudado recentemente para Sacramento para sair daquela vida. Ele morreu enquanto estava em casa para o feriado de Ação de Graças. Para seus amigos e familiares que começaram a se organizar, a natureza violenta do fim de George sintetizou a experiência coletiva e o pavor que eles sentiam da Polícia de Los Angeles.<sup>145</sup>

Dois dos primos do homem que morreu, Gilbert Jones e Jocelyn Jones, e sua mãe, Barbara Meredith, iniciaram o trabalho de descobrir como os mais vulneráveis à violência do estado

145. Tenha em mente que a polícia de Los Angeles inventou a SWAT (*Special Weapons and Tactics*) [Táticas e Armas Especiais] especificamente para policiar pessoas negras politicamente organizadas (cf. Bean, 1973; Sonenshein, 1993; Mike Davis, 2009). Mas o principal símbolo da força policial militarizada e capitalizada de Los Angeles são os helicópteros, que pulsam e pairam dia e noite, coordenando as forças terrestres motorizadas desde um ponto de vista flexível — um panóptico móvel sem a furtividade imaginada por Bentham. O pavor é renovado diariamente pelo barulho e pelos encontros individuais com a polícia.

poderiam começar a se proteger sistematicamente dela. Família, vizinhos e visitantes do Imperial Courts, em Los Angeles, incluindo a mãe de George, a avó, os irmãos, a tia e os primos, começaram a trocar testemunhos sobre o que tinham visto, o que tinham ouvido e como a morte só poderia ser explicada como assassinato. Discussões assim são comuns em todos os lugares em que as pessoas pobres são assediadas, feridas ou mortas pela polícia (ver, por exemplo, Piven e Cloward, 1971; Hall et al., 1978). O problema político está no que fazer com a energia que os medos e traumas produzem. A disciplina do estado funciona? Ela aterroiza a todos em silêncio, separando o “bom” do “mau”, intensificando as ansiedades que levam a mortes prematuras devido ao alcoolismo e ao vício em drogas (incluindo cigarros), a doenças cardíacas, ao suicídio, aos crimes passionais e a outros assassinos que implacavelmente perseguem as pessoas pobres da cidade, com ou sem trabalho (ver Greenberg e Schneider, 1994; R. W. Gilmore, 2002a, 2002b).

A fim de persuadir o maior número possível de moradores de que a morte dizia respeito a todas e todos, a família formou o Comitê de Justiça George Noyes, que se reuniu no salão multiuso do Imperial Courts para planejar maneiras de combater a morte por negligência. Para marcar ainda mais o momento, Barbara, Gilbert e Jocelyn decidiram caminhar pelo bairro, a começar pelos três conjuntos habitacionais do centro-sul, e pediram às gangues que declarassem uma trégua de um dia para que toda a família e amigos de George — que viviam espalhados pela área — pudessem comparecer ao funeral. Os perigos da peregrinação eram muitos: Gilbert era um conhecido membro de gangue que não podia passar livremente pelas ruas. Sua irmã, Jocelyn, e sua mãe, Barbara, não podiam se identificar como parentes de George ou Gilbert sem simultaneamente revelarem suas conexões familiares com potenciais inimigos, ficando, assim, expostas como tal. E, finalmente, uma vez que nem Jocelyn ou Barbara viviam nos conjuntos habitacionais, os moradores poderiam facilmente vê-las como estranhas causando problemas em locais intensamente vigiados por uma série de meios,

incluindo helicópteros, seguranças locais, assistentes sociais de programas de auxílio de renda e ataques periódicos da Polícia de Los Angeles (Mike Davis, 2009).

Para tranquilizar os moradores de que ela não era uma “agritadora externa”, mas sim uma tia enlutada, mãe temerosa e boa irmã, Barbara começou a realizar reuniões no Imperial Courts para mulheres, especialmente para mães. Ela explica:

*Eu acreditava que nós tínhamos que começar cuidando dos nossos filhos. A polícia não pensaria que poderia atirar em nossos filhos a sangue frio e ainda sair ileso se nós cuidássemos deles melhor. Então, eu comecei [o que acabou se tornando] a Mothers ROC, no Imperial Courts. Nos reuníamos uma ou duas vezes por semana. Conversávamos sobre cuidados, sobre como escovar e trançar o cabelo das meninas. Como os seus filhos devem aparentar quando saem de casa. Como devem falar com a polícia, com estranhos, uns com os outros. Me parecia que cabia a nós mudar as coisas, fazendo o que já sabíamos fazer. As nossas mães tinham nos ensinado tudo. Assim como nossas avós, nossas tias e as senhoras que moravam perto da gente. Todas nos ensinaram para que pudéssemos ter uma vida melhor. E, por isso, nós temos que ensinar nossos filhos para que eles tenham uma vida melhor. Acho que nós os decepçionamos porque paramos de ensiná-los e de falar com eles. Meu [falecido] marido e eu trabalhávamos o dia todo, todos os dias, para que nossos filhos pudessem ter as coisas que nunca tivemos. Nós pensamos que era a coisa certa a se fazer, trabalhar duro e tornar a vida dos nossos filhos mais fácil do que as nossas. Mas nós não tornamos a vida deles mais fácil, nós as tornamos mais difíceis. E agora temos que ensiná-los, e deixá-los que nos ensinem onde foi que erramos.*

Nascida às vésperas da Segunda Guerra Mundial, Barbara cresceu em Louisiana, enredada por redes comunitárias formais e informais de familiares e amigos (ver, por exemplo, hooks, 2019, cap. 5 e 6). Ela se casou com um militar de carreira, viveu

em bases dos Estados Unidos, incluindo no Alasca, e acabou se estabelecendo em Los Angeles, onde ficou viúva quando seus quatro filhos atingiram a idade adulta. Ao passo que muitos afro-estadunidenses em Los Angeles alcançaram certa prosperidade durante o *boom* da economia militar da Segunda Guerra Mundial, ao final da guerra, eles passaram a ser segregados dos bons empregos, e cada recessão posterior atingia a comunidade com severidade duradoura (Soja e Scott, 1996). Quando as antigas indústrias pesadas (aço, pneu, automóvel e, até certo ponto, petróleo) cortaram trabalhadores ou fecharam fábricas, e quando houve a mecanização da zona portuária, a perda direta desses empregos, combinada ao desaparecimento de empregos que dependiam desse núcleo industrial, deixou os homens negros da classe trabalhadora da cidade sem acesso a outras indústrias locais que pagavam altos salários (Grant et al., 1996; Oliver et al., 1993; Peery, 1994; Soja, 1993).

Muitas mulheres das “comunidades estagnadas” (Jacqueline Jones, 1992), concentradas nos conjuntos habitacionais, acolheram as reuniões de Barbara com entusiasmo. Elas podiam falar sobre si mesmas, suas esperanças e decepções, seus planos de vida interrompidos. Cerca de sessenta mães e filhas (e, às vezes, filhos pequenos, mas raramente meninos com mais de quatro ou cinco anos de idade) poderiam participar de uma das sessões, na qual, empolgadas, partilhavam as tarefas de fazer o cabelo umas das outras e de encenar desfiles de moda, enquanto falavam sobre seus entes queridos que morreram violentamente, que foram para a prisão ou que simplesmente desapareceram. De acordo com Barbara, a maioria das mulheres estava envolvida na economia informal, vendendo mercadorias lícitas ou fornecendo serviços legítimos que geravam uma renda não declarada (ver, por exemplo, Spalter-Roth et al., 1992; Hartmann, 1996). Ao mesmo tempo, a preocupação com o desemprego – o desemprego delas, dos pais de suas filhas e filhos, de suas filhas e filhos e, em especial, de seus filhos – dominava as discussões que não tinham como foco o cuidado, a nutrição ou as mortes prematuras violentas. As mulheres relatavam, por experiência própria, o

que os estudiosos provam repetidamente: nos Estados Unidos, certos tipos de pessoas têm acesso a certos tipos de empregos. Para as pessoas negras que olhavam de dentro do complexo análogo ao cárcere do conjunto habitacional Imperial Courts, o cenário do trabalho formal era sombrio: uma vastidão de fábricas grandes e vazias, empregos de salário mínimo no comércio ou no cuidado da saúde de pessoas em casa, transporte público caro, lento e não confiável e escolas ruins que não levavam a lugar nenhum em termos de formação e qualificações (ver também Sklar, 1995). Apesar do status de alguém que vinha de fora, Barbara construiu uma aliança entre as mulheres nos conjuntos habitacionais, apelando para uma capacidade que o grupo conquistou por meio de práticas maternas coordenadas; elas tornaram críticas as atividades de maternação, como necessárias, sociais e conseqüentes, fazendo, de forma coletiva, o que já sabiam como fazer individualmente (Collins, 2019).

Ao mesmo tempo, Barbara, Gilbert e Jocelyn conseguiram a trégua de um dia, persuadindo as gangues a unirem – temporariamente – as divisões do centro-sul de Los Angeles e a mudarem sua capacidade cotidiana de agir de maneira extralegal como “estados à sombra”, realinhando suas práticas de rivalidades “interestaduais” de pequena escala em uma aliança que abrangia uma área bastante maior.<sup>146</sup> Elas caminharam e conver-

146. Jennifer Wolch (1989) desenvolveu o conceito de “estado à sombra” para teorizar sobre as organizações não governamentais (ONGs) sancionadas pelo estado; eu uso esse conceito aqui para enfatizar como as gangues constituem organismos que produzem as regras ligadas a um determinado território para um mosaico que preenche vastas regiões abandonadas pelo estado legal, exceto na forma da ocupação militarizada e da vigilância a partir dos serviços sociais (R. W. Gilmore, 1993; Mike Davis, 2009; Vigil, 1996; ver também Fanon, 2022). O ponto não é romantizar as gangues, mas enfatizar que todas as formações sociais – mesmo as comunidades estagnadas dos centros urbanos desindustrializados – desenvolvem alguns meios para manter a ordem (Mann, 1988); às vezes, é necessário olhar por baixo da superfície de aparente *desordem* para entender a lógica de um sistema de ordem particular. Além disso, como argumenta Tilly (1985), o funcionamento das guerras, dos estados e do crime organizado são distintos entre si naquilo que se refere a quem

saram com as pessoas nos três conjuntos habitacionais, e pelas ruas entre eles, enfatizando como todas as pessoas poderiam ter relações com alguma família que havia perdido um ente querido e como todas elas poderiam contar uma história de violência policial. O espancamento de Rodney King em março daquele ano forneceu um referente pronto e politicamente potente que até mesmo uma audiência extremamente hostil pôde reconhecer, e isso transformou agrupamentos altamente segmentados em um “nós” provisório capaz de mediar as divisões controladas pelas gangues das ruas de Los Angeles. Pouco a pouco, os membros mais velhos das gangues começaram a reconhecer seu poder coletivo e o que isso poderia significar para Rodney King, para George Noyes, para tantos outros e para si mesmos, caso decidissem permitir a passagem livre de um dia pelas ruas do centro-sul a todas as pessoas.

Os homens também concordaram com uma trégua em nome das mães enlutadas. Eles ampliaram a noção de senso comum que tinham das gangues como “famílias” e, assim, reconheceram a reivindicação de uma figura familiar central em seus cuidados. “Mãe” tornou-se, em nome, a mãe de George, para quem Barbara, sua irmã, era sua representante. A capacidade de Barbara de falar com o coração, de expressar a dor de uma mãe em perder um filho e de reconhecer o status de membro de gangue de seu próprio filho, sem glorificação ou vergonha, tocou os homens para quem a morte de George, ao menos no início, tinha tido pouca importância. Em nome da Barbara, da mãe de George, das “mães”, os homens concordaram em redirecionar seu poder e instruir as gangues a policiarem suas ruas e a si mesmos a fim de que a família do morto se reunisse para um funeral grande e pacífico.

Os dois grupos – o das mães e o das gangues – rapidamente desenvolveram um processo de identificação, focado, a princípio, na realização de um mesmo interesse – um funeral comum para um homem que muitos deles não conheciam. Mas,

---

produz e aplica a “lei”, mas não se diferenciam tanto em suas práticas, relações e resultados reais.

enquanto eles se juntavam em nome dos filhos e das mães, seu objetivo se transformou em ação no contexto do interesse mais geral de lutar contra as condições que exigiam tamanha organização para preparar um assunto tão familiar quanto um enterro. A brutalidade cotidiana que levou Barbara e seus filhos a trazerem esse funeral específico ao primeiro plano da consciência forneceu forma material e simbólica para o que viria a seguir. O interesse incorporado por aqueles que participaram, ou que ajudaram a garantir, a passagem pacífica de George deu lugar a um senso de propósito que não se limitou a um local de sepultamento ou a um dia. O desenvolvimento de uma identidade de propósito coloca o estado legal espacialmente unificado como o objeto legítimo de resistência e oposição contra o qual futuras ações serão organizadas.

A etapa seguinte da organização aconteceu logo após o funeral de George, no dia 9 de dezembro. Durante o funeral, as mães e outros participantes que falaram em sua memória convocaram uma manifestação para protestar contra o assassinato pela polícia. Ao mesmo tempo, o imã de uma mesquita independente das proximidades a ofereceu como um santuário em que os membros das gangues poderiam trabalhar para estender a trégua no tempo e no espaço. A reconciliação das gangues, então, juntou-se à manifestação: mais de quinhentas pessoas compareceram à delegacia da Rua 108 para acusar a polícia de assassinato e anunciar o fim da passividade, vulnerabilidade e cumplicidade da comunidade em relação ao tratamento brutal muitas vezes dispensado pelos braços da lei (Donner, 1990).<sup>147</sup>

147. Notavelmente, entre os participantes da manifestação – ou da “reunião”, como muitos participantes a chamaram – estavam os sobreviventes dos movimentos sociais da geração anterior, como o Partido dos Panteras Negras para Autodefesa. Assim, a “reunião” misturou os membros da comunidade – que estavam desenvolvendo sua consciência política naquele momento particular de raiva e tristeza poderosamente direcionadas – com ativistas que representavam tendências e tradições teóricas que foram formuladas nas lutas anteriores contra a violência direta do estado e a por ele sancionada.

Durante o inverno entre 1991 e 1992, Gilbert e vários outros membros de gangues, inspirados pelo desenrolar dos acontecimentos, continuaram o processo de pacificação, trazendo, a cada dia, mais pessoas de alguma região ainda mais distante do centro-sul de Los Angeles. A notícia se espalhou de todas as maneiras, deixando em alerta membros negros de gangues de todos os lugares sobre as possibilidades daquele momento histórico. Barbara participou de todos os encontros na mesquita e continuou a realizar os grupos de discussão de autoajuda no Imperial Courts, onde mulheres de outros conjuntos habitacionais, às vezes, apareciam para ver o que estava acontecendo. Membros das gangues que participavam das reuniões da trégua iam relatar seu progresso, e outras mulheres, para além de Barbara, também participavam das reuniões na mesquita para monitorar os procedimentos. O Comitê de Justiça George Noyes também continuou a se reunir com o objetivo de encontrar uma abertura na fortaleza da Polícia de Los Angeles por onde conseguisse lançar suas acusações de morte por negligência.

Pouco depois das 22h30 do dia 16 de fevereiro de 1992, quando um baile de arrecadação de fundos do Comitê de Justiça no salão multiuso de Imperial Courts estava prestes a terminar, a Polícia de Los Angeles apareceu na porta para prender Gilbert. Eles o acusaram de levar dez dólares durante um assalto à mão armada que teria supostamente ocorrido do lado de fora do prédio momentos antes. O problema da justiça para George imediatamente se ampliou para incluir seu primo, Gilbert. Barbara, convencida de que o propósito da prisão de seu filho era parar o trabalho que ela e seus filhos haviam iniciado, começou a mobilizar a organização também em seu nome.

Enquanto Gilbert estava sob custódia, lutando por sua liberdade, a revolta de Los Angeles (que ocorreu entre 29 de abril e 2 de maio) mudou o clima político da cidade. Três dias de “revoltas multiculturais” (Mike Davis, citado em Katz e Smith, 1993) produziram novas unidades e novas divisões. A revolta começou na parte da tarde, depois que um júri de Simi Valley absolveu os quatro homens da Polícia de Los Angeles que haviam

espancado Rodney King, um motorista que aparentemente havia cometido várias contravenções.<sup>148</sup> Milhões tinham visto a fita de vídeo do espancamento, filmada por uma testemunha ocular, George Holiday, que foi ampla e intensivamente transmitida por mais de um ano (R. W. Gilmore, 1993; Madhubuti, 1993; Gooding-Williams, 1993).

A trégua foi amplamente atribuída à revolta, por amigos e inimigos. No entanto, de acordo com participantes e testemunhas, um mês antes, no dia 29 de março, os pacificadores dos mundos das gangues de Los Angeles se reuniram na mesquita independente do centro-sul para assinar sua declaração histórica. De fato, não foi a revolta que produziu a trégua; em vez disso, a trégua, a Mothers Reclaiming Our Children e o levante foram todas expressões das mesmas condições objetivas que caracterizaram as relações entre o estado e as pessoas negras, maroons e demais comunidades estagnadas de toda a Los Angeles desindustrializada.

Como no julgamento dos quatro guardas da Polícia de Los Angeles, o julgamento de Gilbert também mudou de local. Mas, enquanto o primeiro julgamento foi transferido para Simi Valley, onde eles estariam mais propensos a ter um júri formado por seus pares (policiais ou militares aposentados, por exemplo), o estado realocou o caso de Gilbert de Compton – onde acomodar um júri negro é bastante fácil – para o tribunal de Long Beach do juiz “antigangue” Marvin Doolittle. Apesar do depoimento de inúmeras testemunhas que estavam com ele no momento do roubo, o júri considerou Gilbert culpado, e, apesar de depoimentos adicionais na audiência de sentença do ex-governador Jerry Brown, da congressista Maxine Waters e de outros que relataram as conquistas de pacificação de Gilbert, o juiz levou o jovem para a custódia do Departamento de Correções da

148. Simi Valley é uma cidade suburbana conservadora onde muitos militares e policiais, aposentados e da ativa, têm suas residências. Quando o julgamento foi transferido do centro de Los Angeles para lá, o ceticismo sobre algum resultado que não fosse a absolvição dominou as discussões corriqueiras sobre o caso no centro-sul.

Califórnia (CDC) para cumprir sete anos por um roubo de dez dólares.

Para Barbara, a injustiça em ambos os casos deixou claro que o objeto de luta não era apenas a delegacia Sudeste da Divisão Sul da Polícia de Los Angeles. Era o estado, em muitos níveis, que havia tomado seu filho. Assim como era o estado, em muitos níveis, que havia permitido que a polícia tirasse a vida de seu sobrinho. O CDC transferiu seu filho para Susanville, uma prisão localizada a mais de 800 quilômetros de Los Angeles, onde o grupo supremacista branco Irmandade Ariana [*Aryan Brotherhood*] supostamente dominava a população prisional. Essa transferência aterrizou a família por dois motivos. Em primeiro lugar, eles temiam que sua notoriedade como ativista pacifista negro das gangues o colocasse em conflito com os arianos. Em segundo, Barbara tinha sofrido um ataque cardíaco durante o outono de 1992, tornando-se incapaz de fazer a longa viagem para visitá-lo. A Mothers ROC lançou uma campanha política bem-sucedida para que mudassem Gilbert para mais perto de sua casa, e ele passou cerca de metade de seu tempo em Tehachapi, pouco mais de 240 quilômetros ao norte de casa; foi posto em liberdade condicional depois de cumprir 3 anos e 11 meses.<sup>149</sup>

149. Os prisioneiros são “unitizados” – que é o jargão do CDC para “segregados”. Ao mesmo tempo em que os próprios diretores têm poder sobre a organização social de suas prisões, a política geral é manter os prisioneiros de cada unidade separados por “raça”. As análises demográficas do CDC usam quatro categorias básicas: branco, negro, latino e “outro”. “Outros” – nativos das ilhas do Pacífico e os nativos estadunidenses – não são alojados separadamente, mas distribuídos entre os três grupos principais, de modo que, por exemplo, os samoanos estão geralmente entre os negros; os filipinos entre os latinos; quem tem ascendência chinesa, hmong, lao ou vietnamita pode estar entre os brancos ou latinos, mas não entre os negros; e os nativos estadunidenses são geralmente alojados entre os latinos, mas às vezes também entre os negros. De acordo com o testemunho de alguns prisioneiros, a “unitização” ajuda a produzir e reforçar as animosidades, mantém intactas as hierarquias internas e desencoraja qualquer tipo de organização interracial substantiva em nome, por exemplo, dos direitos dos prisioneiros. Em fevereiro de 2005, a Suprema Corte dos Estados Unidos se opôs à prática do CDC, frequentemente negada

O projeto “Gilbert Jones Livre” também marcou o início da organização formal da Mothers ROC. Em aliança com várias outras mães do centro-sul, muitas das quais tinham filhos de todas as idades sob custódia como resultado da revolta, Barbara começou a realizar protestos regulares nas calçadas do centro da cidade: no principal Tribunal do Condado de Los Angeles e no Parker Center, sede da Polícia de Los Angeles. Durante essa fase, em novembro de 1992, Francie Arbol, uma ativista de Los Angeles, conheceu Barbara por intermédio de uma escritora de Los Angeles que ficou impressionada tanto com as realizações de Gilbert quanto com a persistência eloquente de Barbara. Juntas, Francie e Barbara fundaram a Mothers ROC.



## DO IMPERIAL COURTS ÀS CORTES DO ESTADO

A formação da Mothers ROC como um grupo político em busca de justiça coincidiu com a reestruturação do Partido Trabalhista Comunista [*Communist Labor Party*], que havia se organizado em várias cidades dos Estados Unidos na década de 1950. O revolucionário afro-estadunidense Nelson Peery fundou o pequeno partido. Sua consciência da opressão de raça e classe se desenvolveu enquanto ele andava de trem como um jovem trabalhador durante a Grande Depressão e evoluiu ainda mais quando ele serviu o exército nas batalhas do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial (Peery, 1994). O grupo era conhecido nos círculos radicais de Los Angeles pela organização de base orientada à organização de pessoas não vinculadas ao partido.

Francie Arbol, filha de imigrantes sírios e libaneses, havia se juntado ao partido na década de 1960, ainda adolescente. Enquanto criava suas duas filhas – praticamente sozinha – com

---

por ele, e ordenou que um tribunal inferior submetesse as justificativas do departamento a um “escrutínio rigoroso” (Savage e Warren, 2005).

um salário de contadora, ela sempre trabalhou com questões decorrentes da exploração e da injustiça baseadas no local de trabalho e na comunidade. Ela trouxe para a Mothers ROC uma análise sistemática das estruturas sociais e da economia política, colocadas em termos coloquiais, e um senso aguçado de como fazer as coisas acontecerem. Sem medo de se envolver em debates calorosos, ela também levou adiante qualquer projeto esboçado pelo grupo, independentemente de sua opinião sobre ele.

Quando Francie e Barbara se reuniram para planejar os contornos de um grupo de mães voltado para a ação, isso ocorreu no escritório da garagem da organização comunitária permanente do Partido Trabalhista Comunista, o Congresso dos Direitos Iguais [*Equal Rights Congress* – ERC]. O escritório ficava a menos de dois quilômetros ao norte do infame cruzamento onde Reginald Denny e os Quatro de Los Angeles tiveram seu fatídico encontro e 75 quarteirões a noroeste do local do assassinato de George Noyes. A garagem fica na propriedade que pertence à Sociedade dos Amigos [*Society of Friends*], e a sala de estar à frente da pequena casa se tornou o local de encontro regular da Mothers ROC. Já há muito tempo, a casa tem sido um local para os ativistas se encontrarem, um oásis surpreendentemente pacífico em um bairro em constante instabilidade. As pessoas que vivem no centro-sul de Los Angeles, bem como as de comunidades periféricas, não têm medo de ir até lá porque a casa não está no pedaço de nenhum grupo em particular.

Ao vincular a Mothers ROC a outros projetos do ERC, Barbara e Francie começaram com comodidades que outros têm de se esforçar para conseguir: um escritório, um telefone, uma das copiadoras mais antigas do mundo e um local de encontro conveniente em terreno neutro. Elas anunciaram reuniões regulares nas noites de quarta-feira, começando em novembro. As mães afro-estadunidenses vieram – seis, depois dez, depois vinte, depois 25 ou mais. Elas vieram para falar sobre a injustiça no caso da Polícia de Los Angeles em comparação ao caso dos Quatro de Los Angeles; elas vieram para falar sobre os casos de seus próprios filhos e de outros entes queridos; elas vieram

porque ao menos havia alguém com quem poderiam falar sobre o que mais as preocupava e assustava.

A maioria das mulheres que havia participado tão entusiasmadamente das sessões de maternação de Barbara, no conjunto habitacional Imperial Courts, não compareceu, embora a premissa central da Mothers ROC não tivesse mudado. Barbara permaneceu firme em sua invocação da maternação coletiva como a prática a partir da qual brota a ação política. No entanto, a política direta da organização formal aparentemente dissuadiu algumas pessoas, especialmente por causa de sua dedicação em confrontar o estado de frente. Esse aspecto parecia perigoso para as pessoas que vivem vidas intensamente policiadas. O papel de Francie desencorajou outras que, percebendo-a como branca, via de regra, não confiariam nela. E, finalmente, algumas vieram e foram embora porque rumores de que comunistas controlavam o novo grupo se espalharam rapidamente graças à intervenção talvez acidentalmente estratégica de dois policiais negros.

De acordo com a história que circulou amplamente dentro e fora da organização, os dois policiais visitaram a mãe de um dos réus dos Quatro de Los Angeles para avisá-la que o caso de seu filho se desenrolaria muito melhor se ela se dissociasse “daquelas comunistas” da Mothers ROC. Muitas debateram o propósito da visita: algumas disseram que os policiais estavam tentando separar o grupo, e outras sustentaram que eles estavam tentando ajudar uma mulher negra que passava por dificuldades, conhecida pessoalmente por um deles, e que não entendia as consequências de seu ativismo.<sup>150</sup> A notícia provocou uma

150. Uma ironia recorrente nos casos da Mothers ROC – especialmente nos casos dos afro-estadunidenses – é a frequência com que a família (especialmente a mãe) conhece, ou está relacionada, a um policial, a um agente de liberdade assistida, de liberdade condicional ou a um carcereiro (a frequência está relacionada, é claro, à batalha histórica das pessoas negras em obterem acesso a empregos estaduais, que se tornaram um nicho de mercado de trabalho relativamente seguro até o ataque ao tamanho do governo lançado nas últimas duas décadas). A ironia tem sido bastante útil para ajudar as mães a terem uma visão sistêmica, em vez de individualizada, de sua luta. Sabendo, como elas sabem, que seu amigo/parente

crise na ROC. Algumas mulheres queriam que Francie fosse expulsa; outras, incluindo a mãe em questão, desistiram. Barbara e Francie realizaram reuniões especiais em um fim de semana, em vários locais da cidade e do condado, onde responderam a perguntas e se envolveram em debates inflamados sobre comunistas, racismo e justiça.

Francie discutiu abertamente suas razões por ter se tornado uma comunista e também descreveu como o partido, em sua opinião, seguia sendo útil. Ela também se recusou a sair da ROC e deixou claro para aquelas que planejavam evitar sua influência que, se ela fosse o maior problema de suas vidas, elas nem sequer teriam se juntado a Mothers ROC. A brutalidade da polícia, a ameaça dos promotores e a vileza dos juízes em relação aos seus filhos não eram uma resposta ao comunismo. Mas o espectro do comunismo poderia piorar as coisas? Barbara lembrou ao grupo que o propósito da ROC não impedia qualquer tipo de pessoa de se juntar e ser ativa – desde que trabalhassem em direção ao objetivo da justiça.

Os debates seguiram um padrão intrincado, demonstrando as ricas complexidades do senso comum nesse tempo e lugar específicos (cf. Gramsci, 1999; Stuart Hall, 2003). A crítica sistemática do poder do estado em relação aos filhos criminalizados exigiu que as mães também questionassem a autoridade dos representantes do estado – polícia, juízes, promotores e outros agentes legais. Deixando o comunismo de lado por um momento, as mães concordariam, em um só coro, que seu problema era, de fato, a violência e a injustiça sistêmica. No entanto, quando confrontadas com o fato de que tinham entre elas uma (ex)-comunista – mesmo com a União Soviética em colapso –, muitas das mulheres adotaram, por completo, a definição do governo do inimigo coletivo, na qual Francie, uma

não é uma pessoa má, e provavelmente não é um racista (embora o racismo antinegro entre pessoas negras não seja incomum), elas, então, têm de descobrir outra explicação para o que está acontecendo com seus filhos, uma vez que elas se sentem representadas em pessoas “como” eles do outro lado (cf. Guérin, 1994).



pequena ativista, era uma representante. A maioria das mulheres havia frequentado a escola primária durante a Guerra Fria, nos anos 1950, e as lições que aprenderam – fosse fazendo fila para exercícios de defesa civil ou estudando a geografia do “mundo livre” –, formaram as bases do que hoje consideram o que é possibilidade e perigo. Além disso, a conexão entre comunismo e ateísmo causava desconforto entre as mulheres para quem, como veremos, Deus e oração são fontes vitais de orientação e força.

O que Barbara, Francie e suas aliadas tiveram que fazer foi ajudar as mulheres a verem e dizerem que seus próprios filhos – não os “comunistas” – eram, agora, o novo inimigo oficial (R. W. Gilmore, 1993). Mesmo que os policiais representassem muitos dos anticomunistas afro-estadunidenses autênticos em vez dos projetos do promotor do condado, o resultado não mudaria. Outras versadas nas tradições radicais também falaram durante os debates agonizantes, mas a pressão permaneceu principalmente sobre Francie, que a aceitou com firmeza. Ela não era a única que aparentava ser anglo-estadunidense no grupo à época, mas a combinação entre a raça atribuída a ela, suas raízes radicais e sua recusa em ceder – além de seu estilo de confronto contundente – manteve Francie no centro do palco durante a crise.

A crise se resolveu com uma trégua entre as que ficaram, formando o grupo a amadurecer rapidamente em uma organização *para si mesma*, apesar de suas diferenças internas substanciais. O processo aumentou as suspeitas, mas também aumentou o senso de identidade política entre todas. Ou seja, embora discordando da “política” caracterizada por Francie e por outras, as mulheres colocaram em ação uma visão política alternativa, permanecendo na luta como Mothers ROC. Elas deixaram claro para todos os que perguntavam que eram as mães, e não um grupo oculto de comunistas brancas ou negras, que aberta e liberadamente definiam as agendas de ação. A separação entre a ROC e o Congresso dos Direitos Iguais [ERC] deu ênfase simbólica à insistência na sua autonomia organizativa, embora o local de encontro, o escritório e o número de telefone não tenham mudado.

Nesse período, as ações do grupo, antes centradas nos casos de Gilbert Jones e dos Quatro de Los Angeles, tornaram-se generalizadas para que a ROC pudesse agir de forma rápida e consistente em novos casos. As integrantes criaram sistemas de monitoramento judicial e oficinas jurídicas. As mães passaram a comparecer às sessões do tribunal, fosse para os casos de outras mães ou, de forma aleatória, para ver o que acontecia com os réus. Com o tempo, esse sistema se tornou uma presença constante nos corredores dos tribunais da Grande Los Angeles – especialmente no Condado de Los Angeles. Oficiais de justiça, promotores, defensores públicos e juízes começaram a identificar que, nas palavras de Bernice Hatfield, “senhoras negras simpáticas, com grandes bolsas”, estavam assistindo e fazendo anotações. De fato, alguns juízes ordenaram que as mulheres *não* escrevessem enquanto a sessão ocorria no tribunal. Elas rabiscavam uma ou duas anotações clandestinas para depois escreverem ou ditarem os procedimentos. Os juízes que emitiram tais ordens obtiveram mais, em vez de menos, observadoras em seus tribunais. Algumas mães que tinham dificuldade com a palavra escrita simplesmente fingiam tomar notas e confiavam às suas memórias incríveis a reconstrução dos eventos ao final do expediente jurídico.

As mães também monitoraram as relações entre os réus e seus advogados – geralmente defensores públicos – e começaram a realizar oficinas com advogados ativistas para aprenderem sobre a melhor maneira de trabalhar com a representação legal. As oficinas se tornaram referência para as pessoas aprendem sobre como agir como um advogado, sobre aprimoramento de sentenças e outras questões relacionadas. Uma questão recorrente era a crença de que um advogado particular é melhor do que um defensor público – a crença está enraizada na noção de senso comum estadunidense de que “você recebe pelo que você paga”. O fato de que todas as pessoas trabalhadoras, incluindo as integrantes da ROC, “pagam” por todos os defensores públicos por meio da tributação fica invisível neste esquema. No entanto, na ROC, a desconfiância automática nos defensores

públicos (conhecidos nas ruas como “fingidores públicos”) gradualmente deu lugar a uma visão de como o rápido crescimento da punição industrializada produziu defensores públicos sobrecarregados e uma concomitante expansão de advogados particulares inescrupulosos em busca de dinheiro fácil.<sup>151</sup> Essa crítica aguçou ainda mais a percepção da ROC sobre a crise enquanto uma questão política – como o estado deveria ser? – e também enquanto uma questão legal – como corrigimos as injustiças no tribunal?

A alteração da localização e do projeto – desde as reuniões no Imperial Courts até a própria Mothers ROC, agora totalmente capacitada e autoconfiante para enfrentar as batalhas nos tribunais estaduais – representou uma mudança na posição social das mulheres enquanto grupo. Quase todas as integrantes da ROC eram assalariadas da economia formal; e as que não o eram, estavam inválidas (geralmente por doenças exacerbadas pela pobreza e pelo estresse, como diabetes, doenças cardíacas e câncer) ou aposentadas. Muitas observaram a amarga ironia de que, para se tornarem mães em tempo integral pela primeira vez, elas tiveram que perder um ou mais filhos para o sistema. Mais da metade eram proprietárias que viviam em casas modestas de madeira ou ainda no reboco, ou mesmo em pequenos

151. Muitas das novas integrantes da Mothers ROC contam a mesma história – elas hipotecam a casa ou vendem o carro para pagar um advogado e logo descobrem que o contrato limita os serviços às questões mais rotineiras de registros e aparições judiciais. Além disso, a questão da hipoteca ou da venda tem suas próprias contradições racializadas. Oliver e Shapiro (1995) mostram as maneiras pelas quais, para as pessoas negras, o *apartheid* residencial e o *redlining* [prática de usar linhas vermelhas nos mapas para demarcar as fronteiras de bairros considerados “de risco”] efetivamente limitam o acesso (bem como o crescimento) da fonte fundamental da riqueza das famílias dos Estados Unidos: a propriedade privada. No caso das integrantes da Mothers ROC que fazem hipoteca, elas hipotecam o patrimônio abaixo da média, a custos de empréstimo acima da média, para – na melhor das hipóteses – manterem o *status quo* (um ente querido mantido fora da prisão), em vez de “investir” no futuro com educação ou outro desenvolvimento familiar ou pessoal potencialmente remunerável.

apartamentos. Todas estavam vivamente conscientes de que tinham algo a perder. A estrutura da Mothers ROC deu a elas um contorno para a esperança e para a ação, incentivando uma expansão do escopo político de soluções jurídicas imediatas para uma exposição mais ampla e um ataque ao sistema de justiça criminal como um todo.



## O PEDIDO DE AJUDA DE UMA MÃE: LEI, ESPAÇO E SOLIDARIEDADE

No início de uma manhã de quinta-feira, em 1992, pouco antes do longo fim de semana do Dia da Independência dos Estados Unidos daquele ano, uma dúzia de policiais dos Departamentos do Xerife dos Condados de San Bernardino e Los Angeles e da Polícia de West Covina chutaram a porta da frente de Bernice Hatfield. Ouvindo o que parecia ser uma explosão, seguida por passos, móveis caindo e gritaria, Bernice correu para o topo das escadas de seu modesto apartamento suburbano e, olhando para baixo, teve uma visão de terror. Armas engatilhadas, a polícia de joelhos e com as duas mãos nos revólveres, preparada; tudo isso dizia a qualquer telespectador que as balas iam correr soltas. Os policiais pediam a rendição de seu filho de dezessete anos, “Stick”, e gritavam para que ela colocasse as mãos onde pudessem vê-las. Bernice ergueu as mãos sobre a cabeça e desceu as escadas, tremendo e perguntando repetidamente, “O que vocês estão fazendo aqui? O que vocês querem?” Como se viu, eles queriam prender Stick com seis acusações de tentativa de homicídio. Os policiais levaram o adolescente embora naquela manhã; e, durante a década seguinte, Bernice lutou contra o que, em seu boletim periódico, *O pedido de ajuda de uma mãe*, ela chamou de “o sequestro legal do meu filho”.

Não tendo nunca sido uma mulher ingênua, Bernice cresceu negra e da classe trabalhadora em uma cidade do sul da Nova Inglaterra durante o pós-guerra, vivendo a desigualdade e

o racismo de maneiras bastante corriqueiras. Determinada a não ser pobre toda a sua vida, ela estudou muito na escola, tornou-se enfermeira e trabalhou por vinte anos para tranquilizar e cuidar dos doentes e sofrendores. Bernice achava que sabia como funcionava o sistema judicial. Embora ela não esperasse que fosse, de fato, imparcial, ela esperava que, quando alguém fosse acusado de um crime, provavelmente houvesse alguma prova, falsa ou verdadeira. Antes de tudo, o caso “do povo” contra seu filho consistia em depoimentos contraditórios e não havia ferimentos, arma, motivação e nenhuma razão clara para ele ter recebido as acusações. No entanto, ele foi acusado e como um membro de gangue.

Os poderes e as pressões sobre os principais atores do sistema de justiça criminal foram aumentados pela Lei de Aplicação e Prevenção do Terrorismo nas Ruas da Califórnia [*California Street Terrorism Enforcement and Prevention Act – STEP*], de 1988, e por uma série de leis relacionadas. A Califórnia declarou guerra às gangues durante a primeira fase do programa de expansão prisional, em meados da década de 1980, e mirou, mais precisamente, o Condado de Los Angeles, onde Bernice e sua família viviam, como a região onde novos programas seriam desenvolvidos. Sacramento, a capital do estado, orientou as agências locais de aplicação da lei a identificarem todos os membros de gangues de suas jurisdições para que o estado pudesse desenvolver um banco de dados abrangente e centralizado sobre eles.

Stick nunca havia estado sob custódia, mas cerca de um ano antes, depois de ter sido parado por uma infração de trânsito, seu nome foi inserido no banco de dados das gangues do estado. No início de 1993, depois que ele e sua mãe rejeitaram um acordo que lhe oferecia seis anos sob o regime de custódia juvenil, os promotores decidiram julgá-lo pelas seis acusações. Com o agravamento da pena, ou tempo extra por acusação, devido ao seu status de membro de gangue, o estado garantiu que ele pagasse 91 anos de prisão. Stick, que naquele momento já tinha completado 18, decidiu aceitar o acordo, que exigia que ele

confessasse a culpa e renunciasse a qualquer direito de recurso; nesse ínterim, embora nada exceto a idade de Stick tivesse mudado no caso, o promotor aumentou o tempo mínimo de 6 para 19 anos. Bernice não pôde intervir legalmente, porque seu filho havia atingido a maioridade. Na opinião dela, ele havia sido coagido a confessar por aqueles que lhe prometeram uma vida atrás das grades caso ele fosse a julgamento e perdesse. Jovem e assustado, ele tentou agir como se fosse um homem adulto e experiente. Embora Stick fosse menor de idade no momento de sua prisão, o juiz da sentença o colocou em um um estabelecimento para adultos do CDC.

Na manhã em que a polícia levou seu filho mais novo embora, Bernice assumiu um papel que ela nunca poderia ter se imaginado desempenhar: o de uma mãe que se aproximaria de estranhos e pediria a qualquer um que pudesse ouvi-la para ajudá-la a recuperar seu filho. No início, ela fazia tudo sozinha, dirigindo oitenta quilômetros de ida e volta para o seu trabalho de enfermagem, todos os dias, além de viajar mais 65 quilômetros de ida e volta na direção oposta para ver Stick. Ela visitava o filho, encontrava-se com o defensor público, inspecionava o investigador particular, confrontava o promotor, interrogava os avaliadores psiquiátricos e imprimia uma expressão impassiva nas audiências.

Bernice descobriu que, enquanto ela lutava para libertar seu filho, posto que sua prisão havia sido um erro completo, o estado trabalhava, sistematicamente, para mantê-lo preso, pois sua prisão fazia parte de um programa para retirar da rua pessoas “como ele”. Para Bernice, o dado crucial era que seu filho nunca havia tido problemas com a lei; para o estado, o dado crucial era sua identificação anterior como membro de gangue. Durante muito tempo, ela se recusou a enquadrar o estado em seus próprios termos, porque ela achava que as coisas deveriam funcionar de forma justa: “Eu acreditava que tinha direitos constitucionais. Quero dizer, eu *realmente* pensei que eu tinha direitos constitucionais. Mas eu descobri... no tribunal...”

que sou uma cidadã de segunda classe. A Constituição não funciona para mim.”

Para os afro-estadunidenses, não há nada de novo em se dar conta, uma vez mais, do status de cidadão de segunda classe (Du Bois, [1935] 1992; Sykes, 1988; Fields, 1990). Mas enquanto a repetição é parte do drama mortal de viver em um estado racial, o desafio particular é trabalhar os realinhamentos específicos da estrutura social em um período de rápida mudança.

Perto do fim de um de seus dias longos e solitários, antes da confissão e do acordo, Bernice se dirigiu para casa depois de uma visita a Stick, com medo de que eles estivessem perdendo e incapaz de entender o porquê. Ela acabou sintonizando em um programa de rádio que falava sobre o julgamento dos Quatro de Los Angeles e ouviu a mãe de um réu falando sobre a Mothers ROC. Embora Bernice tivesse mergulhado no caso de seu filho porque era sua mãe, ela nunca havia pensado em formar alianças com mães em circunstâncias semelhantes. Profundamente ciente de que o fato de poder reivindicar sua relação materna com Stick fazia alguma diferença – oficiais de justiça e burocratas podem retornar a ligação de uma mãe ou atender a uma mãe que passa horas esperando nos assentos de plástico duro das antessalas ou em pé nos corredores –, Bernice decidiu participar de uma reunião da Mothers ROC para ver se elas poderiam ajudá-la.

As integrantes da ROC a encorajaram a divulgar sua história, a começar um novo capítulo em sua área do condado e a procurar outras mães como ela nos lugares onde ela passava tanto tempo em nome de Stick. Bernice logo escreveu a primeira edição de *O pedido de ajuda de uma mãe*. Ela visitou várias gráficas à procura de preços acessíveis e encontrou um estabelecimento administrado por um homem que se tornou simpático à sua causa depois que ela explicou sua situação. Ele concordou em deixá-la usar suas máquinas a preços mais baratos; e ela começou a produzir seu jornal em papel colorido brilhante (geralmente laranja, e, às vezes, azul turquesa) para atrair os olhos do futuro leitor. Combinando narrativa, passagens bíblicas e desenhos, as

críticas agudas de duas a seis páginas de Bernice atraíram a atenção de mães e de outras pessoas envolvidas no trabalho reprodutivo não remunerado de recuperar o futuro salvando seus filhos.

Por fim, Bernice estabeleceu uma reunião regional em Inland Empire (a área metropolitana que abrange a conexão entre os condados de Los Angeles, San Bernardino e Riverside). Todos os sábados, novas mães e outras pessoas chegavam a uma cafeteria na cidade de Pomona com uma grande variedade de problemas; algumas estavam tentando coibir os traficantes de drogas em suas ruas; outras haviam perdido seus filhos para o Departamento de Juventude e Serviços Familiares [*Department of Youth and Family Services*] e os queriam de volta. Homens de igrejas, da Nação do Islã e de várias organizações fraternais negras locais vieram observar e oferecer ajuda. Eles também vieram para que as integrantes da ROC soubessem que as políticas da cidade e das ruas já estavam sob a jurisdição informal das antigas organizações de coalizão urbana, como a NAACP<sup>152</sup> e as igrejas; assim, qualquer nova organização precisava ter a bênção de determinados figuras politicamente influentes. Rapidamente ficou claro que os cenários e as bases das velhas lutas – igrejas, prefeitura, escolas, serviço público – seriam úteis, mas dificilmente se adequariam à nova luta. A cautela implícita e o desafio das velhas elites dos direitos civis, então, não deram em nada por duas razões. Primeiro, o desenvolvimento de um forte localismo tem pouca utilidade contra um projeto de criminalização organizado pelo estado, que consiste na combinação e sobreposição de jurisdições. Em segundo lugar, sob o peso da atual crise político-econômica da região, as coalizões entre pessoas negras e brancas da era de ouro estavam desmoronando, e, ao mesmo tempo, a conquista de cargos eleitos e nomeados pelos chicanos

152. N.T.: A Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor [*National Association for the Advancement of Colored People* – NAACP] é uma das mais antigas e influentes instituições em favor dos direitos civis nos Estados Unidos. Fundada em 1905 pelo notório intelectual negro W. E. B. Du Bois, entre outros, a associação tinha como um dos principais objetivos a revogação das leis *Jim Crow*.

e chicanas sinalizava mudanças que estavam por vir, ainda que imprevisíveis (cf. Sonenshein, 1993).

As integrantes da ROC decidiram que tinham que entender sobre a lei STEP, sob a qual Stick havia sido acusado e condenado. Num sábado à tarde, um grupo se reuniu na biblioteca de um advogado da Califórnia para ler sobre a lei. Nenhuma das participantes era advogada, mas elas tinham uma vasta experiência em pesquisa e escrita, e assumiram que levaria, no máximo, uma ou duas horas para encontrar a lei e escrever uma declaração sobre ela em um folheto. Depois de várias horas de busca, todas perceberam que o enigma do texto jurídico já está no nível mais fundamental de organização; uma pessoa leiga não conseguiria simplesmente deslizar o dedo por um índice ou uma tabela de conteúdos para encontrar uma lei. Um subcomitê do grupo encontrou o texto da lei na semana seguinte em uma biblioteca com um serviço de banco de dados jurídicos eletrônico, fazendo buscas sobre o assunto.<sup>153</sup>

A lei STEP, e os eventos que levaram à sua implementação, deixaram bem claro o que as mães temiam: o “sistema” já indicava há anos um perfil de jovens cujos direitos e perspectivas eram legalmente diferentes dos de outros da mesma faixa etária. A Força-Tarefa Estadual sobre Violência de Gangues Juvenis [*State Task Force on Youth Gang Violence*] havia estipulado que a região que mais precisava de vigilância e controle era a da Grande Los Angeles, e que os jovens negros e marrons estavam mais propensos a ser membros de gangues (California State Task Force, 1986). Embora tenha ampliado a análise da violência de gangues para englobar as inclinações suicidas das gangues brancas de classe média “*Heavy Metal*” e “*Satanic*”, a força-tarefa ignorou completamente, por exemplo, as crescentes gangues *skibeads* e neonazistas concentradas na Grande Los Angeles (R. W. Gilmore, 1993b).

153. Desde então, essa biblioteca restringiu o acesso; pessoas sem afiliação formal com a instituição devem pagar para entrar, e o banco de dados jurídicos é restrito a professores e alunos, que devem ter um código de acesso pessoal, atribuído pela universidade, para usá-lo.

A diretiva da lei, que obrigava o policiamento local a identificar todos os membros de gangues em suas jurisdições, pareceu às mães capaz de produzir listas indiscriminadas que incluiriam pessoas com base na raça e no espaço, e que isso, por sua vez, transformaria qualquer tipo de transgressão juvenil em grandes confrontos com o sistema. Atuando com seu novo conhecimento sobre a lei STEP, as integrantes da ROC decidiram expandir seu palco de ativismo para preparar o público e futuros atores para o que realmente era aquele teatro todo. Elas produziram um panfleto intitulado *MÃES, INFORMEM SEUS FILHOS*, alertando os responsáveis a proibirem seus dependentes de assinarem papéis ou permitirem que a polícia registre suas fotos nas ruas. Os menores devem insistir para que os pais sejam chamados. Os adultos devem contestar educadamente, mas com firmeza. Os panfletos eram maneiras extremamente eficazes para iniciar conversas em pontos de ônibus, sob o sol escaldante no estacionamento da cadeia do condado e do lado de fora de escolas, tribunais e delegacias de polícia. Homens e mulheres pegavam os panfletos – muitas vezes prometendo copiá-los e distribuí-los na igreja ou no trabalho. Com o folheto em mãos, novas pessoas chegavam à reunião em Inland Empire para saber mais sobre a lei.

Bernice teve que expandir as suas atividades diárias. Os eventos combinados da confissão de Stick e a descoberta da lei STEP aumentaram seu trabalho; além dos deveres de casa, trabalho e do complexo tribunal/cadeia, ela agora tinha que aprender mais sobre como aquela lei, e outras leis relacionadas, funcionavam política e juridicamente, e se alguém conseguiu se opor com sucesso àquela situação jurídica. Desanimada pela tarde na biblioteca do advogado, ela começou a passar seus dias livres na biblioteca da Faculdade de Direito da UCLA. Ao navegar e fazer perguntas estratégicas ao bibliotecário de referência, Bernice descobriu como encontrar resumos de casos e de julgamentos recentes, como encontrar os argumentos completos desses casos e como comparar as pilhas crescentes de papel ao caso de Stick.

No curto prazo, nem os novos conhecimentos ou os novos camaradas facilitaram a luta de Bernice; ao contrário, ela se deu conta de que teria que trabalhar mais duro e mais horas sendo a mãe de um filho sequestrado. Uma vez que os cúmplices de Stick nunca foram acusados de nada, pois as pessoas não inscristas nos bancos de dados de ganges, quando acusadas de crimes semelhantes, recebem penas muito mais leves, e considerando também que jovens em diferentes posições raciais, de classe ou regionais são frequentemente redirecionados para programas de reabilitação, Bernice decidiu entrar com um processo de discriminação, acrescido com outras alegações, como a dos conselhos ineficazes. De fato, Bernice compreendeu o que já havia sido uma fissura identificada pelo estado em sua própria armadura, uma geração antes, quando o primeiro conjunto de leis federais antigangue de crime de rua do pós-guerra foi promulgado entre 1968 e 1970.<sup>154</sup> A época, os responsáveis pela aplicação da lei hesitaram em executá-la por causa das preocupações com os direitos civis — especialmente no que tange processos sobre crimes de discriminação. No entanto, mais de duas décadas de crise política-econômica, juntamente com um intensivo e extensivo sensacionalismo do crime na mídia (campanhas políticas, programas de notícias, *reality shows*, filmes e séries de televisão), havia produzido a noção de que os direitos de algumas pessoas deveriam

154. A Lei de Controle de Crimes Violentos e Aplicação da Lei [*Violent Crime Control and Law Enforcement Act*], de 1968, assinada por Lyndon Baines Johnson, e a Lei de Controle do Crime Organizado [*Organized Crime Control Act*], de 1970, assinada por Richard M. Nixon. Essas leis foram desenhadas para lidar com os manifestantes urbanos da década de 1960, organizações revolucionárias como o Partido dos Panteras Negras para Autodefesa e a Máfia e, de fato, para fundir esses diferentes agrupamentos rebeldes em um inimigo indiferenciado. Dada a centralidade do diretor do FBI, J. Edgar Hoover, nessas deliberações, bem como sua colaboração com certos elementos do crime organizado (branco), podemos ver nessas duas leis o conflito e a contradição internos do estado. Ver Donner, 1990.

ser restringidos com base em padrões anteriores de comportamento, que agora era tido como senso comum.<sup>155</sup>

A intensificação dos anseios e dos trabalhos de Bernice em nome de seu filho, juntamente com sua nova ocupação ajudando e tranquilizando outras mães em situações semelhantes, impediu sua atuação na enfermagem. Ela sempre obteve grande satisfação em cuidar de pessoas doentes. No entanto, não muito antes dos problemas de Stick começarem, um paciente racista no hospital regional onde ela havia trabalhado por vários anos informou a um supervisor de seu andar que ele não queria que a enfermeira negra tocasse nele. Bernice decidiu encontrar um novo emprego em que se dedicasse a uma clientela predominantemente afro-estadunidense, e ela adorava cuidar de “meus pacientes negros”, a maioria dos quais sofria de doenças crônicas e, muitas vezes, terminais. Como é o caso dos tantos trabalhos “de mulher”, a enfermagem requer trabalho físico, intelectual e emocional (Cobble, 1991; Duffy, 2005). Isso, além da difícil situação de Stick, desgastou Bernice — especialmente na parte emocional. Ironicamente, ela desistiu do trabalho remunerado “de mulher” para fazer o trabalho não remunerado “de mulher”,

155. A síndrome de Willie Horton, que sou tentada a chamar de fascismo da escolha racional. Stuart Hall (1986), seguindo Antonio Gramsci (1999) e outros, argumenta que o senso comum merece a maior atenção em qualquer estudo ou movimento de mudança social (progressista ou repressiva). No momento atual, tem havido uma elisão aterrozante no senso comum através de três estágios conceituais: a proteção e promoção de grupos cujos direitos e oportunidades foram historicamente minados ou suprimidos (a lista de sempre) são atualmente vilipendiados em troca de favoritismos e esmolas imerecidos, para os quais se considera que a solução adequada seja, na melhor das hipóteses, o mérito individualmente avaliado, a privacidade e assim por diante. Ligado a esse pivô individualizado, no entanto, está a noção de que certas pessoas decidiram tornar-se membros de agrupamentos fora da lei (novamente, a lista de sempre); segue-se que todos esses agrupamentos, independentemente da diferenciação individual dentro deles, devem ser uniformemente coagidos, sancionados e neutralizados. A parte mais assustadora, é claro, é que os membros do primeiro grupo e os do último compartilham semelhanças demográficas impressionantes — por causa de um *continuum* objetivo, se não estratégico, da “guerra à pobreza” à “guerra ao crime”.

e sua impossibilidade de trabalhar como enfermeira permitiu que ela se tornasse uma mãe em tempo integral. Mas a maternação em tempo integral significava ser uma “co-mãe” (Tula, 1994) com as integrantes da ROC, uma defensora de seu filho e de todos os outros – adultos e crianças – capturados pelo sistema.

A teia de leis e mandatos em que as integrantes da ROC se encontravam emaranhadas era tão complexa que, para muitas mães, parecia como se os defensores públicos que *podiam* se parar um tempo para explicar as coisas estavam contando-lhes fábulas. No final, no entanto, as histórias revelaram padrões a serem investigados. O testemunho de Gilda Garcia exemplificou muitas restrições socioespaciais da vida cotidiana para as integrantes da ROC e suas famílias:

*E, então, ela [a defensora pública] disse: “A razão pela qual o promotor pode adicionar tempo extra à pena é porque seu filho estava a menos de 150 metros de uma escola quando ele foi pego.” Meu filho tinha ido pegar seu irmãozinho na escola pra levar ele pra casa! É por isso que ele estava na escola. La migra [a imigração] espera perto das escolas para pegar pessoas sem green cards, e eles detêm qualquer um que se pareça conosco. Qualquer um. Enviamos nosso filho porque ele não tem emprego, e, por isso, se o pararem, não perdemos dinheiro. Foi só por isso. Não podemos nos dar ao luxo de perder o trabalho só porque o Serviço de Imigração e Naturalização [Immigration and Naturalization Service – INS] precisa passar uma boa impressão para... Não quero ofender, mas... eles precisam passar uma boa impressão para as pessoas brancas. Eles não se importam conosco, que tenhamos empregos. É tudo um espetáculo. Mas logo pela manhã, assim que meu marido e eu saímos para o trabalho, a polícia [da cidade] já está na nossa rua, começando os trabalhos, deixando nossos filhos malucos, falando pra eles que vão pegá-los. Um dia eu voltei porque me esqueci de algo, e a polícia estava lá, do lado de fora dos carros. Perguntei a eles: “Tem algo errado? O que*

*vocês querem aqui?” E este policial, o nome dele é — [risos de quem o combece na sala], me disse: “Nós vamos pegar o seu filho”, e chamou ele pelo nome. Ele me disse que o meu filho estava numa gangue. Mas veja, eu sei que ele não está numa gangue, porque a gangue que eles disseram que ele está é de outro bairro. O meu filho não podia viver conosco e estar naquela gangue. Eu tenho parentes naquela gangue, que têm uma oficina de automóveis, e às vezes meu filho faz algum bico para eles pra ganhar uma grana. Mas ele nunca poderia se juntar a essa gangue por causa de onde moramos. Todo mundo sabe disso.*

Quando as recém-chegadas, como Gilda, compartilharam suas histórias e começaram a ajudar umas às outras nos casos, Bernice começou a entender por que ela havia ficado tão perplexa. Embora ela não tivesse dúvidas de que ela e Stick estavam contra um *sistema*, ficou cada vez mais claro como o sistema vivia, especificamente, filhos como os dela, de Gilda e Barbara. Ela havia imaginado que o sistema de justiça criminal estava do outro lado de uma fronteira fixa da lei, e não que a fronteira da lei havia se mudado para incluir ela e sua família em seu espaço legal e social.

A expansão do sistema de justiça criminal da Califórnia sobrecarregou a paisagem em reestruturação do estado com novas prisões, novas leis direcionadas a pessoas em áreas específicas, novos mandatos para aplicação da lei, promotores e juízes; essas regiões territoriais e discursivas constituíram a geografia política do sistema através da qual as mães estavam tentando encontrar seu caminho. Suas técnicas de maternação, dentro e como integrantes da Mothers ROC, estenderam-se para além dos limites do lar, parentesco e vizinhança para abarcar o projeto político de recuperar filhos de todas as idades cujas mães os estavam perdendo para o sistema prisional a uma taxa de 55, em todo o estado, por dia útil.



*Quando as desgraças dos pobres pressionam mais perigosamente os ricos, uma época, então, procura escavar o futuro de forma mais enérgica em busca de esperança.*

— Peter Linebaugh,  
*The London hanged* (1992)

As orações davam forma a todas as reuniões da Mothers ROC. No início e no final de cada sessão, o grupo dava as mãos em círculo para pedir proteção e orientação. As mulheres que lideravam as orações tinham o dom da pregação. Suas invocações abriam e fechavam a agenda aparentemente interminável de recuperação dos filhos dentro de um contexto material de esperança espiritualizada, colocada em movimento por meio da ação humana. A oração ajudava a estreitar as distâncias sociais visíveis e invisíveis entre as pessoas para quem, na maioria dos casos, a religião formal era um aspecto vital da vida. A oração também mostrou o poder da escuta atenta para a construção do grupo. Durante uma oração, qualquer pessoa no grupo poderia comentar afirmativamente sobre a trajetória devocional da líder, e tal encorajamento da oradora encorajava a coletividade, pois uma e, então, várias vozes surgiam, elevando a voz da oradora ainda mais alto. Por fim, ressaltando a dificuldade e a urgência da situação que as uniu, a oração renovava e fortalecia a unidade provisória das mães. As diferenças individuais, que poderiam produzir incidentes, não tinham a necessidade de se tornarem impedimentos organizacionais duradouros – fosse em uma casa de culto ou na Mothers ROC.

Em um mundo em rápida mudança, a reflexão em grupo sobre poder e impotência estabeleceu o cenário em que as mães são capazes de se identificarem umas com as outras. Em 1994, o FBI registrou 11.500.000 detenções feitas por policiais federais,

estaduais e municipais. Em 1995, o número aumentou para 14.500.000 (U.S. Bureau of the Census, *Statistical Abstract*, 1995, 1996). O encarceramento é comum nos Estados Unidos, mas aqueles que entram em contato com a aplicação da lei são tão segregados, de tantas maneiras diferentes, que a experiência de confronto com o sistema legal não produz, por si só, qualquer tipo de identificação social forte. Na ROC, bem como em outros lugares, a semelhança entre as histórias das mães poderia produzir um sentimento de comunhão, mas sem garantias de que tal sentimento pudesse servir de base para a ação coletiva. No interior de uma ordem social com ampla e profunda desigualdade – mais fortemente expressa como desigualdade racial –, as mães estavam cautelosas porque nem todos os filhos são igualmente vulneráveis às duras punições da lei.

Quando o filho de 31 anos de Pearl Daye ligou da delegacia de polícia para dizer que havia sido preso por, supostamente, roubar um pacote de lâminas de barbear de uma farmácia de conveniência, ela ficou confusa – ele tinha um emprego estável – e angustiada – ele não se metia em nenhum tipo de problema há mais de oito anos. Chegando na delegacia para pagar a fiança, Pearl deu de cara com o valor absolutamente inatingível de US\$650.000, pois a Procuradoria Distrital do Condado de Los Angeles [*Los Angeles County District Attorney*] havia acusado Harry Daye de um crime pela terceira vez [*third strike*] em vez de uma contravenção pelo furto de bem de pequeno valor. De repente, o homem afro-estadunidense se deparou com uma pena que vai de um tempo mínimo obrigatório de 25 anos à prisão perpétua sem possibilidade de liberdade condicional.

Enquanto Pearl relatava a sequência dos eventos que compunham a prisão e a acusação de Harry em sua primeira reunião na Mothers ROC, ela muitas vezes teve que fazer uma pausa por causa da ansiedade brutal em revelar circunstâncias familiares adversas aparentemente inacreditáveis para pessoas estranhas. No entanto, a sala cheia de mulheres reconheceu o drama da família Daye não como um erro burocrático nem um pesadelo, mas como um conflito cada vez mais comum entre famílias



como as delas e a lei. Um ano após a implementação da lei *three strikes* da Califórnia, a trama já havia se tornado tão familiar que, em certos momentos, várias mulheres, como se fossem um coro, falavam juntas com Pearl o que o defensor público e outras pessoas lhe haviam dito – especialmente a certeza de uma sentença de 25 anos à pena de prisão perpétua sem a possibilidade de liberdade condicional, conhecida nas ruas, mais brevemente, como “vinte e cinco... sem” [*“twenty-five to... without”*].

Harry Daye assistiu à morte da liberdade porque, naquela época, a política oficial da Procuradoria Distrital do Condado de Los Angeles era a de aplicar vigorosamente a lei *three strikes*. Tal vigor incluía acusar os réus de forma a garantir as sentenças de prisão mais longas possíveis, independentemente do caráter atual da vida desse réu. O suposto furto de Harry constituiu o que a lei da Califórnia designa como “*wobbler*”<sup>156</sup> – uma acusação que pode ser tratada tanto como uma contravenção quanto como um crime. As *three-strikes* e outras leis de pena mínima obrigatória, convencionalmente programadas para funcionarem com um desprezo automático pelas circunstâncias individuais, na verdade, permitem explicitamente que promotores e juizes atuem de forma discricionária “no interesse da justiça”. No entanto, em toda a Califórnia – especialmente nos condados do sul que produzem a maioria dos prisioneiros –, a prática da discricionariedade acusatória ou judicial em favor dos réus com dois ou três crimes era tão rara ao longo da década de 1990 que é digna de notícia (ver, por exemplo, Gorman, 1996).

Pearl terminou seu testemunho introdutório à Mothers ROC com uma observação sobre todo o sistema: “Do meu ponto de vista, há duas leis, uma para as pessoas negras e outra para as brancas.” Leticia Gonzales, uma chicana cujo marido tinha começado a cumprir uma pena de “vinte e cinco anos... sem liberdade condicional” alguns meses antes, discordou. “Não. Acho que há uma lei para as pessoas de cor e outra lei para as brancas.” A essa altura, todas falavam. Francie Arbol propôs outra estrutura: “Pessoas pobres e ricas”. Mas pobre e rico não

156. N.E.: Sobre esse termo, ver nota número 85 desta edição.

consequia explicar o caso do estado contra O. J. Simpson. Por que a Procuradoria Distrital do Condado de Los Angeles gastou tanto tempo e dinheiro para condenar um réu negro?<sup>157</sup> A distinção, portanto, não poderia ser entre pessoas ricas e pobres. Ao mesmo tempo, tendo em vista que praticamente todos os prisioneiros que alguém naquela sala conhecia, ou podia imaginar, eram pessoas de famílias com poucos recursos e da classe trabalhadora, a questão do dinheiro simplesmente não poderia ser descartada. O racismo antinegro parecia explicar muito, mas não podia explicar toda a pobreza, impotência e vulnerabilidade perante a lei.

Mais ou menos um ano antes de Pearl Daye levar seu caso para a ROC, os prisioneiros latinos (principalmente chicanos e mexicanos) superaram os afro-estadunidenses como o maior grupo em números absolutos sob a custódia do CDC.<sup>158</sup> A consequência desigual para as pessoas de cor reside tanto nos padrões de policiamento quanto no crime do qual os réus são acusados. Por exemplo, no Condado de Los Angeles, os réus brancos estão muito mais propensos a ter as acusações completamente retiradas ou reduzidas de crime para contravenção, enquanto as pessoas de cor estão mais propensas a receber a acusação mais dura possível contra elas (Schiraldi e Godfrey, 1994; ver também Nasar, 1994). Tanto as leis federais quanto as da Califórnia permitem um tratamento radicalmente diferente das pessoas que fizeram, em essência, a mesma coisa. Tal competência policial, acusatória e judicial – que, desde sua introdução no início dos anos 1980, permaneceu fundamentalmente impermeável a objeções com base na “proteção igualitária” e em outros

157. O julgamento de Simpson não tinha chegado a uma resolução até o fim dessa discussão; mas mesmo sua absolvição e as consequências apoiaram o senso das integrantes da ROC de que o julgamento de um homem negro é completamente diferente do julgamento de um homem branco. 158. Entre 1977 e 1982, o número de prisioneiros brancos aumentou 50%, enquanto os prisioneiros negros dobraram, produzindo números absolutos quase iguais entre os dois grupos; desde então, os prisioneiros negros excederam todos os outros grupos até 1994, quando o aumento constante do encarceramento latino mudou esse equilíbrio. Ver tabela 5.

princípios constitucionais – fornece os meios e o incentivo para a aplicação de regras e punições substancialmente diferentes a vários tipos de réus (ver, por exemplo, Butler, 1995).

Não surpreende, portanto, que as integrantes da ROC tenham tido dificuldade em desenvolver uma síntese sobre como a lei discrimina aqueles que são mais vulneráveis ao sistema. A capacidade da lei de pender para um lado ou para outro tornou possíveis punições rotineiramente desiguais. Ao mesmo tempo, essa flexibilidade da lei dificultou muito o desenvolvimento de uma definição de senso comum sobre como essa desigualdade é alcançada e reproduzida caso a caso. Todas as pessoas que falaram – quase todas na sala – não tinham dúvidas de que o sistema operava em uma via dupla. Mas como cada réu era encaminhado?

Leticia Gonzales entendia a história de terror de Pearl. Seu marido tinha sido julgado e condenado por roubar um par de calças durante os dias agitados das compras de Natal. Ela estava convencida de que ninguém havia levado nada, ou de que uma outra pessoa, parecida com seu marido, havia levado os itens. “Por que ele levaria as calças? Ele podia comprá-las. E, no Natal, há guardas por toda parte perto das lojas. Ele não é burro.” No entanto, uma vez que em seu passado longínquo ele havia sido condenado por duas acusações de roubo, o pequeno furto de um par de calças baratas se tornou, no seu caso, roubo, prendendo-o por “vinte e cinco anos... sem liberdade condicional.”

Leticia ouviu falar da ROC por meio de seu marido, que soube da organização na cadeia do condado. No início, ela estava com medo de ir à reunião, pois não conhecia ninguém, morava em San Pedro e tinha medo de não ser bem-vinda. Para sua surpresa, o grupo, ainda composto predominantemente por afro-estadunidenses, acolheu-a e, com o passar dos meses, mais e mais latinas apareceram na porta. Mães de jovens de 16 anos acusados de homicídio. Esposas de réus com dois ou três crimes [three strikes]. Avós de jovens acusados pela lei STEP. Como era de se esperar, os grupos das *abuelas* [avós] negras e marrons começaram a realizar convenções políticas ocasionais – à maneira

das avós da Plaza de Mayo, da Argentina – para discutirem seus problemas particulares, que muitas vezes se concentravam em sua condição de indocumentadas e de principais responsáveis pelos filhos de seus filhos.

Conforme o promotor do Condado de Los Angeles estendia a aplicação vigorosa das 1.200 novas leis criminais da Califórnia a réus negros e marrons, o número de latinas presentes nas reuniões aumentava. Na noite da primeira visita de Pearl Daye, o debate da ROC sobre a aplicação desigual da lei continuou até tarde da noite e se estendeu para a calçada depois que a reunião regular chegou ao fim. A questão central para resolver o problema tinha a ver com a manutenção da solidariedade organizacional, que a oração de encerramento enfatizou como o assunto inacabado da sessão. Finalmente, uma das mulheres propôs uma solução. Há, como disse Pearl, duas leis – uma para as pessoas negras e outra para as brancas. Dada a forma como os promotores tinham começado a acusar mais e mais réus pobres e marrons sob as novas leis, especialmente a lei *three strikes*, então, talvez, a explicação pudesse se dar da seguinte maneira: você tem que ser uma pessoa branca para ser processada sob a lei branca, mas você não tem que ser uma pessoa negra para ser processada sob a lei negra. A resolução satisfez as debatedoras daquela noite, pois forneceu uma maneira para que as mulheres se reconhecessem na extensão das práticas acusatórias, sem ignorar a experiência indiscutível dos afro-estadunidenses na aplicação mais intensiva dessas novas leis.

Não muito tempo depois da descoberta da solução da lei negra e da lei branca, um figurão local politicamente influente entrou em contato com a ROC. O homem afro-americano, que tinha feito uma pequena fortuna gerenciando unidades de reabilitação de drogas (em esquema prisional) para o estado, queria a bênção da ROC para construir uma prisão privada (de sua propriedade) no bairro, para onde o CDC enviaria prisioneiros selecionados para cumprirem o último ano de suas sentenças. Uma vez que a cidade não concederia uma permissão de uso para a localidade sem a aprovação da comunidade, ele garantiu

às mulheres que a prisão seria administrada de acordo com os desejos dela. Para muitas integrantes da ROC, a visita cristalizou a contradição dinâmica no sistema que elas vinham enfrentando. Se a ROC estava certa, então a prisão era desnecessária. Porém, se a prisão chegasse acompanhada de “empregos”, parte da crítica da ROC – a pobreza – estaria sendo enfrentada com a expansão do objeto específico de oposição da ROC – as grades.

À medida em que o empreendedor carcerário – ele mesmo um ex-prisioneiro – explicava o quanto a prisão traria de positivo para o centro-sul de Los Angeles, as integrantes da ROC ouviram atentamente. Então, em uma demonstração ordenada de paixão política, cada uma lhe disse os porquês, desde a perspectiva delas, pelos quais a ROC jamais endossaria a unidade. Sua alegação de que, de alguma forma, a comunidade poderia controlar o funcionamento interno de uma prisão por causa do local onde ela está pareceu ridícula para elas; essas mulheres aprenderam que a distância não é medida apenas em quilômetros, e que a prisão não seria uma unidade de bairro ou comunitária, mas, ao contrário, uma unidade de neutralização estatal administrada de acordo com as regras estaduais. Sua promessa de que, talvez, seus próprios filhos pudessem estar na prisão provocou, a princípio, um instante emocional de esperança por parte de algumas mulheres que dirigiam carros velhos aos sábados, em viagens de ida e volta de mais de 640 quilômetros, para ver seus filhos. Mas a lembrança dos fracassos em muitas das campanhas para que elas tivessem seus filhos transferidos para mais próximo de suas famílias indicava que as pessoas na prisão proposta para o centro-sul de Los Angeles provavelmente não viriam daquela área. A ROC disse ao empreendedor, repetidas vezes, que eles não solucionariam o desaparecimento de empregos da GM, Firestone e Kaiser colocando metade da população em prisões para que a outra metade pudesse ganhar dinheiro vigiando-os. Elas o mandaram embora, que foi, de alguma maneira, um pouco sentido pelas palavras contundentes que ouviu delas.

A visita provocou as integrantes da ROC a se perguntarem o que mais elas deveriam estar fazendo para impedir a chegada da prisão ao centro-sul. Elas sabiam que a prisão iria para algum lugar – o figurão tinha garantido isso a elas – e, portanto, protestar no nível local não resolveria o problema. Evidentemente, a ROC tinha que expandir suas atividades para uma escala adequada. Na reunião seguinte, elas decidiram enfrentar a brutal lei *three strikes* a fim de construir uma coalizão estadual de pessoas que provavelmente ajudariam a combater a expansão das prisões como a solução multifuncional da Califórnia para os problemas sociais envolvendo os pobres. Esse projeto, inaugurado em janeiro de 1996, foi construído lentamente ao longo de um ano, culminando, por fim, no “Mês de Conscientização sobre a Lei *Three Strikes*” [*Three Strikes Awareness Month*], durante o qual os ensinamentos, as aparições no rádio e na televisão e a panfletagem do lado de fora dos tribunais aumentaram a consciência a respeito dos efeitos da legislação. Embora a escala de atividade tenha crescido, também aumentaram os desconfortos e antagonismos à medida que a ROC entrava em uma nova fase organizacional, na qual o lugar onde havia começado sua vida – o escritório do Congresso dos Direitos Iguais [ERC] – seguia sendo o centro simbólico, ainda que não mais necessariamente o centro político do grupo.



## VOCÊS NÃO VÃO GANHAR DINHEIRO VENDEDO BOLOS: NOVAS SITUAÇÕES, NOVAS ESTRATÉGIAS

Enquanto a Mothers Reclaiming our Children já começou com os tipos de comodidades – escritório, telefone, fax, copadora – que a maioria dos grupos de movimentos sociais não têm, a escassa vantagem inicial criou a base para necessidades futuras. Em particular, a capacidade da organização de planejar

a divulgação e a estratégia em torno da lei *three strikes* repousava no fato de que ela tinha um lugar, podia fazer e receber chamadas telefônicas, produzir panfletos e trocar comunicados entre outros ativistas interessados – incluindo alguns dentro das principais agências estaduais –, que seriam impressos razoavelmente rápidos. Para algumas integrantes da ROC, entretanto, essa enxurrada de atividades – embora importante – ameaçava o propósito central e constituinte da organização, desviando recursos materiais e dispendendo demasiada atenção para uma categoria de réu/prisioneiro.

A fim de alcançar estabilidade nesta última crise, as integrantes de ambas as tendências concordaram em formalizar a ROC como uma organização sem fins lucrativos. A partir da divisão, as ativistas concordaram que uma declaração de princípios seria um padrão objetivo com base no qual todos os empreendimentos coletivos poderiam ser medidos, e elas também concordaram que os projetos atuais e futuros precisariam de uma renda substancial. Uma vez que parte das integrantes tentava moldar as declarações de princípios de acordo com o que elas achavam que o grupo deveria se tornar, os acordos produziram discordâncias duradouras. O debate alterou os rumos de uma boa parte do trabalho cotidiano, indo da política voltada à ação para a política voltada à organização. Em outras palavras, o retrabalho interno rumo a um formato institucional – com regras escritas, um conselho de administração e despesas detalhadas – tornou-se, por um momento, a atividade da ROC.

A espantosa maleabilidade dos primeiros dias da ROC deu lugar, neste período, a métodos mais lentos e deliberados; era como se o imperativo estrutural que todas desejavam satisfazer excluísse um futuro em que as mulheres e os homens pudessem depender de invocações de sentido, experiência e alma *ad hoc* para resolver os problemas e as diferenças. O que elas esperavam ganhar em troca do sacrifício da espontaneidade era a solidez da reprodutibilidade: não um futuro incerto, mas um futuro previsível. É evidente, garantir um futuro significava tornar-se legítima, procurar proteção em um canto do estado enquanto trava

batalhas em muitos outros. Mas estar tão protegido também significava tornar-se “legal” – seguir regras, e, portanto, leis, com o fantasma do descumprimento pairando como um policial inflitrado. Antes de tudo, a pobreza e o subdesenvolvimento persistem, porque a saída é através das próprias barreiras solidificadas nas infraestruturas, que tornam possível reconhecer as regiões pobres, os bairros, raças ou gêneros; estar preso do lado de dentro ou do lado de fora são dois lados da mesma moeda. Uma boa parte do entusiasmo inicial com a perspectiva de se registrar como uma organização sem fins lucrativos se centrou no mal-entendido esperançoso de que alcançar o status de isenção de impostos sob a Seção 501(c)(3) do Código Tributário Federal era, em si, um plano de desenvolvimento – como se a elegibilidade para certos tipos de dinheiro fosse uma força de atração fiscal. Dado o potencial variado de práticas sem fins lucrativos da ROC, aquelas com diferentes entendimentos – de experiência anterior ou de estudos atuais – começaram a pensar, de maneira prática, sobre fontes de financiamento. Subsídios? Remuneração para palestrantes? Serviços? Camisetas?

Um consultor especializado em ajudar na constituição dos movimentos sociais de base encorajou o grupo a pensar criativamente, mas, ao mesmo tempo, fez advertências de que elas não ganhariam um dinheiro significativo vendendo bolos. O alerta de que o voluntarismo da vizinhança não conseguiria garantir o futuro da ROC forçou todas elas a pensarem sobre a variedade de opções de financiamento que poderiam surgir de maneira mais realista. Em outras palavras, sempre que o trabalho se concentrava na construção do orçamento – o “negócio” do ativismo juridicamente legítimo –, as discussões eram atraídas em direção ao modo cooperativo de autoajuda que deu à ROC, em seu local, seu apelo e força iniciais, deixando de lado estratégias políticas mais abrangentes que o grupo preocupado com a lei *three strikes* se esforçava para colocar em prática.

Quando pesquisadas informal e separadamente, todas as integrantes da ROC queriam salvar todos os envolvidos no sistema de justiça criminal, mas, quando pesquisadas formal e

coletivamente, a maioria dizia que sua atenção organizacional deveria se concentrar na juventude. Em meados da década de 1990, organizar-se em nome dos jovens “em risco” ganhou prestígio entre as pequenas fundações regionais das quais a ROC poderia obter dinheiro de subsídio. Ao mesmo tempo, agências governamentais, como o Departamento de Justiça dos Estados Unidos [*U.S. Department of Justice*], distribuíram dinheiro para organizações comunitárias em cidades que concordassem em entregar “ervas daninhas” (adultos ou jovens criminalizáveis) à aplicação da lei em troca de “sementes” (subsídios).<sup>159</sup> A desindustrialização e o desmoronamento das instituições do estado de bem-estar social se combinaram para criar emergências que foram confrontadas pelo setor oficial – quando foram – por meio do crescimento do sistema de criminalização ou, de uma maneira menor (pelo menos quando medido pelos gastos por jovem, se não em números absolutos), por meio das intervenções de organizações sem fins lucrativos alimentadas por dinheiro pré ou pós arrecadação de impostos. O futuro da ROC não dependia de financiamentos. No entanto, ela se constituiu num momento em que o abandono público de jovens fazia presenças crescentes em toda a comunidade de cuidados semiprivada. Portanto, juntar-se “oficialmente” a essa comunidade significava suportar essa pressão e, como resultado, “naturalmente”, assumir esse trabalho.

Embora popular, a campanha para derrubar a lei *three strikes* teve, entre as mulheres que mais pretendiam estabelecer a estrutura formal da ROC, um apelo menos natural do que salvar as crianças. Uma vez que o caráter da luta é redefinido na prática da produção de consentimentos, o árduo trabalho da construção de coalizões – o primeiro passo de qualquer campanha – requer

159. Graças a uma campanha popular surpreendentemente bem-sucedida, a cidade de Los Angeles recusou o financiamento “*Weed and Seed*” [“ervas daninhas e semente”] do Departamento de Justiça. Ela, porém, estava inclinada a aceitá-lo antes que a população criticasse o programa e suas implicações nefastas em audiências públicas nos bairros que provavelmente ficariam com o peso da “remoção de ervas daninhas” (Urban Strategies Group, 1992).

a constante construção de acordos e compromissos. Ou, como a cantora e ativista Bernice Johnson Reagon gostava de dizer: “Se você está numa coalizão e está confortável, você não está em... uma coalizão” (Reagon, 1983). Como a ROC estava no processo de definir a si mesma, negociar para fora parecia, precisamente, ameaçar a estabilidade e a autonomia que suas integrantes buscavam solidificar internamente.

A tensão entre ceder e ganhar deveria ter fortalecido o núcleo, como no passado, particularmente porque a ROC era a força indiscutível por trás do novo movimento contra a lei *three strikes*, que ia, pouco a pouco, aglutinando mais gente. De certa forma, o desafio provou ser fortalecedor, mas não de maneiras previsíveis ou anteriormente experienciadas. No fim das contas, a Mothers seguiu adiante com duas frentes: a nova ROC, constituída e voltada para a juventude; e o coração de uma organização estadual emergente (que se constituiu após dois anos de luta) chamado Famílias para Alterar a Lei *Three Strikes* da Califórnia [*Families to Amend California's Three Strikes – FACTS*].

No esforço de institucionalizar uma identidade – para garantir uma cara confiável, reproduzível e pública –, as tensões e os estresses, às vezes, transformavam-se em conflitos pessoais. Acusações de desrespeito eram disparadas furiosamente, e era bastante comum, durante os encontros, que as pessoas saíssem, fizessem reuniões políticas na garagem e retornassem com rostos endurecidos e olhares severos. Como aconteceu nos primeiros dias em torno do medo comunista, alguns policiais fizeram sugestões informais e amigáveis às integrantes da ROC sobre como poderiam melhorar sua legitimidade ao se distanciarem de extremistas.

Em que constituía o extremismo? Para a polícia, extremismo significava qualquer disposição para enfrentar (e afrontar) alguma autoridade, particularmente uma autoridade uniformizada. Mas, dentro da lógica do grupo, extremismo também parecia significar qualquer combinação entre ambição e compromisso. Assim, cada lado via o outro como extremo. As mulheres contra a lei *three strikes* denunciavam como “indispostas

a fazer qualquer coisa” aquelas que davam ênfase à conservação da identidade com base no estatuto da organização e por meio do trabalho local, reprodutível e repetitivo, que seria o resultado do sucesso na empreitada. O outro grupo, por sua vez, balançava as cabeças e ficava com as línguas inquietas diante do esquema aparentemente impossível de quem era contra a lei *three strikes* de implantar uma oposição familiar às leis draconianas e aos medos inflados pela mídia que essas leis produziram na vastidão da Califórnia.

Enquanto aquelas que trabalhavam na campanha contra a lei *three strikes* inicialmente se esforçaram para formar uma coalizão de organizações já existentes, a divulgação que rendeu os períodos mais estáveis ao redor da Califórnia usou os métodos da ROC. Não deveria ser surpreendente perceber que as pessoas que dirigem longas distâncias para verem seus entes queridos terão pequenas conversas em estacionamentos e descobrirão uma identidade em seu propósito imediato, que, então, pode ser amplificada na organização e na defesa públicas. O que é surpreendente, talvez, é que a camaradagem temporária desses encontros emotivos se tornou a base para a confiança, permitindo que os coletivos recém-formados de pessoas com poucos recursos, principalmente mulheres, fizessem as coisas em uma escala com ainda menos recursos. Elas aprenderam a fazer planos de longo prazo, usar os serviços de e-mail da biblioteca, elaborar agendas, coletar assinaturas para petições e, eventualmente, reunir-se, fazer *lobby* com autoridades eleitas, realizar comícios na capital do estado e, num prazo de dois anos, formar uma nova entidade – desta vez uma organização sem fins lucrativos, isenta de impostos, com um propósito político expresse, embora limitado, inscrita na Seção 501(c)(3) do Código Tributário Federal.

Enquanto a FACTS vinha acumulando membros em todo o estado – incluindo muitos entre os mais de 50.000 prisioneiros sob custódia do CDC, em 1998, por causa do segundo ou terceiro crime sob a lei *three strikes* –, a ROC mudou de escritório duas vezes. A primeira vez foi mais ao norte da cidade, do outro lado da rodovia, fora do centro-sul, no Wilshire Boulevard.

Por mais chique que pareça o endereço, o local é aquele em que várias organizações sem fins lucrativos e de baixo orçamento se concentraram em edifícios que já foram de domínio exclusivo de fornecedores de serviços de altos salários, como escritórios de advocacia e contabilidade. Mid Wilshire, até aquele momento, era uma remanescente da antiga economia espacial, com belos edifícios *art déco* apodrecendo no limbo do capital, antes de sua redescoberta pela próxima rodada de investimentos.

Embora as reuniões da ROC continuassem todas as quartas-feiras no local original, a realocação do escritório, mesmo que a uma curta distância, rompeu severamente a coesão do grupo. Em retrospecto, parece que as camadas de formalidades – tornando-se uma organização sem fins lucrativos e estabelecendo-se em um escritório comercial – revigoraram algumas pessoas ao passo que afastaram tantas outras. As pessoas simplesmente não iam lá. Barbara Meredith, que continuou como presidenta durante toda a transição, achou a nova configuração desanimadora depois de um tempo. A última coisa que ela queria fazer era se sentar sozinha num grande escritório à espera de que algo acontecesse. Aconteceu que a energia da ROC foi drenada; algumas pessoas se afastaram, enquanto outras, incluindo Francie Arbol, transferiram grande parte de seu ativismo para a construção da FACTS.

Com seu filho Gilbert finalmente liberto da prisão, Barbara Meredith decidiu que seu trabalho diário deveria se voltar para aqueles a quem ela havia feito sua primeira organização social – os jovens (pais e filhos) do conjunto habitacional Imperial Courts, a quem ela via como os que seriam pegos futuramente pela lei *three strikes*, especialmente pelo aumento do uso da tolerância zero e da polícia nas escolas públicas, assim como pelo recurso cada vez mais comum à repressão e à judicialização, em vez de sanções informais, quando os jovens fazem algo fora da lei. Depois que ela e Gilbert persuadiram a Autoridade Habitacional a conceder-lhes um apartamento para o ativismo local, Barbara Meredith fechou o escritório de Wilshire e abriu o novo cem quarteirões ao sul, por onde eles haviam andado pelas

ruas quase dez anos antes para realizarem a trégua de um dia dos gangues. E enquanto Gilbert trabalhava durante o dia para um senador estadual, trabalhava 24 horas por dia para manter a trégua em homenagem a seu primo morto e aos muitos homens e mulheres que cumpriam longas penas, tal como ele havia feito.



## DA CRISE DO LUGAR À POLÍTICA DO ESPAÇO

*A prisão é a habilidade política de individualizar a desordem.*

— Allen Feldman,  
*Formations of Violence* (1991)

Para milhões de pessoas nos Estados Unidos, todos os anos, a natureza individual da prisão produz fragmentação em vez de conexão, porque cada pessoa e cada família, lidando com cada prisão, tem de descobrir como desfazê-la — o que aparenta ser nada mais do que um confronto altamente específico entre o indivíduo e a aplicação da lei. A desordem maior é, então, distorcida para refletir apenas uma parte das fragilidades sociais, e medida, igualmente ao desemprego, como se sua taxa de mudança em uma sociedade fosse uma força da natureza (ver, por exemplo, Greenwood et al., 1994; Wilson e Herrnstein, 1985). As integrantes da ROC se recusaram, gradual mas decisivamente, a ficarem isoladas e começaram a desenvolver habilidades políticas de oposição centradas na criação de uma ordem diferente da que é construída pelo estado a partir de mais e maiores prisões. Elas alcançaram essa habilidade por meio da ação crítica. A ação, crucialmente, incluiu o difícil trabalho de identificação — que implica a produção, não a descoberta, de uma “sutura ou de um posicionamento” (Stuart Hall, 1990).

Ao reviverem as práticas afro-estadunidenses da maternação social, as integrantes da ROC envolveram uma comunidade expandida em sua preocupação com as circunstâncias e o destino

dos prisioneiros. Essa abertura social forneceu caminhos para todos os tipos de mães (entre outras pessoas) se juntarem ao trabalho, pois o enorme trabalho enfrentado por cada mãe tendia a encorajar todos e todas a aceitarem e estenderem ajuda. Eu não reivindicava a “maternação social” como uma prática cultural exclusiva ou universal das mulheres afro-estadunidenses; não é uma nem outra. No entanto, a invocação do senso comum de Barbara Meredith da maternação como ação coletiva tornou possível a integração do grupo de mães mesmo com pressupostos maternalistas semelhantes ou bastante diferentes (Kaplan, 1982; Collins, 2019; ver também Traugott, 1995). Em outras palavras, técnicas desenvolvidas ao longo de gerações em nome dos filhos, filhas e das famílias negras, dentro de enclaves demarcados pelo terror e definidos pela raça, forneceram meios contemporâneos para coreografar a solidariedade política interracial entre todos os tipos de pessoas que são responsáveis pelos seus entes queridos e que os perdem para o sistema prisional. Essas mães, bem como outras pessoas responsáveis, identificaram-se nos pequenos espaços públicos entre seus locais de moradia socialmente segregados e os bairros carcerários unitizados em que seus entes queridos estão presos. Algumas estavam tímidas em se lançarem no processo, enquanto outras vinham à ROC em busca de ajuda apenas em seus casos individuais; mas todas as que persistiram praticavam a abordagem “cada uma ensina a outra”.<sup>160</sup>

<sup>160.</sup> Um tema recorrente nas discussões entre muitas das mães mais tímidas era a confissão e a explicação sobre sua própria inadequação. Elas recusavam as explicações dominantes — elas não usam drogas, não dependem do estado de bem-estar nem trabalham na indústria do sexo. Mas o que persistia era a dúvida se elas, como mulheres (e homens) que podem ter dificuldade na leitura ou que tinham medo de enfrentar a lei, podem ser as mães adequadas para os entes queridos presos em um sistema em que o conhecimento formal e vários tipos de intimidação — tanto intelectual quanto física — são características centrais nos resultados dos casos. Muitas me pediam para acompanhá-las em reuniões com funcionários do governo porque elas se sentiam mais fortes sabendo que eu conhecia todas as *palavras* — bem como a demografia, estatísticas, história e assim por diante. Ao ensinarem umas às outras o que aprendiam, todas as

O processo de integrar diferentes tipos de mães e de outras pessoas na ROC envolveu uma extensa divulgação projetada para permear a organização social do espaço. Esses projetos também capturaram pessoas nos “entrepósitos” das vidas segregadas: no trabalho, por exemplo, ou no ônibus. No entanto, como a cruzada do Justiça para Zeladores de Los Angeles, essa abordagem trouxe um problema mais geral de identificação. As integrantes da ROC se reconheciam facilmente nos espaços do sistema de justiça criminal. Fora dessas áreas, como ver semelhança entre as pessoas? Se não somos todas pessoas negras, e se todas as ativistas não são mães, e se todos os prisioneiros não são filhos (menores de idade), então, quem somos nós? Pessoas pobres que trabalham. Como uma comunidade de propósito, a Mothers ROC atuou com base em uma simples inversão: nós não somos pobres porque nossos entes queridos estão na prisão; ao contrário, nossos entes queridos estão na prisão porque nós somos pobres. Posto isso, a divulgação deveria visar os trabalhadores pobres e seus jovens. Classe, então, enquanto o contexto para esta análise e ação, não pode deslocar ou subsumir as definições e o papel de mudança da raça: pessoas pobres de cor são as que mais têm seus entes queridos na prisão.

Na verdade, a primazia da classe é completamente generalizada: as mulheres que trabalham para sustentar suas famílias e libertar seus entes queridos se encontram como trabalhadoras com jornadas triplas de trabalho – trabalho, casa, justiça. Além disso, as mães que rejeitam o descarte de seus filhos e questionam as razões pelas quais elas mesmas não deveriam ser comensadas por lutarem contra o estado colocam um desafio do ponto de vista do declínio do estado de bem-estar social e das incertezas do trabalho reprodutivo, tanto para as desvalorizações de seus filhos quanto para suas próprias (Dalla Costa e James,

---

integrantes da ROC ganharam confiança; na verdade, aquelas que não sabiam ler bem se destacavam usando suas memórias incriveis para traçar e comparar os casos (cf. R. W. Gilmore, 1991, sobre os meninos na California Youth Authority).

1972; Fortunati, 1995; Quick, 1992).<sup>161</sup> As influências organizacionais e analíticas comunistas dentro da ROC mantiveram essas complicadas questões interrelacionadas no primeiro plano do ativismo. No contexto da oposição compartilhada, as ativistas “descobriram” (Kaplan, 1982) – ou seja, criaram – valores compartilhados; por extensão, aquele trabalho coletivo produziu solidariedade comunitária, ou integração política, permitindo outras ações. A solidariedade aumentou com o aumento do conhecimento sobre a complexidade de como os blocos de poder construíram o novo estado por meio da construção de prisões. Assim, uma delegacia de polícia não mais aparecia como a presença total do estado, reduzindo-se à sua real posição – o posto avançado do bairro que tanto as integrantes da ROC quanto da FACTS caracterizavam como uma ocupação militar.<sup>162</sup> Se é preciso um povoado para criar uma criança, certamente é preciso um movimento para desfazer uma ocupação. À medida que a Mothers ROC se aprofundava e a FACTS se ampliava, ambas procuraram mergulhar em outras comunidades de ativismo, aproximando-se de organizações nacionais

---

161. Compare a exposição estridentemente clara do deslocamento e da subsunção de gênero feita por Catherine MacKinnon (1989). As integrações são, certamente, frágeis; tudo está em risco, e as velhas estruturas e hábitos de desigualdade preenchem facilmente os espaços sociais deixados vulneráveis pela incerteza. Por exemplo, em diversas reuniões da Mothers ROC, homens que não tinham sido ativos na organização muitas vezes atropelavam as discussões quando as integrantes da ROC estavam tentando descobrir algo; e elas deixavam isso acontecer, reencontrando outras relações de amor, respeito e medo.

162. A análise de Markusen e Yudken (1992) da economia da Guerra Fria deve ser estendida à economia de guerra doméstica; ver também Fanon, 2022. Ao mesmo tempo em que a Mothers ROC se expandia, a trégua das gangues de Los Angeles também o fez. Em meados de 2003, a trégua de Los Angeles incluiu uma série de gangues latinas e chicanas da parte central, leste e oeste da cidade. A camiseta do quarto aniversário (1996) tinha um desenho estampado de Malcolm X e Emiliano Zapata, com a legenda abaixo de suas representações dizendo “X y Z.” Observe também que as gangues envolvidas na pacificação mudaram nacionalmente sua alcunha de “gangues” para “organizações de rua”.



e internacionais semelhantes.<sup>163</sup> Tal movimento, naquele momento e agora, aumenta o potencial de conexões entre as mulheres que lutam contra a expansão prisional e as mulheres da força de trabalho global que lutam diariamente contra os processos e efeitos reais dos ajustes estruturais em todo o mundo.<sup>164</sup>

A Mothers ROC usou criticamente o poder ideológico da maternidade para desafiar a legitimidade de um estado em transformação. Todos os prisioneiros são filhos de alguém, e filhos não são alienáveis (ver Cornell, 1995). A divisão social racial e generificada do trabalho exigiu que as mães dos prisioneiros vissem vidas com bastante visibilidade; as integrantes da ROC transformaram essa visibilidade em uma presença, voz e movimento politicamente potentes contra a injustiça, de modo que seu ativismo se tornou a peça central de seu trabalho reprodutivo e socialmente produtivo (ver Fisher, 1989). Tal como acontece com os movimentos de mães na América Latina, África do Sul e Palestina, a relação frontal da Mothers ROC com o estado não era como a de uma aspirante a uma parte do salário social, mas sim como uma oponente da mudança de forma e de propósito do estado no que diz respeito às oportunidades de vida de seus familiares e semelhantes. A insistência nos direitos das mães aos filhos e dos filhos às mães não era uma defesa da domesticidade tradicional como uma esfera separada; em vez disso, ela representava uma ativação política em torno da crescente conscientização sobre as maneiras específicas que o lar da

163. Por exemplo, uma recém-chegada a Mothers ROC foi uma imigrante salvadorenha que trabalhava à noite como zeladora; como observado acima, os principais quadros dentre os militantes de sindicatos trabalhistas em Los Angeles incluíam refugiados salvadorenhos com experiência em lidar com o terror de estado e em desafiar a legitimidade do estado.

164. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho da ONU, as mulheres fazem dois terços do trabalho do mundo, recebem 5% da renda e possuem 1% dos ativos. Margaret Prescod, da Campanha de Salários para o Trabalho Doméstico [*Wages for Housework Campaign*], interpreta esses números como dados que iluminam tanto o sexismo quanto o racismo em escala global (R. W. Gilmore, 1993).

classe trabalhadora contemporânea é um local saturado pelo estado racial neoliberal.

A Mothers Reclaiming Our Children evoluiu de um grupo de autoajuda, que se formou em resposta a uma crise de lugar – um assassinato policial no centro-sul de Los Angeles –, para tornar-se duas organizações políticas buscando construir um movimento poderoso através dos espaços do militarismo doméstico.

Um grupo pequeno, pobre e multirracial de pessoas da classe trabalhadora, sobretudo de mães de prisioneiros, mobilizou-se nos interstícios do estado de bem-estar social em declínio, oficialmente abandonado e fortemente policiado. Elas se aproximaram, em primeira instância, porque não podiam deixar seus filhos irem embora. Elas permaneceram em evidência nos espaços criados pelo aprisionamento intensificado de seus entes queridos porque encontraram muitas mães, e outras pessoas, nos mesmos locais, ansiosas por se juntarem ao projeto de recuperação [de seus filhos]. E elas avançaram ainda mais, pois, a partir dessas brechas, elas viram e tentaram ocupar posições, a partir das quais desafiavam coletivamente seu não desenvolvimento político, econômico e cultural provocado pela migração involuntária e individualizada da “população excedente” urbana, e dos valores potenciais que acompanham essa população, para dentro das prisões rurais. Para que a ROC e a FACTS conseguissem se opor ao descarte de seus entes queridos, elas se organizaram para desafiar o poder total das forças estatais (*e civis*) armadas contra elas. Trabalhando a partir dos casos judiciais, elas construíram alianças de grupos multirraciais – e enquanto tais grupos – que criam e sustentam centros sólidos de ativismo ao longo e através das “escalas encaixadas” (Smith, 2000, p. 144) do crescente estado prisional. Assim, ambos os grupos demonstram as possibilidades e as dificuldades urgentes de organização social através das muitas fronteiras que racionalizam e reforçam o *apartheid* estadunidense. De fato, o trabalho das duas organizações pode exemplificar muito bem o que é a utopia hoje em dia – a perfeição social reconhecível em algo tão simples quanto o ato das pessoas entrarem em um ônibus.